

Patrimônio Cultural:

Symbolismos, Intertextualidades e Polifonias

CLARISSE ISMÉRIO

ORGANIZADORA



Clarisse Ismério
Organizadora

PATRIMÔNIO CULTURAL:

SIMBOLISMOS,
INTERTEXTUALIDADES
E POLIFONIAS



© Vecher EduCom, 2021.

Os direitos autorais e intelectuais de cada um dos textos contidos nesta obra pertencem a cada um dos seus autores. A Editora Vecher não se responsabiliza pela verificação de plágio, sendo os autores de cada capítulo responsáveis pela sua produção acadêmica.

Responsável editorial: Marcelo Rodríguez

ISBN: 978-65-993242-1-5

DOI: 10.47585/9786599324215

Editora Vecher

Avenida Paulista, 171, 4º andar

CEP 01.311-904

São Paulo, SP

www.editora.vecher.com.br

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Patrimônio cultural [livro eletrônico] :
simbolismos, intertextualidades e polifonias /
Clarisse Ismério, organizadora. -- 1. ed. --
São Paulo : Editora Vecher, 2021.
PDF

Bibliografia
ISBN 978-65-993242-1-5

1. Memórias 2. Patrimônio cultural 3. Patrimônio
cultural - Conservação e restauração 4. Simbolismo
I. Ismério, Clarisse.

21-55876

CDD-363.69

Índices para catálogo sistemático:

1. Patrimônio cultural : Memória e preservação
363.69

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

Apresentação	7
O Artesanato e o Patrimônio Cultural: a produção acadêmica dos programas de pós-graduação em Patrimônio Cultural Cátia Silveira e Rafael Milheira	9
Novo Sarau Noturno: do presencial ao virtual Clarisse Ismério, Amanda Couto e Darlan Rosa	23
A salvaguarda do patrimônio literário: edições interpretativas da produção dispersa de Innocencio Galvão de Queiroz Gilson Silva, Ana Conceição e Carlos Silva	35
A Associação Rural de Bagé (1939): patrimônio da arquitetura moderna bajeense Magali Gonçalves	47
Faculdade de Ciências Econômicas: origem do superior em Bagé Marilene Silveira, Clarisse Ismério e Elis Dias	59
Teias e labirintos na reconstrução da memória institucional de um Campus do Instituto Federal do Rio de Janeiro: motivações e desafios iniciais Monique Inocencio e Pedro Guedes	69
Valorização Patrimonial: através do cinema como meio Vinicius Menezes	83

APRESENTAÇÃO

O Patrimônio Culturalⁱ é constituído por monumentos, prédios, conjuntos arquitetônicos, obras artísticas, manifestações e símbolos populares que formam ao longo do tempo a identidade de um país ou da região. Logo pode ser definido como um conjunto de evidências do passado que são eleitas por comunidades para representa-las e serem perpetuadas, pois como destaca Pierre Jeudi, “uma coletividade precisa de uma representação constante do seu passado”ⁱⁱ.

Em alguns casos o sentido de representatividade ou de pertencimento não ocorre naturalmente, uma vez que vivencia-se uma sociedade marcada pelo consumo, na qual observa-se, de um lado, a crescente busca pelo novo e, de outro, o descaso pelo Patrimônio Cultural.

Na tentativa de preservar e resignificar, salienta-se a importância da educação patrimonial como proposta metodológica que oportuniza, segundo Maria de Lourdes Horta, a “ativação da memória social, recuperando conexões e tramas perdidas (...) promovendo a apropriação pelas comunidades de sua herança cultural, resgatando ou reforçando a autoestima e a capacidade de identificação dos valores culturais”ⁱⁱⁱ.

Hugues de Varine destaca que o conhecimento e estudo do patrimônio, no sentido mais abrangente, possibilita o desenvolvimento participativo e sustentável do território, uma vez que contribui para o processo de formação da consciência identitária, para o empoderamento de atores sociais e para o crescimento da autoestima da comunidade^{iv}.

Nessa perspectiva se constitui a presente coletânea Patrimônio Cultural: simbolismos, intertextualidades e polifonias, composta por sete capítulos de autores de diferentes instituições, que pensam transversalmente o tema a partir da produção científica nos programas de pós-graduação, de projetos em educação patrimonial, do patrimônio literário jornalístico, do patrimônio arquitetônico construído, de instituições patrimoniais, da criação de acervos digitais de memória e do cinema como meio de valorização do patrimônio.

Tal complexidade temática delinea-se em narrativas objetivas construídas pelos autores, que propiciam ao leitor momentos de reflexão e ressignificação das múltiplas potencialidades do trabalho voltado para valorização e preservação do Patrimônio Cultural.

Clarisse Ismério

Historiadora, Doutora em História do Brasil pela PUCRS

Pesquisadora e Professora da Urcamp

Pesquisadora Líder do Grupo de Pesquisa e Extensão em Patrimônio Cultural e Ambiental

i Ocorreu uma ampliação do conceito estabelecido no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que denominava como Patrimônio Histórico e Artístico. A partir da Constituição de 1988, artigo 216, passou a ser denominado como Patrimônio Cultural Brasileiro. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>.

ii JEUDI, Henri Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990, p. 6.

iii HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Fundamentos da educação patrimonial**. In: Ciências e Letras. Porto Alegre, n. 27, 2000, p. 35.

iv VARINE, Hugues. Patrimônio e Educação Popular. In: Ciências e Letras. Porto Alegre, n. 31, 2002, p. 292-293

In: ISMÉRIO, Clarisse (Org.). Patrimônio Cultural: simbolismos, intertextualidades e polifonias [livro eletrônico]. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/9786599324215>>.

O Artesanato e o Patrimônio Cultural: a produção acadêmica dos programas de pós-graduação em Patrimônio Cultural

Cátia Silveira¹ e Rafael Milheira²

doi.org/10.47585/9786599324215.1

Nesse trabalho, apresentamos um estado da arte/do conhecimento, sobre o que vem sendo produzido a respeito da temática Patrimônio Cultural no âmbito acadêmico, no Brasil. Trata-se de um levantamento sobre a produção dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Patrimônio Cultural, a partir dos campos informativos da Plataforma Sucupira, bem como, da produção acadêmica desses, no que se refere ao artesanato na abordagem do patrimônio cultural, no período de 2003 a 2017. Com base nesses dados foi possível medir o baixo impacto da produção dos programas no que se refere ao tema artesanato, o que reflete a forma como esse campo de produção cultural é tratado no Brasil.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Artesanato; Estado da Arte.

1 Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestranda em Ensino de História da Universidade Federal de Santa Maria, <http://lattes.cnpq.br/6606143066786980>, e-mail: catilasilveira@gmail.com.

2 Departamento de Antropologia e Arqueologia. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. Colaborador no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ/UFPel), <http://lattes.cnpq.br/2765334557326646>, e-mail: milheirarafael@gmail.com.

Introdução

Diante dos fomentos às ações/pesquisas e reconhecimentos por órgãos nacionais e internacionais no que se refere ao Patrimônio Cultural Brasileiro e do crescente número de Programas de Pós-Graduação em Patrimônio, surge o questionamento de por que, apesar desses fomentos, ainda tem-se uma escassa literatura no que concerne à questão da valorização e reconhecimento da produção artesanal como Patrimônio Cultural?

O Patrimônio Cultural do Brasil vai além de edificações tombadas e bens materiais. As tradições da vida popular, os modos de fazer coletivos, as celebrações, os ritmos e as danças são considerados bens imateriais do país, previstos pela Constituição Federal de 1988 e também pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Uma política de proteção dos bens imateriais começou a ser implementada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI). Cabe registrar que o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, é considerado um marco na inclusão do tema do patrimônio imaterial, instituindo o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criando, também, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI, executado pelo Iphan. Atualmente, são quarenta e oito bens imateriais registrados em todo o Brasil, classificando o artesanato ou o modo de fazer artesanal como parte integrante do patrimônio imaterial³.

Tal caracterização sobre o artesanato se dá por meio de um conhecimento inseparável dos agentes concretos que ao longo de sua história o praticam. Ele não é apenas um saber, mas um “saber fazer”, um conhecimento palpável que se preserva na medida em que é realizado, de construção e reconstrução permanente (MOURA, 2015).

De acordo com dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação ligada ao Ministério da Educação, o primeiro Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, no Brasil, iniciou suas atividades nos anos 2000, na Pontifícia Universidade Católica do Estado de Goiás. No entanto, o referido PPG em Gestão do Patrimônio Cultural encontra-se desativado desde 2010. Observa-se, frente às buscas na Plataforma de Gerenciamento dos Programas de Pós-Graduação, que a partir do ano de 2006 tem-se uma frequência anual no início de funcionamento dos programas com a denominação Patrimônio e/ou Patrimônio Cultural.

No âmbito das políticas culturais, relacionadas ao período mencionado acima, a hipótese que se levanta sobre as ações nesse campo, implementadas no Brasil nos últimos anos, infere sobre as leituras dos processos por meio dos quais são estabelecidas articulações entre Estado e a mobilização da sociedade, com conseqüente reflexo no meio acadêmico.

3 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/606>>. Acesso em: 10 out. 2019. Os patrimônios registrados são os bens culturais imateriais reconhecidos formalmente como Patrimônio Cultural do Brasil. Esses bens caracterizam-se pelas práticas e domínios da vida social apropriados por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade. São transmitidos de geração a geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, sua interação com a natureza e sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade. Contribuem, dessa forma, para promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Aponta-se a ocorrência de uma importante inflexão no rumo das políticas públicas culturais, no campo das ações governamentais, desde o início dos anos 2000, cabendo citar o Programa Cultura Viva, sobretudo, por meio das implantações dos Pontos de Cultura, que ampliaram o processo de mobilização dos produtores culturais, envolvendo mais de quatro mil municípios em todo o país, em consonância com ações para a preservação da diversidade cultural, destacadas como um dos principais eixos das ações do Ministério da Cultura (VIEIRA, 2016).

Nesse contexto, apresentaremos algumas métricas sobre as produções acadêmicas relativas à produção artesanal no âmbito do Patrimônio Cultural, compondo um estado da arte ou estado do conhecimento, a partir das dissertações e teses dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Patrimônio Cultural no âmbito nacional. O que e o quanto se produziu academicamente sobre o tema artesanato, enquanto concepção do patrimônio cultural, num recorte temporal do ano de 2003 a 2017, em consonância com as ações de promoção e valorização da cultura no Brasil.

Após o mapeamento dos Programas de Pós-Graduação, na Plataforma Sucupira, ferramenta utilizada para coletar informações, realizar análises e avaliações, que é a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG, foram elencados dezesseis Programas de Pós-Graduação, totalizando dezenove cursos entre Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado. Destes dezesseis programas, apenas oito são denominados Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, objeto da pesquisa.

A busca nos repositórios das Universidades e dos Programas de Pós-graduação elencados pela Plataforma Sucupira apontou um resultado mais satisfatório do que nos dados constantes na plataforma, gerando dezesseis dissertações e nenhuma tese. Para tal, obedeceu-se aos critérios de busca por palavra-chave, título e/ou assunto e posterior análise dos resumos e dos trabalhos na íntegra. Destas, dez dissertações são oriundas dos PPGs em Patrimônio Cultural e foram o objeto de análise e discussão que se seguirá.

Cabe aqui destacar a predominância de produção vinculada a PPGs da área de História. Apesar do reconhecimento do artesanato como patrimônio cultural imaterial, os PPGs em Patrimônio cultural não apresentam linhas de pesquisas voltadas à referida temática. A descrição das atividades artesanais, apontadas pelas dissertações, destacam a condição de subsistência social e econômica do artesão, principalmente ligada às mulheres, bem como, aspectos de convergência e motivação para as pesquisas, como condição da subsistência de identidades e tradições culturais e a sua desvalorização frente à competição mercadológica.

Percurso metodológico

A primeira etapa metodológica desta pesquisa se deu a partir da seleção de uma bibliografia que contemplasse a definição e construção conceitual do objeto da pesquisa. Dentre estes, optou-se pela realização de uma pesquisa denominada estado da arte ou estado do conhecimento, visto que o objetivo era quantificar e qualificar as produções acadêmicas sobre o assunto proposto.

Desse modo, a pesquisa que tem caráter investigativo, descritivo e analítico orientou-se nos

estudos de Norma Ferreira (2002), a fim de respaldar os procedimentos. Sobre as definições das pesquisas denominadas o “Estado da Arte” e o “Estado do Conhecimento”, a autora infere:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que forma e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado e teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sobre os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p. 265)

Nesses termos, a principal motivação para esse tipo de pesquisa se pauta na profusão dos estudos e pesquisas, principalmente, oriundas pelos inúmeros Programas de Pós-graduação e a sensação de pouco conhecimento da sua totalidade e de sua divulgação.

Magda Soares (apud FERREIRA, 2002) ressalta que essa compreensão do estado de conhecimento sobre um tema, em determinado momento, “é necessária no processo de evolução da ciência”, com o propósito de ordenar “periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos”, permitindo a partir desse ordenamento, “indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas e vieses.” (p. 259).

Segundo Ferreira (2002), existem dois momentos a serem avaliados a partir da escolha metodológica da pesquisa do estado da arte. Sendo estes: quantificar e identificar os dados bibliográficos mapeando a produção em um período delimitado e área de produção; e um segundo momento, que é o objetivo desta pesquisa, em relação às possibilidades de inventariar a produção analisando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou distanciando do trabalho entre si, na escrita de uma determinada área do conhecimento.

Neste trabalho optou-se pelo acesso às pesquisas através dos Programas de Pós-graduação e dos resumos, em seguida a busca das dissertações e teses na íntegra, buscando reconhecer como e o que está sendo discutido.

No intuito de atender às demandas estabelecidas para a pesquisa, sobre a relação e/ou a valorização do artesanato e do patrimônio cultural a partir das produções acadêmicas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Patrimônio e em Patrimônio Cultural no Brasil, buscou-se dentro dos Periódicos da Capes, na Base de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) e nos repositórios das Universidades que não estavam indexadas na BDTD. No entanto, essa busca não atendeu aos objetivos da pesquisa, pois verificou-se que há um descompasso entre a produção dos PPGs e a atualização das Bases de Dados.

Definidas as especificações e justificativas para a delinear a metodologia, e a partir dos insucessos diante das buscas nas plataformas anteriormente mencionadas, a pesquisa voltou-se para a Plataforma Sucupira, mapeando os Programas de Pós-graduação no Brasil que apresentavam na sua

denominação as categorias Patrimônio e Patrimônio Cultural.

Conforme a Capes (2014), a Plataforma Sucupira é uma ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e constitui-se na base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG, disponibilizando, entre outros dados, o Coleta Capes, com os dados cadastrais dos Programas de Pós-Graduação, dados e estatísticas, além dos dados quantitativos dos cursos avaliados e reconhecidos pela Capes.

A fim de sistematizar os dados coletados para a pesquisa na Plataforma Sucupira, organizou-se uma tabela, com base inicialmente no Coleta Capes e posterior cruzamento de dados da aba Dados e Estatísticas, composta pelos Programas de Pós-graduação, instituições, área, situação, modalidade e avaliações dos cursos.

A partir das informações, buscou-se as especificações de cada um dos programas, a fim de identificar quais eram os cursos, ano de início e situação de funcionamento. Desse modo, organizou-se uma nova tabela de arquivo, abordando essas informações.

Há que se observar que existem problemas na Plataforma Sucupira, em relação à definição dos programas pela palavra patrimônio. A plataforma não admite diferentes grafias para a mesma palavra, sendo estas: Patrimônio; Patrimonio, sem acento circunflexo; e Patrimônio, com o uso da marcação trema. No entanto, apresenta programas, a exemplo da Unirio, que será apresentado a seguir, no quadro dos resultados dos Programas e Cursos, grafados como Museologia e Patrimônio, excluindo-o dos resultados da busca; além de outros programas e cursos de instituições que não aparecem no acesso Coleta Capes e que se apresentam nos Dados e Estatísticas da Plataforma Sucupira.

A partir da identificação dos programas que apresentavam a denominação Patrimônio, organizou-se fichas para uma descrição dos Programas de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, objeto desta pesquisa, a fim de descrever a constituição do programa, abordando seu histórico, sua proposta e a constituição do corpo docente, quantitativa e qualitativamente, através das suas áreas de conhecimento.

O mapeamento teve recorte temporal de 2003 a 2017. Inicialmente se fez a busca a partir de palavras-chave, posteriormente por assuntos, sempre com os descritores Artesanato e Patrimônio Cultural, primeiro separadamente e, em seguida, junto com a utilização de operadores de busca. Por fim, a busca nos resumos das dissertações nos repositórios das universidades elencadas mostrou-se mais eficientes e, supostamente, mais completa. Nesse ponto da pesquisa, considerou-se organizar as produções acadêmicas sobre a temática por ano, título, autor, orientador, programa e tipo de documento, se dissertação ou tese.

Os PPGs, as produções e seus autores

Definido o critério de identificação dos PPGs a partir das denominações Patrimônio e Patrimônio Cultural, as buscas dentre os 4.589 Programas de Pós-graduação avaliados e reconhecidos pela Capes retornaram os resultados apresentados no quadro 1, em que os 16 Programas de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e/ou que trazem em sua designação a

palavra Patrimônio, critério este, previamente estabelecido para a busca. Destes, o Programa de Pós-Graduação em Gestão do Patrimônio Cultural, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, encontra-se desativado desde 2010. O quadro construído a partir do cruzamento de dados cadastrais dos programas do Coleta CAPES e dos Dados e Estatísticas, ambos Plataforma Sucupira, elenca os PPGs denominados Patrimônio e Patrimônio Cultural, organizados em ordem alfabética.

Observa-se, também, que alguns programas têm cursos recentemente criados ou apresentam a data de início das suas atividades posteriores ao recorte temporal desta pesquisa não resultando produções acadêmicas elencadas e analisadas. No entanto, foram mantidos para fins de mapeamento e identificação da constituição dos Programas de Pós-graduação denominados Patrimônio Cultural.

Tabela 1 – IES, Programas e Cursos de Pós-Graduação, ano de início de funcionamento

IES	Programa	Curso	Ano de Início	ME	DO	MP	DP
UFMG	Ambiente construído e patrimônio sustentável	Ambiente construído e patrimônio sustentável	2007	X			
	Ambiente construído e patrimônio sustentável	Ambiente construído e patrimônio sustentável	2016		X		
UFRB	Arqueologia e Patrimônio Cultural	Arqueologia e Patrimônio Cultural	2019	X			
FUFPI	Artes, Patrimônio e Museologia	Artes, Patrimônio e Museologia	2015			X	
UEG	Estudos Culturais, Memória e Patrimônio	Estudos Culturais, Memória e Patrimônio	2018			X	
UFRJ	Geociências: Patrimônio Geopaleontológico	Geociências: Patrimônio Geopaleontológico	2015	X			
PUC-GO	Gestão do Patrimônio Cultural	Gestão do Patrimônio Cultural	2000 – 2010			X	
UFPEL	Memória Social e Patrimônio Cultural	Memória Social e Patrimônio Cultural	2007	X			
	Memória Social e Patrimônio Cultural	Memória Social e Patrimônio Cultural	2013		X		
UFRGS	Museologia e Patrimônio	Museologia e Patrimônio	2017	X			
UNIRIO	Museologia e Patrimônio	Museologia e Patrimônio	2006	X			
	Museologia e Patrimônio	Museologia e Patrimônio	2011		X		
UFRRJ/NI	Patrimônio, Cultura e Sociedade	Patrimônio, Cultura e Sociedade	2017	X			
UFSM	Patrimônio Cultural	Patrimônio Cultural	2008			X	
UNIVILLE	Patrimônio Cultural e Sociedade	Patrimônio Cultural e Sociedade	2008	X			
	Patrimônio Cultural e Sociedade	Patrimônio Cultural e Sociedade	2019		X		
UFV	Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania	Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania	2014			X	
IPHAN	Preservação do Patrimônio Cultural	Preservação do Patrimônio Cultural	2011			X	
FIOCRUZ	Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde	Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde	2016			X	
UFRJ	Projeto e Patrimônio	Projeto e Patrimônio	2013			X	

Fonte dos dados: Plataforma Sucupira/Coleta Capes. Organização: A autora (2019).

A análise por área de avaliação da Capes apresentou que 62,5% dos PPGs denominados Patrimônio Cultural estão na área de avaliação Interdisciplinar, 25% em Antropologia/Arqueologia e 12,5% em História. Essa inserção interdisciplinar, segundo as informações obtidas na Plataforma Sucupira, possibilita uma formação mais diversificada e proporciona uma compreensão do Patrimônio Cultural como uma prática social.

No que se refere à constituição do corpo docente dos programas, verificou-se uma diversificada composição no campo do conhecimento. Os oito programas aqui listados são compostos por 122 docentes, destes, cerca de 33% pertencem à área de História, 7,4% à Arqueologia, 6,6% à Antropologia. Outros 6,6% pertencem à área de Arquitetura e Urbanismo e o restante está distribuído em outras 32 áreas do conhecimento.

Quanto à produção acadêmica, há que se observar que as primeiras pesquisas em Patrimônio Cultural no Brasil, oriundas dos PPGs, são anteriores às criações dos programas denominados Patrimônio Cultural.

Conforme dados do Catálogo de Teses e Dissertações, da Plataforma Sucupira, estas começam a ser apresentadas a partir do ano de 1996, sendo as primeiras oito divulgadas nesse ano divididas entre as grandes áreas do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Ciências Humanas e Multidisciplinar. Do ano seguinte, 1997, em diante, confere-se evidente destaque aos Programas de Pós-graduação em Arquitetura, compreendendo 327 das 3392 produções acadêmicas apontadas no período de 1996 a 2018 pela Plataforma⁴. Há um crescimento considerável no período de recorte temporal da pesquisa, 2003 a 2017, saltando de 81 para 394 produções acadêmicas.

Esse quantitativo está dividido em 135 áreas do conhecimento, com ênfase nas áreas de Ciências Sociais, Humanidades, Arquitetura e Urbanismo, Interdisciplinar, História, Geografia, Antropologia e Arqueologia; e em 76 áreas de avaliação, destacando-se a área Interdisciplinar, seguida por Arquitetura e Urbanismo, Antropologia/Arqueologia, História e Geografia.

Dentre os programas que mais aparecem estão os de Arquitetura, conforme mencionado anteriormente, seguido pelos PPGs em Memória e Patrimônio Cultural; em Patrimônio Cultural; em História; e em Preservação do Patrimônio Cultural. Entre as instituições que mais se destacam na produção acadêmica dessa temática, aparecem a UFSM e a UFPEL, seguidas pela UFRJ, USP e UFPE.

Outro dado importante a ser ressaltado é sobre os resultados apontados para as pesquisas acerca do patrimônio cultural, atreladas à temática do artesanato. A plataforma retorna apenas um resultado, sendo este a dissertação intitulada *Narrativas e o Lugar: sobre o Artesanato Tradicional da Renda Turca de Bicos de Sabará*, do ano de 2016, do Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da UFMG.

4 Dados da Plataforma Sucupira, na aba coleta CAPES. Por se tratar de uma plataforma em constante atualização, esses dados podem apresentar variações de acordo com o dia de acesso. Acesso em: 28 nov. 2019.

Portanto, para melhor obtenção de resultados das produções de mestrado e doutorado sobre a relação entre artesanato e a valorização enquanto patrimônio cultural, foram realizadas buscas nos repositórios das universidades e programas elencados anteriormente. No período de 2003 a 2017, foram defendidas 16 dissertações de mestrado, relativas à temática abordada, no âmbito dos cursos de mestrado acadêmico e/ou mestrado profissional, no recorte temporal da pesquisa. Destas 16 dissertações, foram analisadas aquelas oriundas dos Programas de Pós-graduação denominados Patrimônio Cultural, conforme critério pré-estabelecido, restando 10 dissertações a serem abordadas, conforme tabela a seguir:

Tabela 2 – Produções acadêmicas dos PPGs em Patrimônio Cultural

Ano	Título	Autor	Orientador	Programa	Tipo de documento
2005	As técnicas tradicionais das fiandeiras e tecedeiras de Hidrolândia - Goiás.	BUENO, L. S.	FOGAÇA, E.	Gestão do Patrimônio Cultural	Dissertação
2005	Olhos d' Água, Olhos d'Alma: de bem cultural a patrimônio goiano	SANTOS, P. A.	LARAIA, R. B.	Gestão do Patrimônio Cultural	Dissertação
2006	Colcha de retalhos: os Bastidores do Patrimônio	BERGEROT, V.	VICENTINI, A.	Gestão do Patrimônio Cultural	Dissertação
2009	Colônia de Pescadores Z3, Pelotas – RS: da crise na pesca a expansão do turismo com base no patrimônio cultural	FIGUEIRA, M. C.	VIEIRA, S. G.	Memória Social e Patrimônio Cultural	Dissertação
2010	No Caminho do Sabor e da Cultura: uma abordagem sobre a cozinha e o cotidiano da Estrada Bonita (Pirabeiraba Joinville/SC)	ESTEVES, V. K.	SILVA, J. G.	Patrimônio Cultural e Sociedade	Dissertação
2011	Patchwork: retalhos de técnica, memória, arte e artesanato	CAVALIERI, M. M.	LAMAS, N. C.	Patrimônio Cultural e Sociedade	Dissertação
2013	A História de um Patrimônio Cultural: A Cachaça Morretiana	MEIRA, E. D.	COELHO, I.	Patrimônio Cultural e Sociedade	Dissertação
2014	Valorização dos aspectos formais dos artefatos confeccionados por guasqueiros do pampa gaúcho aplicados à joalheria	ALVARES, F. C.	HOELZEL, C.G.M	Patrimônio Cultural	Dissertação
2014	Memórias de agulhas: manifestação artesanal das bordadeiras de Jaraguá do Sul, Santa Catarina	RIEHEL, D.	LAMAS, N. C.	Patrimônio Cultural e Sociedade	Dissertação
2017	Os mercados campesinos de Bogotá: patrimônio cultural imaterial como instrumento de desenvolvimento	PARRA, D. U.	COELHO, I.	Patrimônio Cultural e Sociedade	Dissertação

Fonte: A autora.

Observa-se que os PPGs que mais produziram dissertações são aqueles que, embora não apresentem linhas de pesquisas específicas denominadas artesanato ou voltadas, especificamente, às produções artesanais, são aqueles que estão inseridos na grande área do conhecimento Interdisciplinar e subárea Social e Humanidades. Nos seus quadros figuram docentes, em sua maioria, da área de História, seguidos por docentes das áreas de Antropologia e Arqueologia.

A análise interpretativa do currículo dos pesquisadores e dos seus respectivos orientadores possibilitou a representação desses dados em dois gráficos que evidenciam as áreas de formação e capacitação dos orientados e orientadores, bem como os reflexos nas dissertações sobre a temática do artesanato.

Destaca-se que 30% dos pesquisadores da temática são de formação na área de História, restando outras sete áreas com um profissional em cada. Mesmo diante da impossibilidade de verificação da área do conhecimento de um dos orientadores do PPG em Gestão do Patrimônio Cultural, da PUC-Goiás, em razão da falta de informação na Plataforma Lattes, reitera a predominância da área de História também entre a capacitação dos orientadores, apontando-se, assim, como a área que tem pautado as discussões do Patrimônio Cultural.

Considerações finais

O presente trabalho permite interpretar o quanto e como estes programas contribuíram para pensar o artesanato no âmbito das pesquisas sobre patrimônio cultural. A criação dos Programas Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, a partir do ano 2000, principalmente na modalidade profissional, está atrelada, possivelmente, às prerrogativas do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial – PNPI, de demanda de profissionais e técnicos qualificados para identificação e processos, diante de mudanças que se apresentavam além do campo conceitual referente ao entendimento do patrimônio.

Desse modo, a implantação do programa teria demandado muito mais dos interesses dos pesquisadores do IPHAN ou da comunidade acadêmica interessada do que da comunidade detentora do bem cultural. Esse quadro deveria, a partir de então, compor entre seus técnicos novas competências, como especialistas em antropologia, etnografia, musicologia, entre outros.

No entanto, apesar do exposto, esses programas não apresentam linhas de pesquisas voltadas especificamente para a temática do artesanato, reconhecido dentro como patrimônio imaterial. Numa abordagem mais pontual, o PPG em Patrimônio Cultural e Sociedade - UNIVILLE apresentou cinco dissertações na temática, destacando em sua proposta de forma bastante clara sua preocupação com o desenvolvimento da sociedade e suas relações dicotômicas indivíduo-coletividade, cultura-natureza, civilização-barbárie, materialidade-imaterialidade, tradição-modernidade, poder-dominação, estado-sociedade, global-local, fé-razão, ciência-tecnologia, teoria-prática. Por sua vez, o PPG em Gestão do Patrimônio Cultural - PUC/GO, que foi um dos mestrados que mais apresentou produção acadêmica (três trabalhos), atualmente encontra-se desativado, o que dificultou o acesso às informações referentes à sua constituição.

No que se refere ao PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural - UFPEL, mesmo fazendo parte da sua descrição a inserção da cidade de Pelotas nas 173 cidades contempladas com a ação governamental PAC cidades Históricas e relevantes pesquisas no campo do patrimônio imaterial ou intangível, sendo referência pela realização do Inventário Nacional de Referências Culturais - Doce Pelotense, uma parceria entre o IPHAN, o BID e a UNESCO, o programa

apresentou apenas uma dissertação na área da temática elencada nessa pesquisa.

O PPG em Patrimônio Cultural - UFSM contabilizou 170 dissertações concluídas, conforme dados informados na Plataforma Sucupira, até setembro de 2018, no entanto apenas uma na temática abordada.

Em relação às produções acadêmicas, pode-se observar que a área de História está pautando as discussões, seja em relação aos autores das dissertações, como também pela área de conhecimento dos orientadores das pesquisas aqui mencionadas.

As dissertações elencadas mostram uma convergência quanto à desvalorização da produção artesanal em relação à competição mercadológica atual, sendo essa a motivação primeira das propostas de pesquisa.

Outro aspecto a ser pontuado acerca das concepções das pesquisas é que elas descrevem a atividade artesanal como condição de subsistência social e econômica do artesão, principalmente ligada às mulheres, mas também quanto condição da subsistência de identidades e tradições culturais, destacando uma concepção voltada muito mais aos processos e aos sujeitos desses bens culturais.

Apesar dos avanços desde as definições propostas na Constituição Federal de 1988, acerca do que seriam os patrimônios culturais brasileiros, contemplando os patrimônios materiais e imateriais e garantindo de fato a representatividade da diversidade cultural brasileira e de todos os programas que conferem uma mudança na concepção das políticas culturais, pouco se tem produzido academicamente naqueles programas que mais deveriam se destacar no que se refere ao produto da cultura popular - o artesanato.

Diante de todas as questões apresentadas, é certo que muito ainda pode ser dito e feito no campo do patrimônio. O mesmo serve para pensar o artesanato como uma categoria do patrimônio, assim como os saberes e fazeres, que oferece entendimento além do corpóreo do objeto ou do produto final, evidenciando a conexão entre o sujeito e o objeto.

Sabe-se que nos programas, aqui elencados, muitos esforços vêm sendo feitos no sentido de ampliar os espaços de pesquisa na área do patrimônio, vide a diversidade do campo do conhecimento do corpo docente. Ao mesmo tempo, sabe-se também das dificuldades materiais no sentido de fomento à execução das pesquisas, o que é um valor significativo a estas produções.

Não se pode ignorar o momento político desfavorável à continuidade dos investimentos às práticas ligadas à educação e à cultura, apontando para um imperativo de que essas áreas devam ser ampliadas e constituírem-se em espaços de resistência a esses modelos transnacionais que objetivam a invisibilidade das culturas locais.

Referências

ALVARES, F. C. **Valorização dos aspectos formais dos artefatos confeccionados por guasqueiros do pampa gaúcho aplicados à joalheria**. 2014. 169p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

ARONI, B. **Por uma etnologia dos artefatos: arte cosmológica, conceitos mitológicos.** IN: Proa – Revista de Antropologia e Arte [on-line]. Ano 2, vol. 1, n. 2, set. 2010. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/proa/ArtigosII/brunoaroni.html>>. Acesso em: 15 out. 2018.

BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura.** Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BERGEROT, V. **Colcha de retalhos: os Bastidores do Patrimônio.** 2006. 140p. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) - PUC-Goiás, Goiânia, 2006.

BEZERRA, H. G. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, L. (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 37-48.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Tradução: Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRUNO, C. Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 9, n. 9, jun. 1996. p. 1-37. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/291>>. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2016.

BRASIL. Portaria MIDC/SEMPE nº 1.007-sei, de 11 de junho de 2018, no **Diário Oficial da União.** Brasília: 1º ago. 2018, Edição 147, seção 1, p. 34. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34932949/do1-2018-08-01-portaria-n-1-007-sei-de-11-de-junho-de-2018-34932930>. Acesso em: 14 out. 2019

BUENO, L. S. **As técnicas tradicionais das fiandeiras e tecedeiras de Hidrolândia - Goiás.** 2005. 114p. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) - PUC-Goiás, Goiânia, 2005.

CAVALIERI, M. M. **Patchwork: retalhos de técnica, memória, arte e artesanato.** 2011. 112p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2011.

CHAGAS, M. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: **Em Questão**, Porto Alegre, v.13, n. 2, jul/dez. 2007. p. 207-224.

CORA, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1093-1112, oct. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-76121497>>. Access em: 22 nov. 2019. .

ESTEVES, V. K. **No Caminho do Sabor e da Cultura: uma abordagem sobre a cozinha e o cotidiano da Estrada Bonita (Pirabeiraba Joinville/SC)**. 2010. 123p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2010.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, ago. 2002. p. 257-272.

FIGUEIRA, M. C. **Colônia de Pescadores Z3, Pelotas – RS: da crise na pesca a expansão do turismo com base no patrimônio cultural**. 2009. 157p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. IN: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GONÇALVES, J. R. S. O Patrimônio como categoria do pensamento. IN: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

KELLER, P. F. O artesão e a economia do artesanato na sociedade contemporânea. **Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais**, n. 41, out, 2014, p. 323-347.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 23. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia Simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL [recurso eletrônico]. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 349p.

LIMA FILHO, M., ECKERT, C., BELTRÃO, J. (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau, SC: Nova Letra, 2007. 367p.

MEIRA, E. D. **A História de um Patrimônio Cultural: A Cachaça Morretiana**. 2013. 137p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

MERENCIO, F. T. A imaterialidade do material, a agência dos objetos ou as coisas vivas: a inserção de elementos inanimados na teoria social. IN: **Cadernos do LEPAARQ**, v. 10, n. 20, jul/dez. 2013, p. 183-204.

MOURA, A. C. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <<http://artesanatosustentavel.com.br/2014/01/patrimonio-imaterial/>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

NOGUEIRA, A. G. R. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul./dez. 2014.

NORA, P. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. São Paulo: Projeto História –PUC, 1993.

OLIVEIRA, L. L. **Cultura é Patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PARRA, D. U. **Os mercados campesinos de Bogotá: patrimônio cultural imaterial como instrumento de desenvolvimento**. 2017. 178p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2017.

PELEGRINI, S.C.A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e Memória**, UNESP – FCLAS – CEDAP, v. 2, n. 26, 2007, p. 54-77.

RADLEY, A. Artefactos, memória e sentido del pasado. In: MIDDLETON, D.; EDWARDS, D. (Orgs.). **Memória compartilhada: la natureza social del recuerdo y del olvido**. Buenos Aires: Paidós, 1992. p. 63-76.

RIEHEL, Daiana. **Memórias de agulhas: manifestação artesanal das bordadeiras de Jaraguá do Sul, Santa Catarina**. 2014. 127p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2014.

SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. IN: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ªed. RJ: Lamparina, 2009. p. 49-58.

SANTOS, P. A. **Olhos d' Água, Olhos d'Alma: de bem cultural a patrimônio goiano**. 2005. 35p. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) - PUC-Goiás, Goiânia, 2005.

SILVEIRA, F. L. A.; BEZERRA, M. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. IN: LIMA FILHO, M., ECKERT, C., BELTRÃO, J. (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau, SC: Nova Letra, 2007. p. 81-97.

SILVEIRA, F. L. A.; LIMA FILHO, M. F. Por uma antropologia do objeto documental: entre “a alma nas coisas” e a coisificação do objeto. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun. 2005.

VIEIRA, L. R. **Registro e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/ CONLEG/Senado, setembro/2016 (Texto para Discussão nº 211). Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/estudos>>. Acesso em: 29 set. 2018.

UNESCO. **Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: Unesco, 2003. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

VARINE. H. de. **As raízes do futuro: O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

In: ISMÉRIO, Clarisse (Org.). Patrimônio Cultural: simbolismos, intertextualidades e polifonias [livro eletrônico]. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/9786599324215>>.

Novo Sarau Noturno: do presencial ao virtual

Clarisse Ismério¹, Amanda Couto² e Darlan Rosa³

doi.org/10.47585/9786599324215.2

O projeto Cultural Sarau Noturno, criado em 2008, com o objetivo de contar a história da cidade de Bagé/RS, aproximar a comunidade local da riqueza presente no Cemitério da Santa Casa de Caridade e assim promover a preservação da arte cemiterial, consagrou-se então através de apresentações presenciais, pesquisas e publicações. Iniciou o ano de 2020, enfrentando o desafio de adaptar-se à atipicidade causada pela pandemia de Covid-19. Essa mudança era necessária para que o evento continuasse sua proposta, assim apresentamos o processo de reinvenção virtual do novo Sarau Noturno. Munidos de desafios permeados desde sua concepção estética, formal e funcional, destaca-se o papel da educação patrimonial e o valor histórico-cultural presente nos túmulos, jazigos, estátuas e símbolos, tendo em vista o valor imaterial presente no espaço cemiterial.

Palavras-chave: Educação; Patrimonial; Arte; Cemiterial; Virtualização.

1 Historiadora, Doutora em História do Brasil pela PUC-RS. Professora e Pesquisadora do Centro Universitário da Região da Campanha - Urcamp. Coordenadora do Sarau Noturno, <http://lattes.cnpq.br/4600253785089001>, e-mail: clarisseismerio@urcamp.edu.br.

2 Acadêmica do Curso de Direito do Centro Universitário da Região da Campanha - Urcamp. Voluntária do projeto Sarau Noturno, <http://lattes.cnpq.br/5342403955563312>, e-mail: amandacouto189165@sou.urcamp.edu.br.

3 Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Região da Campanha - Urcamp. Voluntário do projeto Sarau Noturno, <http://lattes.cnpq.br/6908906852584130>, e-mail: darlanrosa190142@sou.urcamp.edu.br

Introdução

Em 2008, foi criado o Sarau Noturno, um evento de educação patrimonial criado para valorizar a arte cemiterial e para aproximar a comunidade local da riqueza presente no Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé, Rio Grande do Sul. Trata-se de um evento consolidado, do qual participam acadêmicos de vários cursos do Centro Universitário da Região da Campanha - Urcamp. Durante os anos de atuação, de 2008 a 2019, o Sarau Noturno brindou ao público apresentações que destacavam a importância histórica e artística do local.

Mas, o ano de 2020 foi extremamente desafiador, pois, em virtude do isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19, forçou uma readequação do Sarau Noturno aos novos tempos. Foi criada uma nova proposta de apresentação, um novo roteiro, cenário virtual adaptado e apresentação através da rede social YouTube. Assim apresentamos, nestas breves páginas, o processo de reinvenção do Sarau Noturno para a linguagem cênica virtual.

O novo Sarau Noturno

Os cemitérios, originalmente, foram criados para abrigar os mortos, mas com o tempo transformaram-se em instituições culturais. Verdadeiros museus a céu aberto que devem ser “visitados e admirados pelas obras de arte neles contidas, obras essas que eram muitas vezes representativas do que de melhor se fazia na época”. (QUEIROZ, 2007, p. 1)

Diante da importância desses espaços de memória, iniciamos no ano de 2007 a pesquisa História através da Arte Cemeterial, buscando dados dos túmulos e mausoléus do acervo do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé⁴. A investigação em fontes cemiteriais é bastante rica e, segundo Bellomo (2000), nos permite reconstituir a história das sociedades por meio de múltiplas nuances como crenças religiosas, ideias e posturas políticas, estética artística, formação étnica do município, expectativa de vida da população, além de propiciar o desenvolvimento de estudos genealógicos. Metaforicamente, o cemitério pode ser comparado a um livro e cada túmulo é um capítulo que narra as histórias e os imaginários sociais.

Cabe destacar que o Sarau Noturno fundamenta-se na Educação Patrimonial, para promover a valorização e preservação do acervo artístico e arquitetônico, pois propicia a “ativação da memória social, recuperando conexões e tramas perdidas [...], promovendo a apropriação pelas comunidades de sua herança cultural, resgatando ou reforçando a autoestima e a capacidade de identificação dos valores culturais.” (HORTA, 2000, p. 35).

Maria Elizia Borges, grande pesquisadora dos estudos cemiteriais no Brasil, enfatiza

4 O Cemitério da Santa Casa de Bagé, de 1858, possui um conjunto de túmulos de inestimável valor histórico. Em seu acervo, estão figuras notórias da sociedade, envolvendo mausoléus de famílias tradicionais e de heróis da Revolução Farroupilha e da Guerra do Paraguai. Esse cemitério guarda uma parte da história da “Rainha da Fronteira” (apelido da cidade de Bagé), que pode ser contada por intermédio de seus vultos históricos, das representações simbólicas e pela releitura promovida pelo imaginário social (ISMÊRIO, 20216).

a importância e vanguarda da proposta do Sarau Noturno, ao reconhecer que “foi pioneiro no Brasil e conta com a participação de alunos universitários que realizam performances bem complexas: representam personagens da literatura romântica vestidos à caráter; declamam poesias, cantam trechos musicais e teatralizam o contexto histórico bajeense à medida que adentram o cemitério.” (apud ISMÉRIO, 2016, p. 14)⁵.

Trata-se de uma teatralização cujo roteiro mescla vultos históricos de Bagé com passagens e personagens da literatura romântica. Assim, as personalidades locais, como o João da Silva Tavares (Visconde de Cerro Alegre)⁶, o General Antônio de Souza Netto⁷ ou o comerciante filantropo Francisco Ilarregui⁸, dividem o cenário com Hamlet, Ofélia, Henrique V e Lisístrata. A escolha dos personagens ocorreu presença marcante, força simbólica e por melhor se integrar as passagens propostas.

Mas em 2020, em que vivemos um período de exceção provocado pela pandemia da Covid-19, onde estamos imersos num tempo marcado por telas de computador, links de vídeo conferências, *lives* e ensino remoto, o Sarau Noturno se reconfigura para entrar no universo virtual.

Constituindo-se como um projeto cultural de ensino, atualmente é formado pelas(os) acadêmicas(os) Amanda Antunes do Couto (Direito), Amanda Aires Bispar (Direito), Ana Carolina Moraes da Silva (Ciências Biológicas), Camila Barcellos (Direito), Darlan Almeida da Rosa (Arquitetura), Kátia Silene Antunes da Silva (História), Mateus Mesk Ferreira (Psicologia), Raiana Lima Barreto (Ciências Biológicas), Thanise Maçã Machado Miranda (Ciências Biológicas), Vinícius Rodrigues Ferreira (Arquitetura) e Vivian Torbes (Nutrição).

A esse grupo coube o desafio de reinventar o Sarau Noturno, buscando além da valorização do patrimônio, uma visão social da arte cemiterial refletida sob a característica de suas áreas de formação. O roteiro foi alterado com o acréscimo da personagem que conta a história de Luciana Lealdina de Araújo, mais conhecida como mãe Luciana, que dedicou sua vida para caridade. Em

5 Conforme também destaca a pesquisadora, “as visitas guiadas em cemitérios no período noturno, acompanhadas com programações artísticas, foram iniciadas há pouco tempo no Brasil. Em 2014, foi implantado o projeto Memória e Vida Consolação, no Cemitério da Consolação (1858) em São Paulo. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e o Serviço Funerário Municipal estão realizando práticas culturais diversas, com o objetivo de inovar o uso do espaço cemiterial com apresentações noturnas de música, peças de teatro e projeção de filmes. Essa proposta é muito similar às que preveem os programas denominados ‘noite de Lua Cheia’, realizados nos cemitérios museus instalados nas cidades latino-americanas de Medellín (Colômbia) e Lima (Peru).” (BORGES apud ISMÉRIO, 2016, p. 14).

6 João da Silva Tavares, o Visconde de Cerro Alegre, comandante da divisão de cavalaria do Exército Imperial Brasileiro, é um dos nobres da história de Bagé. Recebeu seus títulos nobiliários pelos serviços prestados à monarquia e pela lealdade dedicada ao Império. Em 1859, ganhou o de “Barão de Serro Alegre” e, em 1870, ao final da Guerra do Paraguai, lhe foi auferido o título de “Visconde com Grandeza”. Essa distinção autorizava usar em seu brasão de armas a coroa do título superior, no caso o de conde. Por seus feitos também recebeu as comendas de Comendador da Ordem de Cristo e Cavaleiro da Ordem de Aviz. (ISMÉRIO, 2016, p. 44-45).

7 Apesar de seu perfil militar, tendo participado da Revolução Farrroupilha (1835-1945) e da Guerra do Paraguai (1864-1870), não foi representado como um general em seu leito de morte. Pelo contrário, foi eternizado iconograficamente como um herói ilustrado que, ao invés da farda, veste terno e gravata, símbolos de sobriedade e elegância na época. (ISMÉRIO, 2016, p. 37).

8 Imigrante espanhol que prosperou através de atividades ligadas ao comércio e tornou-se uma figura de destaque na sociedade bajeense, era considerado “[...] um cavalheiro respeitável, de caráter austero e muito concentrado ao trabalho, conseguindo à custa de incessante labor adquirir honestamente uma regular fortuna.” (ISMÉRIO, 2016, p. 45).

1901, criou o Asilo de Órfãs São Benedito, em Pelotas, “com o objetivo de amparar e instruir meninas pobres desvalidas, ou seja, órfãs, enjeitadas.” (CALDEIRA, 2014, p. 114). Contar sua história sob o olhar do Sarau Noturno é valorizar a vida e obra dessa mulher impar, que hoje descansa num modesto túmulo do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé.

Nos cemitérios as imagens femininas são predominantes, porém elas evidenciam a submissão feminina ao serem representadas por carpideiras, alegorias e musas, foram ressaltadas somente as virtudes femininas, uma característica do ideário positivista que na “arte deve representar uma imagem ideal a ser seguida, cultivando com isso o aperfeiçoamento humano.” (ISMÉRIO, 2019, p. 57). Porém, no Sarau Noturno, as representações femininas são protagonistas com voz ativa para denunciar e lutar contra os cativeiros impostos pelo patriarcado ao longo da história. Trata-se de uma homenagem às professoras, jornalistas, poetisas e literatas dos séculos XIX e XX, que lutaram pelos direitos das mulheres.

A proposta do novo Sarau Noturno foi apresentada em um evento online no dia 15 de agosto de 2020⁹. A noite iniciou com palestra da Dra. Fernanda Pedrazzi, docente da UFSM, com o tema “A importância dos cemitérios como guardiões do patrimônio”. E, na segunda parte, os integrantes do Sarau Noturno apresentaram seus personagens (Figura 1).

Figura 1: Palestra e apresentação da proposta do novo Sarau Noturno.



Fonte: acervo do projeto.

O evento foi nitidamente um sucesso e estiveram presentes prestigiando-o os integrantes da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), da Rede Ibero-americana de Estudos Cemiteriais, mestrandos do Programa de Pós-Graduação de Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, o consultor Daniel Sperb, professoras, acadêmicas(os) da Urcamp e comunidade.

O coordenador do Curso de Farmácia da Urcamp, Dr. Guilherme Cassão Marques Bragança, deu um depoimento emocionado relatando sua participação no Sarau Noturno, pois atuou na construção,

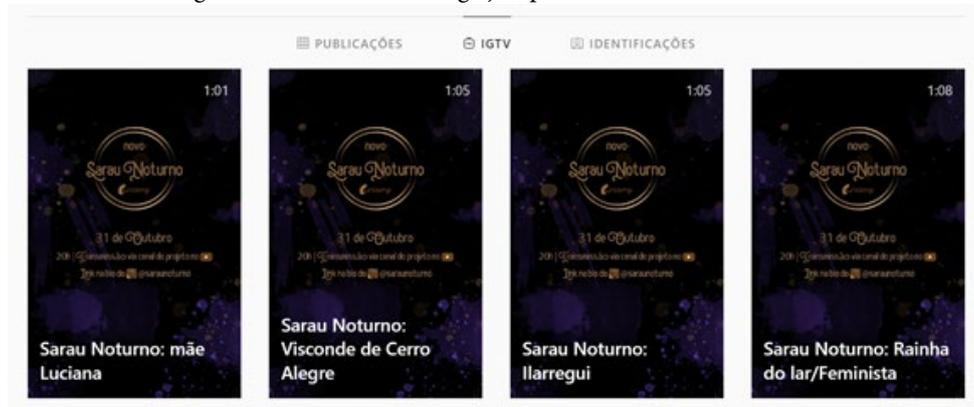
⁹ Esse evento foi proposto pelo acadêmico Darlan Almeida da Rosa e acolhido por todos os componentes do grupo.

tanto no processo de coleta de dados da pesquisa como nas apresentações como violinista.

O Sarau Noturno é a mais encantadora expressão da cultura, arte e preservação do patrimônio histórico. No Sarau, as verdades de outrora ressurgem e ganham vida em uma contemplação pura e bela de existências que marcaram épocas, de amores que guardaram saudades. Fazer parte deste lindo e sem igual projeto é uma lisonja que seria indefinível apenas com palavras, pois o sarau é sentido, é vivido! A gratidão que trago no coração é imensa. A Professora Clarisse com sua essência histórica nos trouxe o futuro. Apresentou à comunidade o maior e mais relevante projeto de valorização cultural dos nossos museus a céu aberto, dos nossos templos individuais - as moradas reais - que na eternidade guardam a base que em idos tempos estruturaram as viagens ainda planejadas numa história hoje revivida. Confesso, com o coração repleto de carinho, que não só faço parte do Sarau Noturno, mas sim, ele é parte de mim! Ele guarda seu lugar em meus dias, em minha alma, em meu coração, em meu pensamento. Nele, vivo lindas lembranças que em mim ele faz serem vida! (BRAGRANÇA, Guilherme C. M., 2020)

A partir daí, a equipe de marketing, composta por Amanda do Couto, Ana Carolina Moraes e Darlan Almeida, começou a produzir peças de divulgação. Utilizou-se um método de divulgação efetiva, visando levar a conhecimento do público pequenos fragmentos dos monólogos de cada personagem, durante vídeos curtos de no mínimo 1 minuto (Figura 2) e artes que enfatizaram o acervo cemiterial presente no Cemitério da Santa Casa de Bagé, ao passo que revelassem a nossa identidade visual e provocassem não só apelo e curiosidade, mas consciência da detenção deste espaço como ambiente material e imaterial, guardião da memória, história e cultura local.

Figura 2: Vídeos de divulgação para o dia 31 de Outubro.



Fonte: acervo do projeto.

A necessidade de instigar o público a conhecer e reconhecer o projeto se consagra com a idealização dos teasers de divulgação durante a última semana, que antecedeu a apresentação. Assim, além de reinventar os trejeitos e representações cênicas dos personagens através do audiovisual, destaca-se que o mesmo permite dar novas roupagens e ambientações mediante os recursos luminotécnicos e/ou sonoros durante a pré e pós produção dos vídeos. O meio de explanação inicial dos vídeos se deu através da ferramenta IGTV¹⁰, proporcionada pelo Instagram.

¹⁰ IGTV, ou Instagram TV, é uma ferramenta proporcionada pela plataforma Instagram que possibilita a postagem de vídeos mais longos, de no mínimo 1 minuto e máximo de 60 minutos, e com dimensões diferentes do padrão de postagem.

Foram criadas chamadas para o Facebook e Instagram institucionais e do próprio Sarau Noturno, com imagens de jazigos, estátuas e símbolos (Figura 3), além de uma contagem regressiva explicitando alguns dos personagens, até o dia da apresentação (Figura 4).

Figura 3: Artes de divulgação para o dia 31 de outubro.



Fonte: acervo do projeto.

Imagem 4: Contagem regressiva para o dia 31 de outubro.



Fonte: acervo do projeto.

E para a inserção no universo cyber foi criado um cenário virtual, utilizando a ferramenta OBS Studio¹¹ somado à ferramentas de manipulação, tratamento e pós-produção de imagem, alicerçado na plataforma do Google Meet para ser transmitida via YouTube em uma *live*. A plataforma de vídeo pré-estabelecida proporciona as usuais videoconferências, um meio visual mais direto e pessoal, onde a presença de cada personagem se daria de maneira inteiramente desprovida de contextualizações e ambientações, revelando demais o ‘por de trás das cortinas’. Destarte, demonstrava-se restrito e dependente do espectador, tendo em vista o caráter autônomo de acessibilidade da própria ferramenta, o que exigia do público uma compreensão a respeito do manuseio e um conhecimento da cronologia a ser apresentada. Tais pontos afastam dos produtores o controle da experiência, que em contraponto a um produto audiovisual que possui um aspecto individual em sua produção, também gera percepções subjetivas e mutáveis de acordo com as individualidades múltiplas, sendo assim, necessitava-se de um veículo que refletisse tal qual como um construto cinematográfico em sua exibição.

Colocando em evidência a necessidade de promover uma imersão controlada no modo de apresentação do evento, pensou-se em possibilidades que abrangessem e colaborassem para a ambientação dos monólogos e simbologias do espaço cemiterial, sem perder o dinamismo. A plataforma de videoconferência pré-estabelecida, estagnava os objetivos propostos: desmistificação, desconstrução e, principalmente, a ambientação das falas que aludem aos túmulos existentes no Cemitério da Santa da Casa de Caridade de Bagé.

Com isso, o pilar inicial, a imersão, norteou o desenvolvimento do veículo de apresentação, antes por videoconferência e agora via transmissão igualmente em tempo real, devidamente munidos de ferramentas criativas que permitiram não só apoiar a identidade visual concebida, mas igualmente a sua ambientação, buscadas para este fim, onde o aspecto subjetivo prevalece, porém inalterado em sua essência, afinal os produtores, por sua vez, mantiveram o controle por trás dos bastidores.

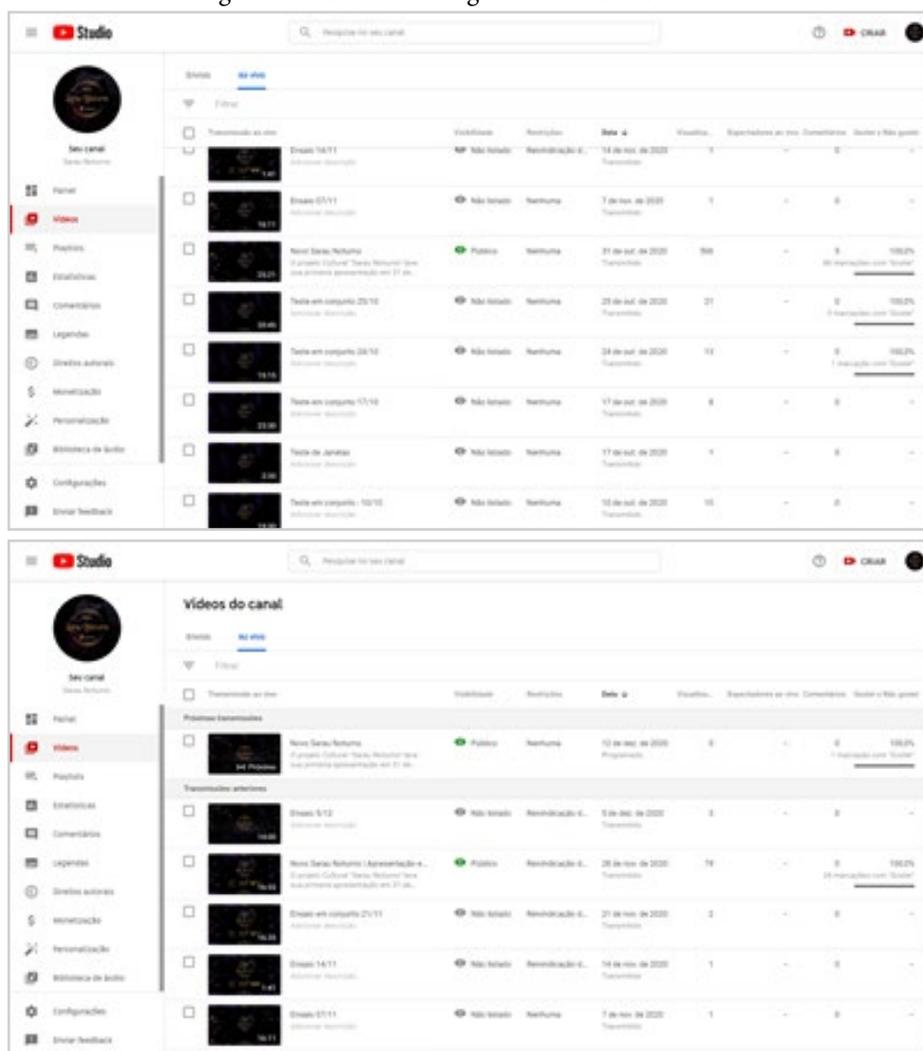
Ambientar os monólogos e cada personagem, com base em sua posição física no evento presencial, foi imprescindível junto à unidade e concepção estética padrão criada. As questões simbólicas tocantes à arte cemiterial se fazem presentes da mesma forma que o ambiente presencial, com seus túmulos ao lado e ambientados por fundos semelhantes. Assim, possibilitamos que os telespectadores além de encararem o evento como uma peça de teatro virtual e também o entendessem como um pequeno filme. A divisão em atos, correlacionados entre si, bem como a apresentação ao vivo, aludem ao ambiente teatral, mas a colocação dos recursos digitais, somada a possibilidade de revisitar este ambiente posteriormente, trazem o espírito cinematográfico e a conscientização acerca do acervo

¹¹ *Open Broadcaster Software*, ou OBS Studio, é um *software* de transmissão e gravação gratuito. O mesmo permite total personalização e customização dos veículos de indexação dos personagens, onde além de ambientar os aspectos cênicos, climatizou-se e creditou-se igualmente a uma nomenclatura cinematográfica, afinal, desprendido de seu caráter físico, o conjunto inteiro do programa fez com que o produto final pudesse ser alterado de acordo com as necessidades e programações visuais que foram e serão produzidas.

cemiterial de valor histórico, simbólico e cultural contido nos túmulos, jazigos e estátuas ao levar para o âmbito digital, as experiências do museu a céu aberto.

Em virtude de tais objetivos e aspirações, ressalta-se a importância do constante aprendizado mútuo do grupo a partir dos ensaios semanais com *lives* privadas no canal do YouTube do projeto, assim, praticando o uso das ferramentas escolhidas onde resguardou-se um acervo de material digital (Figura 5 e 6), obtido para posteriores análises, entendimentos e remodelagens se necessário.

Figuras 5 e 6: Acervo digital dos ensaios e testes.



Fonte: Acervo do projeto.

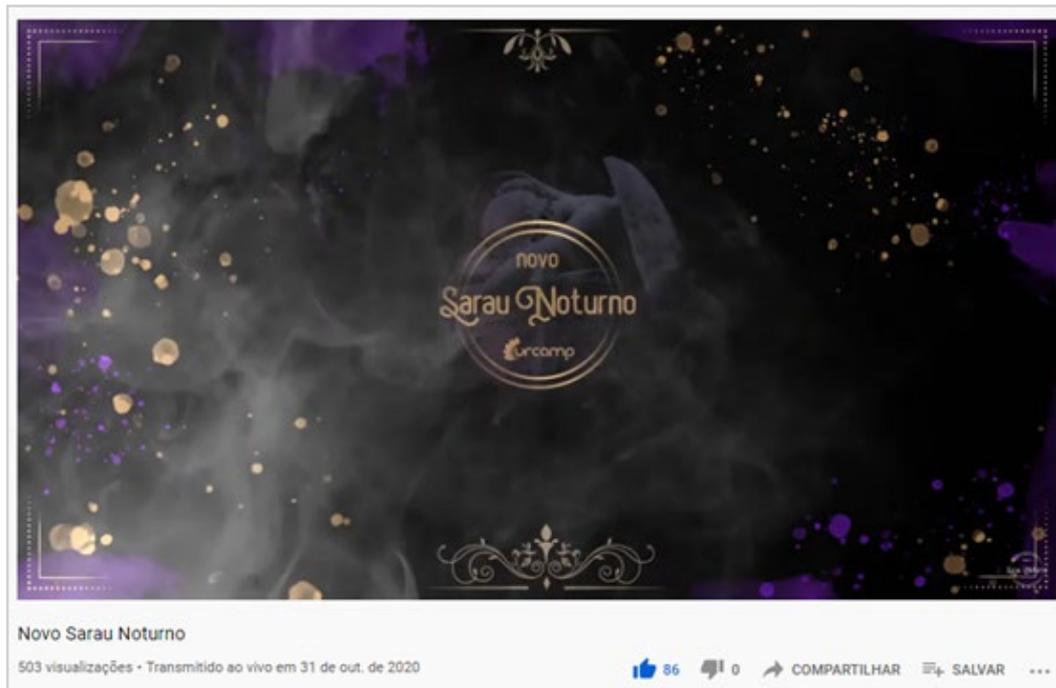
Mas, como prender a atenção dos telespectadores? E, principalmente, como promover, instigar e estimular aqueles que conhecem o projeto do meio presencial e os que o desconhecem para esta nova proposta?

Tomando como ponto de partida a concepção visual necessária para o construto como um todo, ou seja, a identidade escolhida para a apresentação, e a vontade de ambientar o espectador, foram criados cenários, para cada personagem, que ressaltam o

caráter simbólico presente em suas falas. Estes artifícios, somados ao esforço de adaptar a interpretação dos personagens ao enquadramento digital, trabalham em conjunto para com o produto final, o projeto reinventado através de seu roteiro para o meio virtual.

O novo Sarau Noturno foi lançado via plataforma virtual do YouTube no dia 31 de outubro de 2020, totalmente adaptado ao mundo virtual (Figura 7 e 8).

Figuras 7 e 8: Apresentação do dia 31 de outubro de 2020.



Fonte: Arquivo do projeto. Disponível em: <<https://youtu.be/fiF9n3gsmGk>>.

A primeira apresentação teve um público bastante expressivo, composto por 178 assistentes, dos quais professores, coordenadores, alunos da Urcamp, comunidade de Bagé. Destacamos abaixo algumas das manifestações proferidas durante a apresentação.

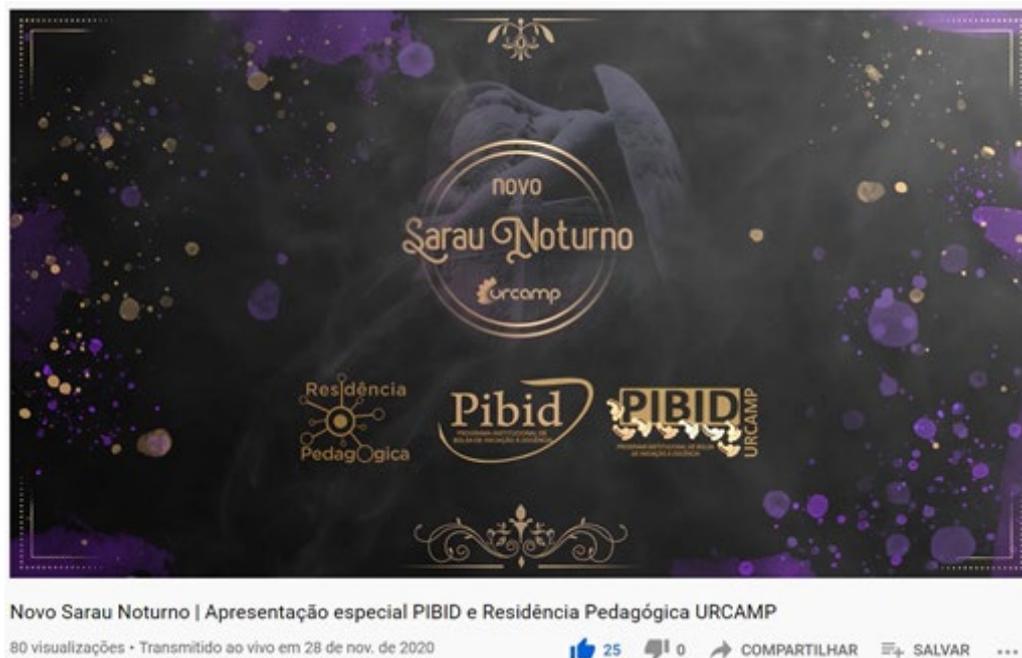
E como a gravação fica disponível, possibilitou um acesso ainda maior, sendo

que hoje temos 544 visualizações. Os comentários foram bastante motivadores como o de Daniel Sperb, consultor da Urcamp.

O mundo precisa conhecer esse lindo projeto! Meus parabéns!!!!!!!!!!!!!! Clarisse, és a Maestrina dessa competente orquestra! Ver esses estudantes protagonizando seu próprio aprendizado é algo que leva qualquer educador que sabe o valor da educação libertadora às lágrimas! Clarisse, por favor, leve meus parabéns a todos talentos que presenciei nessa linda obra! Durante muitos anos eu pedi aos meus alunos que jamais entregassem um trabalho, mas sim, se entregassem ao trabalho. É isso! É isso que eu vi aqui! Meus parabéns, mais uma vez! (SPERB, Daniel Q. Depoimento via YouTube do Sarau Noturno, 2020).

Ocorreram mais duas apresentações, sendo uma especial para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID e Residência Pedagógica da Urcamp (Figura 11), a convite da coordenadora institucional, professora Ângela Carretta. Ao final da apresentação, ocorreu uma conversa, via plataforma do Google Meet, sobre educação patrimonial e concepção dos personagens. E no dia 12 de dezembro encerramos a temporada de 2020.

Figura 11: Apresentação especial para os Programas PIBID e Residência Pedagógica da Urcamp e Apresentação de encerramento do semestre.



Fonte: Arquivo do projeto. Disponível: <<https://youtu.be/pwSP6YOgayg>>.

Destacamos que o grupo superou as dificuldades e proporcionou uma reinvenção do projeto frente às adversidades do novo veículo, buscando inovar e atender as necessidades de uma unidade visual e qualidade sonora que fora posteriormente aperfeiçoada de forma ainda mais efetiva. Por se caracterizar como um coletivo, as dificuldades individuais, como a integridade da conexão à internet e o alinhamento nos ensaios, precisaram ser superados em conjunto. O que não só qualificou o grupo, como gerou estímulos para seguir consagrando e firmando território na nova concepção e ressignificação do projeto nesse momento atípico.

Considerações finais

Reinventar um evento consagrado não é uma tarefa fácil, ainda mais o Sarau Noturno, que era realizado presencialmente no Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé desde 2008 e que possui reconhecimento da comunidade local e respaldo científico da área.

E, como relatado e evidenciado, foi um processo permeado pela reestruturação do roteiro, ensaios, virtualização dos túmulos, construção do cenário virtual, criação e divulgação do material de divulgação, até chegar ao esperado dia 31 de outubro, no qual ocorreu a estreia do novo Sarau Noturno.

Para essa conquista, foi imprescindível o protagonismo dos acadêmicos, que tomaram para si o desafio da reconstrução e foram determinantes no êxito do projeto. Esses jovens desenvolveram competências e habilidades cognitivas que vão além dos seus cursos de formação.

O novo Sarau Noturno inova ao romper as barreiras físicas e levar sua mensagem de valorização e preservação da arte cemiterial para o interior das residenciais do público que o acompanha. A adaptação aos novos tempos é, sem dúvida nenhuma, mais uma proposta pioneira do projeto. Vida longa ao Sarau Noturno!

Referências

ARIÈS, Philippe. 1982. **O Homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Vol. II, 1982.

BELLOMO, Harry. **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. Porto Alegre: EDIPUCS, 2000.

CALDEIRA, Jeane dos Santos. **O Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/ri/2809>>. Acesso em : 20 ago. 2020.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da educação patrimonial. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 27, 2000. p. 25-35.

ISMÉRIO, Clarisse. **Sarau Noturno**. Lisboa: Editora Chiado, 2016.

QUEIROZ, Francisco. Os cemitérios históricos e o seu potencial turístico em Portugal. In: **Anuário 21 Gramas**, n. 1, 2008, p. 7-12. Disponível em: <http://www.franciscoqueiroz.com/Cemiterios_historicos_Potencial_Turistico_Portugal_%20versao_21_gramas.pdf>. Acesso em: 31 maio 2016.

In: ISMÉRIO, Clarisse (Org.). Patrimônio Cultural: simbolismos, intertextualidades e polifonias [livro eletrônico]. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/9786599324215>>.

A salvaguarda do patrimônio literário: edições interpretativas da produção dispersa de Innocencio Galvão de Queiroz

*Gilson Antunes da Silva*¹, *Ana Beatriz Santos Conceição*²
*e Carlos Abraão Negrão Silva*³

doi.org/10.47585/9786599324215.3

Apresentamos o projeto “Entre a memória, a salvaguarda e o texto: Innocencio Galvão de Queiroz e sua dispersa produção ficcional”, desenvolvido como pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiana (IF Baiano, *Campus Valença*) entre os anos 2019 a 2020, a fim de evidenciar como, por meio de edições interpretativas, contribuimos para a preservação e a divulgação do patrimônio literário do Baixo Sul da Bahia. Tomamos como corpus de investigação jornais publicados no século XX na cidade de Valença, as revistas O Tico-tico, O malho e Beira-Mar, editadas no Rio de Janeiro no século XX, além de duas Miscelâneas em que eram colecionados textos e notícias sobre a família Queiroz. As edições realizadas contribuem para a reintrodução de textos do autor no cenário literário local, reavivando sua memória e valorizando a sua produção.

Palavras-chave: Patrimônio literário; Galvão de Queiroz; Filologia; Salvaguarda; Edição interpretativa.

1 Doutor em Literatura e Cultura (UFBA), Mestre em Letras e Linguística (UFBA), Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (FACCEBA), em Ensino de Língua e Literaturas de Língua Portuguesa (UNIMES), em Teoria da Psicanálise de Orientação Lacaniana (BAHIANA/IPBA), Licenciado em Letras (UNEB) e Bacharel em Filosofia (UCSal). Professor do IF Baiano (Valença), membro do Grupo de Pesquisa em Linguagens, Culturas e Ambientes (GLICAM) e da Academia Valenciana de Educação, Letras e Artes (AVELA), <http://lattes.cnpq.br/7484310646564871>, e-mail: gilsonfi@bol.com.br.

2 Aluna do último ano do curso Técnico Integrado em Agroecologia do Instituto Federal Baiano (*Campus Valença*), pesquisadora CNPq, <http://lattes.cnpq.br/5632584923870080>, e-mail: a.beatrizsc03@gmail.com.

3 Aluno do último ano do curso Técnico Integrado em Agroecologia do Instituto Federal Baiano (*Campus Valença*), pesquisador CNPq, <http://lattes.cnpq.br/9839768351473511>, e-mail: abraonegrao1@gmail.com.

Introdução

O interesse pelos arquivos por parte da crítica literária tem crescido ultimamente no sentido de se buscarmos, nesses espaços, marcas ou pistas para a compreensão do texto via estudo do autor. A abertura promovida pela literatura comparada no âmbito dos estudos literários é uma das responsáveis por estabelecer esse diálogo com outros espaços e/ou suportes de compreensão do fenômeno literário. Nesse sentido, diluíram-se as fronteiras disciplinares, relativizando os saberes particularizados e fechados em uma única direção, além de se promover uma outra posição metodológica frente ao material de pesquisa. Por esse viés, adota-se uma perspectiva de estudo também voltada para materiais existentes nos acervos literários – o estudo das fontes primárias – imprimindo novo olhar sobre a recuperação do texto e da memória. Dessa estratégia de investigação, surgem as biografias literárias, edições críticas, publicações de textos inéditos, edições de obras raras, organização de antologias, além da produção de um conhecimento não monumental (SOUZA, 2002).

Voltar-se para esses lugares onde os textos são depositados ou mesmo esquecidos significa restituir a esses mesmos textos sua gestualidade perdida de escritura, sua dinâmica de transformações, acréscimos, subtrações e apropriações. Trata-se de um ato de recuperação mnemônica (COLOMBO, 1991), em que se traz o texto para o presente, revitalizando sua potencialidade e infundindo outra vida naquilo que dele é resgatado.

A sedução dos arquivos sempre exerceu grande fascínio sobre um outro grupo de estudiosos, os filólogos ou amantes da palavra. A busca pelo texto em sua materialidade os leva a esses ambientes, com o objetivo de preservá-lo e restituí-lo em sua forma original, para que possa ser estudado em seus variados aspectos: linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico, etc. O surgimento da própria Filologia está diretamente aliado a esses lugares de memória. Segundo César Nardelli Cambraia (2005), os primeiros trabalhos da Crítica Textual no Ocidente estão, por exemplo, situados em torno da Biblioteca de Alexandria em que se formou um centro de estudos onde se reuniam estudiosos de diversas áreas. Ao longo de seu desenvolvimento, a Filologia jamais se afastara desses centros de guarda da memória. Com o desenvolvimento da Crítica Genética, esse apego a arquivos, museus, bibliotecas particulares e memoriais permaneceu em voga. Como seu objeto são “os manuscritos literários, na medida em que trazem o traço de uma dinâmica” (GRÉSILLON, 2002, p. 147), a Crítica Genética utiliza-se de uma gama heterogênea de fontes.

A partir dos anos dois mil, foi muito intensa a publicação de autores locais na cidade de Valença (Bahia)⁴. Surgem importantes antologias organizadas pelo escritor Araken Vaz Galvão e muitas publicações autorais, revelando autores como Alfredo Gonçalves de Lima Neto, Rosângela Góes, o próprio Araken Vaz Galvão, Moacir Saraiva, Amália Grimaldi, Ricardo Vidal, Mustafá Rosenberg, Ângelo Paraíso Martins, Macária Andrade, etc. O que se produziu antes disso pouco se sabe e se conhece. Encontram-se, nas bibliotecas locais, dois livros do poeta Otávio Mota publicados

⁴ Valença é um município situado no território do Baixo Sul da Bahia com área de 1.123,975 km² e com uma população de, aproximadamente, 97.233 pessoas.

na década de oitenta: *Pensar fluidos* (1986) e *Apocalypse Man* (1987). Nomes como José Malta, Cícero Mendes, João Batista Cerne, Manoel Ribeiro, Jacob Campos, Álvaro Maciel, Nathan Coutinho, Newton Libertador, Galvão de Queiroz, Ribeiro Libertador e Fábio Luz foram vítimas do apagamento arquivista e desapareceram, de certa forma, do campo literário baiano.

Essa pulsão de amnésia, expressão cunhada pelo filósofo Jacques Derrida em *Mal de arquivo* (2001), atravessa a história cultural da cidade de Valença e se digladiava com outra pulsão de potência semelhante, que tenta resistir a essa força de esquecimento. A memória se mantém entre essas duas forças antagônicas, isso porque:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9).

É nesse contexto que surge este trabalho, resultado de uma pesquisa desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano, Campus Valença) e de uma das metas do Grupo de Pesquisa Linguagens, Culturas e Ambientes – GLICAM. Na linha de pesquisa Literatura e Cultura do Baixo Sul, objetivamos estudar as representações literárias e culturais do Baixo Sul do Estado da Bahia, investigar as produções literárias de seus autores, a fim de preservar, divulgar e valorizar o patrimônio literário, escritural, linguístico e cultural da região e do Estado, além de editar, publicar e analisar, sob diferentes perspectivas teóricas, as produções literárias e culturais criadas a partir do século XIX. Nasce, por sua vez, do desejo de trazer à cena literária autores esquecidos no tempo e recuperar essas memórias desbotadas. Aqui nos debruçamos sobre os textos dispersos de Innocencio Galvão de Queiroz, poeta, cronista, contista, tradutor, crítico literário e amante da palavra.

Galvão de Queiroz nasceu em Valença (BA), em 29 de julho de 1904. Foi secretário e professor do Colégio Nacional em Paraíba do Sul. Em 1935, ingressou na redação da revista *O Malho*, fazendo parte até se aposentar em 1965. Durante 30 anos, foi redator e arquivista de *O Malho*, *Ilustração Brasileira*, além de dirigir *O Tico-Tico*, *Tiquinho*, *Cirandinha* e os seus respectivos *Almanaques*. Colaborou com diversos jornais nacionais e locais, traduziu algumas dezenas de livros do francês e do espanhol para a Editora Vechi. Em 1933, publicou *Caíva: contos*, pela Editora do Globo que, no ano seguinte, conquistou o primeiro lugar no Concurso da Academia Brasileira de Letras. Além desse livro, o autor escreveu outros infantis: *Reportagens de Pitusquinho* (1942?); *Os sinais misteriosos* (1945?); *A árvore que falava* (s.d.); e *O pinguim que fugiu do gelo* (1977), editados pela Biblioteca Infantil de *O Tico-Tico*. Faleceu em 10 de janeiro de 1977, na cidade do Rio de Janeiro, deixando uma série de textos dispersos em jornais e revistas para os quais colaborou ao longo de sua vida.

Muitos de seus textos publicados em jornais e revistas não foram reunidos em livros e estão desaparecendo ao longo dos anos. Isso faz com que o grande público não conheça os outros perfis autorais de Galvão de Queiroz para além daqueles desenhados nos seus livros de contos e de literatura infantil. Nesse sentido, desenvolvemos um projeto que buscasse recompor esses textos dispersos. Buscamos, portanto, em primeiro lugar, resgatar esses textos do passado para que não desapareçam e,

a partir daí, possamos torná-los acessíveis aos leitores; em segundo, preservar a integridade dos documentos importantes da nossa cultura e das literaturas valenciana e baiana, pela importância de restabelecer os monumentos literários, históricos na sua originalidade; em terceiro, conservar esses monumentos da memória cultural das corrupções do tempo; e, por fim, preservar o patrimônio literário, escritural, linguístico e cultural da cidade e, por conseguinte, do Estado da Bahia. Vale ressaltar ainda a importância do autor para as Letras Nacionais. Trata-se, também, de um escritor premiado nacionalmente, diretor/redator de umas das maiores revistas de circulação nacional e, em virtude disso, não pode ser esquecido. Recuperar seus textos dispersos implica também dar a devida valorização que um autor dessa estirpe merece, para que os seus conterrâneos possam ler seu passado e compreender o presente, seja à luz de suas crônicas, seja à luz de seus contos e poemas.

Objetivamos, neste texto, evidenciar como desenvolvemos trabalho de preservação do patrimônio literário na cidade de Valença-BA, valendo-se da Filologia Textual para editar, na perspectiva da edição interpretativa, textos de Galvão de Queiroz dispersos em arquivos e acervos particulares. Dividimos este texto em duas partes: na primeira, apresentamos o projeto com seus objetivos e sua metodologia e contextualizamos a principal teoria usada no seu desenvolvimento; na segunda, apresentamos os resultados do projeto, trazendo um exemplo de edição interpretativa e evidenciando a sua importância para a preservação do patrimônio literário.

O projeto de salvaguarda

O projeto intitulado “Entre a memória, a salvaguarda e o texto: Innocencio Galvão de Queiroz e sua dispersa produção ficcional” foi desenvolvido no IF Baiano (*Campus Valença*) entre os anos de 2019 e 2020 e teve apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Trata-se da chamada Interna PROPES Nº03/2019 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC – Ensino Médio/CNPq/IF Baiano. Os bolsistas Ana Beatriz Santos Conceição e Carlos Abraão Negrão Silva, coordenados por Gilson Antunes da Silva, desenvolveram as pesquisas em acervos físicos e digitais, a fim de localizar e recuperar textos de Galvão de Queiroz. Este projeto foi premiado na VII Mostra de Iniciação Científica do Instituto Federal Baiano – MIC, no I Congresso de Ensino e Pesquisa do IF Baiano (2020), como o melhor projeto de Iniciação Científica Ensino Médio. Objetivou-se, com esse projeto, editar textos ficcionais desse autor, de maneira que se pudesse organizar e recuperar seu material disperso, a fim de salvaguardar esse material do esquecimento e da destruição temporal. Além disso, pretendeu-se, após a organização desse material disperso, fazer alguns estudos de cunho crítico-analítico para oferecer ao leitor uma perspectiva de leitura literária da ficção do autor. Além desse objetivo central, elegemos outros secundários para nossa pesquisa, a saber: coletar os textos dispersos de Galvão de Queiroz, publicados em jornais, revistas e cadernos (manuscritos); realizar edição interpretativa desses textos, a

fim de preservá-los do esquecimento; organizar esses textos editados e apresentar uma leitura crítica desse material com base na Crítica e na Teoria Literárias; classificar esses textos a partir da teoria dos gêneros textuais e literários; apresentar uma biografia do autor com base nos materiais encontrados no *corpus* da pesquisa; apresentar, junto à edição interpretativa, alguns fac-símiles de textos mais significativos do autor.

Para alcançar nossos objetivos, utilizamos, como material básico desta pesquisa, exemplares de jornais depositados no Memorial da Câmara Municipal da cidade de Valença-BA, no Centro de Cultura Olívia Barradas (Valença - BA), no Instituto Cultural Euzedir e Araken Vaz Galvão (Valença - BA), no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (Salvador - BA). Aí se encontram peças dos principais jornais que circularam na cidade de Valença durante o século XX. No Memorial, estão depositados oito jornais diferentes que dão conta da vida literária, política, cultural, econômica e social da cidade, desde a primeira metade do século XX até os finais dos anos noventa. O mais abundante em exemplares é o Jornal Folha da Cidade, fundado na década de 1960. Dele existem em torno de 53 edições, cobrindo os anos de 1966 a 1973. O segundo maior em edições depositadas é o Manacá com sete delas (entre os anos de 1977 a 1991). Existem ainda edições de A semana (três, 1940 a 1962), O município (sete, de 1942 a 1945), O comércio (duas, de 1935), Jornal de Valença (duas, de 1963 e 1964), O Aráivid (três, de 1971) e alguns fragmentos do Jornal Valença Oficial (1942). Já no Centro de Cultura, encontram-se quatro jornais do século XX: Jornal de Valença (1963, 34 edições); O Município (1938-42, 13 edições); A Semana (1954 e 58, duas edições); Folha da Cidade (1970, 3 edições). Na Fundação Cultural Euzedir e Araken Vaz Galvão, estão depositados seis jornais valencianos: Caduceu (1965, 1 edição); Folha da Cidade (1965, 4 edições); A Semana (1949, 4 edições); O Aráivid (1971, 2 edições); Tribuna do Povo (1921, 5 edições); O Clarim (1915, 8 edições). Por fim, no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, encontram-se depositados 4 jornais editados na cidade de Valença: Correio Valenciano (1933-36, 6 edições); O Município (1933-38, 83 edições); O Provisório (1933, 27 edições) e O Comércio (1931-35, 41 edições). Além desses jornais, nosso *corpus* de investigação abarcou duas coletâneas intituladas pela dona Regina Queiroz (sobrinha do autor objeto desta pesquisa) de Miscelânea. Trata-se de dois cadernos em que os familiares colecionavam manuscritos, fotografias e recortes de jornais referentes à família. Nas duas Miscelâneas, encontra-se um verdadeiro arquivo da família Queiroz cuja memória é preservada com muito cuidado por dona Regina, guardiã desse tesouro. Há, nesses cadernos, textos manuscritos de Galvão de Queiroz, além de recortes de jornais com textos que foram escritos por ele. Por fim, o *corpus* dessa pesquisa abrangeu as revistas Tico Tico e O malho (1935 a 1977) das quais Galvão de Queiroz era diretor e colaborador. A pesquisa foi feita na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional⁵, em que se encontram disponíveis exemplares dessas revistas para livre acesso.

5 Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/tico-tico/153079>>. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/malho/anuario_malho.htm>

Figura 1: Cabeçalho de jornais valencianos e revistas cariocas usadas como *corpus* de pesquisa.



Fonte: Arquivo pessoal

Ao longo da pesquisa, ampliamos o corpus, inserindo mais uma revista digital, uma vez que descobrimos uma série de textos de Galvão de Queiroz aí publicados. Trata-se da Revista Beira-Mar, para a qual ele colaborou entre os anos 1930 a 1943. A pesquisa foi feita também na hemeroteca digital. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa e aplicada, cuja técnica principal foi a utilização de estratégia usada por muito tempo pela Filologia ou Crítica Textual: edição interpretativa.

Segundo Erich Auerbach (2015), a Filologia é o conjunto das atividades que se ocupam da linguagem do homem e das obras de arte escritas nessa linguagem. A preocupação em salvaguardar as obras do esquecimento e da degradação está presente desde a Antiguidade e, no século III a. C., surge a Filologia com o objetivo de editar os textos de Homero e de outros autores. Nesse sentido,

A necessidade de constituir textos autênticos se faz sentir quando um povo de alta civilização toma consciência dessa civilização e deseja preservar dos estragos do tempo as obras que lhe constituem o patrimônio espiritual; salvá-las não somente do olvido como também das alterações, mutilações e adições que o uso popular ou o desleixo dos copistas nelas introduzem necessariamente. (AUERBACH, 2015, p. 11).

Por essa perspectiva, cabe ao filólogo, além de estudar o documento, a tarefa de “[...] salvaguardar o patrimônio escrito, artístico e cultural, agir na recuperação, restauração, conservação e edição de textos (testemunhos-documentos-monumentos).” (SANTOS, 2008, p. 90). Ao filólogo cabe, sobretudo, propor novas leituras e interpretações.

A Filologia Textual, conforme Rosa Borges Carvalho (2003), tem por objeto de estudo o texto, tanto na sua existência material e histórica quanto na função de testemunho documental e literário. Sua tarefa consiste em resgatar os fios de transmissão dos textos, fazendo-se a inventariação e o estudo dos afastamentos da tradição face ao original, se ausente, através da crítica da tradição, se presente.

Busca-se a lição mais próxima daquela que teve em sua origem, valorizando os materiais autênticos ou os seus vestígios, e os conhecimentos de que dispõe o filólogo no momento histórico em que trabalha.

Para César Cambraia (2005), a contribuição mais evidente e importante dessa ciência é a recuperação do patrimônio cultural escrito de uma dada cultura. Além disso, a Filologia contribui para a transmissão e a preservação desse patrimônio, colaborando para a transmissão dos textos, uma vez que, ao se publicar um texto, este torna-se novamente acessível ao público leitor; e contribui-se para sua preservação, porque se assegura sua subsistência através de registro de novos e modernos suportes materiais, que aumentarão sua longevidade.

Há diversas maneiras de tornar acessível ao público um texto. Sua edição pode ser em formato de bolso, comentada, fac-similar, abreviada, digital, etc. No campo da Filologia Textual, existem duas grandes categorias de edições: as monotestemunhais (baseadas em apenas um testemunho de um determinado texto) e as edições politestemunhais (baseadas no confronto de dois ou mais testemunhos de um mesmo texto). Como nossos testemunhos (em sua maioria) enquadram-se no primeiro grupo, optou-se pela edição interpretativa (além dessa, existem a fac-similar, a diplomática e a paleográfica). A edição interpretativa, segundo Rosa Carvalho (2003) é a edição crítica de um texto em que o editor o transcreve, corrige os erros por conjectura, registra no aparato todas as suas intervenções, atualiza a ortografia e elabora notas explicativas de caráter geral. As vantagens desse tipo de edição, de acordo com Cambraia (2005), são a de permitir apresentar o texto em uma forma acessível a um público amplo, além de oferecer a esses leitores um texto mais apurado, na medida em que os elementos estranhos à sua presumível forma genuína vêm claramente assinalados.

O trabalho desdobrou-se em três etapas. A primeira delas consistiu na identificação de todos os textos atribuídos a Galvão de Queiroz no *corpus* selecionado. Antes disso, porém, munimo-nos do aporte teórico que sustentou a pesquisa. Após a leitura do referencial teórico, passamos a identificar os textos no *corpus* selecionado. Antes da edição, fizemos a catalogação dos textos, baseados nos seguintes critérios, conforme quadro a seguir:

Quadro 1: Catalogação das obras de Galvão de Queiroz.

CATALOGAÇÃO DAS OBRAS					
Nº	FONTE	DATA DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	GÊNERO	COLUNA / PÁGINA / EDIÇÃO / NÚMERO
01	<i>O Município</i>	18/01/1936	Sortilégio	Crônica	2ª, p. 01, nº 03

Fonte: arquivo pessoal.

Após a catalogação, teve início a segunda etapa que consistiu na realização da edição interpretativa de todos os textos identificados no *corpus*, conforme aporte teórico da Filologia Textual. Para a edição, utilizamos os seguintes critérios: 1. Manter a pontuação original, levando em consideração o estilo do autor; 2. Enumerar os textos, linha a linha, indicando de cinco em cinco; 3. Quando poemas, conservar a distribuição do texto em estrofes, conforme o original;

4. Atualizar a grafia, conforme as normas vigentes a partir do Acordo ortográfico em vigor; 5. Organizar os textos de acordo com a cronologia de sua publicação; 6. Indicar, em rodapé, a fonte do texto editado; 7. Ser fiel ao texto original; 8. Manter as opções tipográficas do autor quanto ao uso do itálico, negrito e aspas; 9. Manter o seccionamento dos textos e a estruturação dos parágrafos (quando em prosa) conforme o original.

A última etapa (ainda não finalizada), por sua vez, consiste na leitura e crítica do material coletado e editado. Nesse momento, além do perfil biográfico do autor, apresentaremos um estudo sobre sua obra, identificando as principais marcas estilísticas e temáticas aí presentes. Para finalizar essa última etapa, construiremos uma espécie de dossiê, por nós intitulado de Caderno Depositário, contendo os textos que serão editados, acompanhados desse estudo crítico. Além disso, esse caderno trará os dados do projeto, uma introdução feita pelo orientador, uma descrição do arquivo, além de uma apresentação com breves notícias dos jornais. Este material será encadernado com capa dura, terá catalogação no ISBN e será impresso para distribuição aos pesquisadores e aos responsáveis pelos acervos que facilitaram nossa pesquisa.

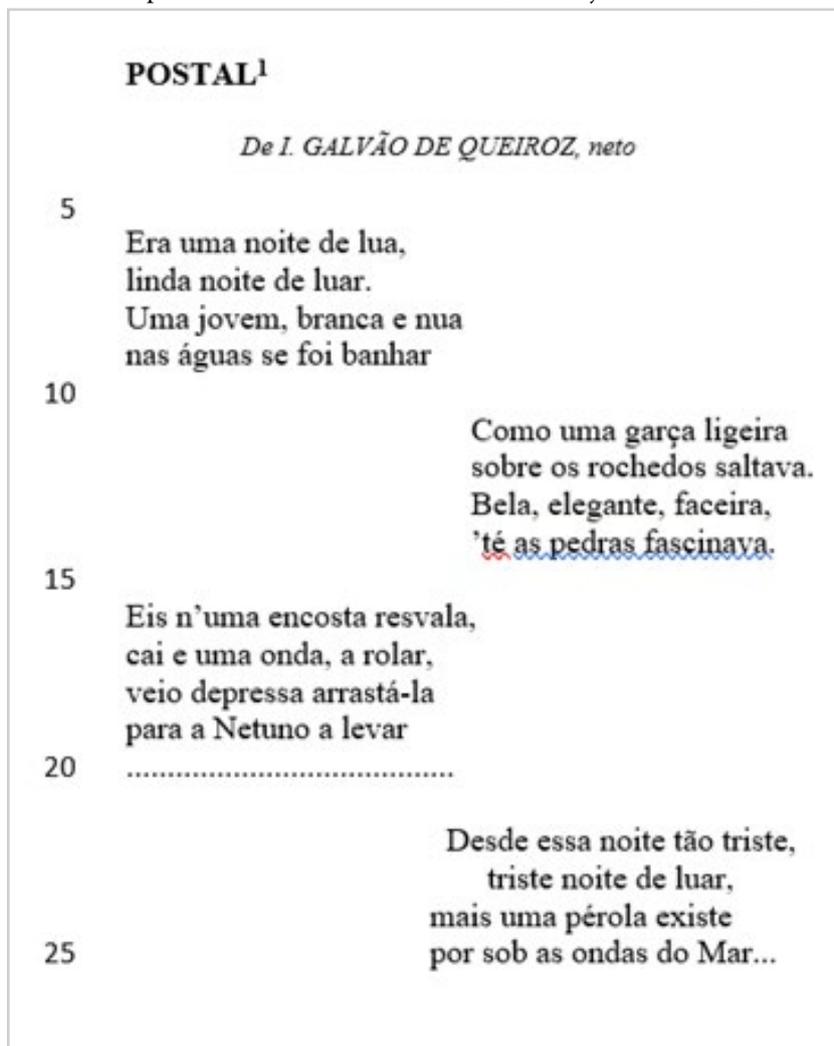
As edições interpretativas e a preservação do patrimônio literário do Baixo Sul da Bahia

Ao longo desse projeto, fizemos edição de quase duzentos textos de Galvão de Queiroz, dispersos em jornais, revistas e em duas Miscelâneas. Dentre esses textos, pudemos identificar crônicas, contos, poemas, poemas em prosa, entrevista, tirinhas e quadrinhos, texto dramático, traduções, crítica literária, textos informativos-científicos e um livro inteiro publicado sob a forma de folhetim, talvez o nosso maior achado. Além dos textos autorais, fizemos edição de outros cuja pauta era Galvão de Queiroz. Nosso objetivo foi recolher esse material a fim de construir um dossiê biográfico. Nesse material, aparecem notícias sobre o autor e sua família (filhos e outros parentes), informações sobre premiações, críticas sobre sua obra e notícias de publicações. Isso tudo será juntado no Caderno Depositário, a fim de ajudar a contar a biografia de Queiroz.

Por meio deste trabalho, pudemos reunir e editar textos dispersos de Innocencio Galvão de Queiroz, um dos maiores cronistas da cidade de Valença do século XX. Do ponto de vista científico, este projeto foi relevante naquilo que concerne à sua utilidade na preservação do patrimônio cultural e na oferta de subsídios para outros pesquisadores. Pioneiro nessa perspectiva, abrimos frentes de pesquisa nessa área temática, incentivando a preservação da memória cultural e literária na cidade. Outro impacto dessa proposta está diretamente atrelado aos seus objetivos. A recuperação e a preservação dos textos, por meio da edição aqui realizada, ajudam a compreender os costumes, as ideologias de uma época e a flagrar a língua em uso. O texto deve ser lido como testemunho de uma sociedade, de fatos particulares da história e, enquanto documento, é a prova que se tem dos fatos que marcaram a sociedade valenciana no século XX. Enquanto monumento, esse texto transmite e mantém viva a memória da cidade. Ademais, resgatar textos do autor em questão implica reinserir no campo literário um ficcionista de visibilidade nacional esquecido pelo cânone. A pesquisa, portanto, impactou

A seguir, apresentamos a edição interpretativa do poema Postal, publicado na revista supracitada. Trata-se de um poema composto por quatro estrofes, construídas em forma de quadras ou quartetos (estrofes de quatro versos), com cada verso apresentando sete sílabas poéticas (redondilha maior ou heptassílabos).

Figura 3: Poema publicado na Revista Beira-Mar, 29 de junho de 1930, nº 225, p. 4.



Fonte: Acervo da pesquisa.

Nessa edição, seguimos os critérios adotados para realizar as edições de modo geral. Mantivemos a pontuação original, enumeramos o texto em linhas, indicando de cinco em cinco. Por se tratar de poema, conservamos a sua distribuição em estrofes, segundo a orientação disposta no original. Fizemos algumas atualizações na grafia de certas palavras como núa > nua (linha 08), aguas > águas (linha 09), Bella > Bela (linha 13), resvalla > resvala (linha 16), cáe > cai (linha 17), arrastal-a > arrastá-la (linha 18), Neptuno > Netuno (linha 19), perola > pérola (linha 24). Mantivemos a linha pontilhada separando a última da penúltima estrofe e conservamos a grafia da palavra Mar em maiúscula no último verso. Por fim, indicamos, em rodapé, a fonte do texto editado e mantivemos algumas variantes não formais que aparecem no poema: 'té (linha 14) e n'uma (linha 16).

Preservar o patrimônio artístico e cultural de uma cidade é necessário, já que ele é testemunho vivo da herança cultural de gerações passadas que, por sua vez, exerce papel fundamental no tempo presente e se projeta para o futuro, transmitindo às gerações vindouras as referências de um tempo que jamais serão retomadas ou revividas, mas que podem ser revisitadas, criando uma consciência da intercomunicabilidade da história.

Segundo Le Goff (1990), a memória, ao conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido e faz com que a história se eternize na consciência humana. Esse passado, portanto, só permanece vivo por meio de trabalhos de síntese da memória. Ainda para esse autor, a memória estabelece vínculos entre as gerações humanas. Tais laços possibilitam que a população passe a enxergar-se como sujeito da história e cidadão de uma determinada localidade. Portanto, por meio da preservação da memória cultural, traçam-se identidades e se fortalecem os laços de cidadania de um povo, construindo aquilo que Pellegrini (2006) denomina de *ethos* cultural.

De acordo com Woodward (2000), a redescoberta do passado é parte do processo de construção de identidade, uma vez que, por meio dos antecedentes históricos, as identidades também se estabelecem. Nesse sentido, a simples busca de elementos do passado para afirmar identidades pode produzir novas identificações e forjar novos processos de subjetividades.

Tomando esses pressupostos como parâmetros, sustentamos a contribuição social do nosso projeto e reiteramos a importância de sua realização. Recuperar o passado, conforme já apontamos, ajuda a fomentar identidades, a fortalecer o sentimento de pertencimento ao *locus* onde se vive e aguçar o espírito de cidadania. Com esta pesquisa, por meio de seus produtos, além de recuperar o patrimônio literário, iremos devolver à cidade o material do autor que fora esquecido, fomentando a valorização da literatura local, contribuindo para a valorização das identidades locais e reintroduzindo o autor no cenário literário baiano e nacional.

Considerações finais

Buscou-se, neste texto, apresentar um projeto de pesquisa cujo intuito foi o de preservar e valorizar o patrimônio literário da cidade de Valença e do Baixo Sul da Bahia. Por meio das edições interpretativas, recuperamos textos dispersos de Galvão de Queiroz, reunindo e oferecendo ao público textos desse autor até então desconhecidos ou, sobretudo, esquecidos pelas pessoas. A principal contribuição da Crítica Textual consiste na recuperação do patrimônio cultural escrito de uma dada cultura. Com este projeto, contribuímos para essa função, ao localizar quase duzentos textos do autor dispersos em jornais locais, revistas nacionais e, principalmente, em cadernos particulares.

Outra contribuição da Crítica Textual é a transmissão e a preservação do patrimônio, quando, após cada edição, publica-se o texto e, novamente, torna-o acessível ao público leitor, reativando a memória do texto e do autor. Com nosso trabalho, trazemos, à luz, uma série de textos de Galvão de Queiroz e o reintroduzimos no cenário crítico local e nacional, divulgando sua obra e disponibilizando-a para outros pesquisadores.

Esse trabalho filológico é também um trabalho de resgate da memória e de afirmação e/ou reforço de identidades. Por meio dessas edições realizadas, salvaguardamo-las, evitando o seu esquecimento. Sobreviveram, resistiram, com tudo isso, o texto, o autor, a memória e as identidades.

Referências

AUERBACH, Erick. **Introdução aos estudos literários**. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARVALHO, Rosa Borges Santos. A Filologia e seu objeto: Diferentes Perspectivas de Estudo. **Philologus** - Revista do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, ano 9, n.26, Rio de Janeiro. 2003.

COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

GRÉSILLON, Almuth. Devagar: obras. In: ZULAR, Roberto (Org.). **Criação em processo: ensaios de crítica genética**. São Paulo: Iluminuras, 2002, p. 147-74.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Unicamp, 1990.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo 2006, v. 26, n° 51, p. 115-140.

SANTOS, Rosa Borges dos. Uma metodologia aplicada à edição de textos teatrais. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (Org.). **Múltiplas perspectivas em linguística**. Uberlândia: Edufu, 2008. 1 CD-ROM. p. 2663-2670.

SOUZA, Eneida Maria de. **Crítica cult**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

In: ISMÉRIO, Clarisse (Org.). Patrimônio Cultural: simbolismos, intertextualidades e polifonias [livro eletrônico]. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/9786599324215>>.

A Associação Rural de Bagé (1939): patrimônio da arquitetura moderna bajeense

*Magali Nocchi Collares Gonçalves*¹

doi.org/10.47585/9786599324215.4

O trabalho refere-se a um estudo analítico dos Pórtico de Acesso, Sede Social e Tribunas da Associação Rural de Bagé-RS, implantados no Parque Visconde Ribeiro de Magalhães, projeto do engenheiro porto-alegrense Carlos Machado Moreira, com base na dissertação de mestrado da autora “Arquitetura Bajeense - o delinear da modernidade: 1930-1970”. Moreira, desenvolvendo sua obra em uma gama diversa de estéticas, o que era comum à época - década de 1940, projeta os exemplares como manifestações do estilo protomoderno, com elementos do art déco, estratégias compositivas que transferem às mesmas um caráter apropriado. Os prédios, condicionados à preservação plena dos seus elementos construídos - interna e externamente, alinham-se temporalmente às estéticas praticadas no Rio Grande do Sul e estão incluídos no conjunto de exemplares inventariados pelos Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE como patrimônio histórico, cultural e arquitetônico bajeense.

Palavras-chave: Carlos Moreira; Protomoderno; Patrimônio; Composição; Caráter.

¹ Doutora em Teoria História e Crítica da Arquitetura pela UFRGS. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário da Região da Campanha - Urcamp, <http://lattes.cnpq.br/0203419426444629>, e-mail: magaligoncalves@urcamp.edu.br.

Introdução

A agropecuária tem sido, através dos tempos, a atividade comercial e industrial principal da cidade de Bagé, localizada na extremidade sudoeste do Rio Grande do Sul.

A Associação Rural de Bagé, fundada em 1904, abrigava suas intensas atividades comerciais, políticas, sociais e festivas com prédios e pavilhões em madeira, em gleba doada por Visconde Ribeiro de Magalhães. Localizada em distância igualitária entre o centro da cidade (na direção Norte) e as antigas Charqueadas (em sua direção Sudeste), com seu lado maior desenvolvendo-se ao longo de uma alameda de eucaliptos, hoje seculares, passa gradualmente através dos tempos a figura de uma ilha envolta de uma zona suburbana com uma ocupação crescente.

Nos anos 1940, face às necessidades da associação, em função do crescimento da cidade e da atividade agropastoril, implanta-se o Parque Visconde Ribeiro de Magalhães, ampliando a área aberta existente, e reconfigura-se a Associação Rural de Bagé, com nova Sede Social e Tribunais, bem como pavilhões, conforme um plano diretor interno, com previsões de procedimento para suas futuras necessidades.

Contrata-se o engenheiro Carlos Machado Moreira para o planejamento da organização espacial dos prédios principais e de apoio e criação de vias internas de acesso e circulação, reservatórios e bacias.

O Pórtico de Acesso, Sede Social e Tribunais, que segundo as solicitações do contratante deveriam obedecer a um padrão de qualidade na demonstração da importância da associação, são objetos que centralizam as intenções gerais do planejamento do parque rural e que são objetos desse estudo.

Composição e Caráter na arquitetura de Carlos Moreira

Conforme Mahfuz (1995, p. 23) “a paixão intuitiva se une ao espírito intelectual quando um objeto arquitetônico é mais do que um agregado de partes”. Acrescentando-se convicção decisória, repertório e técnica, delineia-se uma caracterização do profissional Carlos Moreira. Traduz-se o seu conhecimento, tecnologia, clareza, precisão e assimilação de referenciais teóricos a partir de sua formação na Escola de Engenharia de Porto Alegre, onde se diploma no final dos anos 1920.

A habilidade em desenvolver um projeto em simetria axial, sem prejuízos para a funcionalidade, não se resume a uma atitude cautelosa de juntar partes. Parece que o autor se utiliza do enquadramento de suas propostas em um Método Tipológico, que, segundo Mahfuz, consiste na utilização de tipos como base para geração da forma arquitetônica, “através do qual se gera um novo artefato arquitetônico por meio de uma analogia estrutural traçada com um outro artefato arquitetônico existente.” (MAHFUZ, 1995, p. 80).

A Sede Social, que tem no seu bojo o “Jockey Clube de Bagé”, situa-se, por características programáticas, em situação compositiva que usa elementos a priori: dentro do método tipológico, segundo Mahfuz (1995, p. 80), ou do método ou projeto icônico para Geoffrey Broadbent (1976, p. 394), os quais se assemelham pelo uso de analogia, o primeiro, e de ícones, o último.

Os prédios antigos utilizados desde a fundação, em madeira, são removidos (Figura 1). Assim, o autor lança as novas instalações em terreno plano, com uma leve depressão na sua extremidade sudoeste, livre de construções, com trechos em pasto nativo e concentrações esparsas de árvores de grande porte.

Figura 1 - Pavilhões de madeira anteriores às construções atuais.



Fonte: Correio do Sul, Bagé/RS.

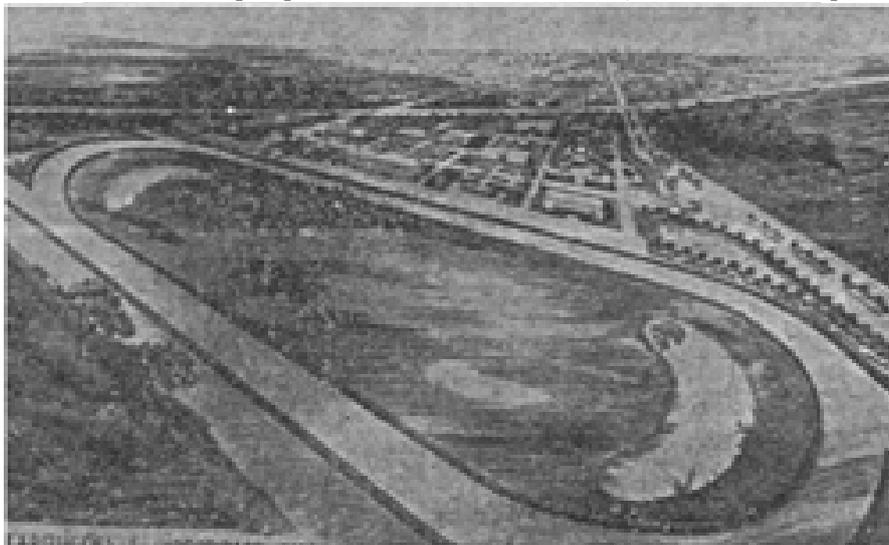
Em face de todas estas diversidades, comuns à época, numa tentativa de síntese metodológica do autor dos projetos observa-se: uso deliberado de geometria clara dentro dos princípios acadêmicos de simetria e axialidade; uso de vinculações tipológicas em sua metodologia de projeto, dentro de um repertório próprio; flexibilidade em situar sua obra dentro de uma linha ou corrente estilística, através do uso adequado de elementos de arquitetura; capacidade de criar um produto coerente em sua totalidade, se observar todos os parâmetros habituais; composição por elementos organizados conforme um tipo predeterminado e adição de um caráter apropriado através de elementos de arquitetura dentro de um ideário temporal.

Projeto e análise

Pela análise da implantação, presume-se que o programa de necessidades solicita: acesso principal através de um pórtico com bilheterias; Salão de Festas; acessos secundário para animais e abastecimento; uma área de grandes proporções, reservada para a pista do hipódromo; pavilhões de ovinos, bovinos e equinos; mangueiras; bacia de reserva de água e reservatório elevado; e outros pavilhões. A primeira decisão projetual é a de acomodação criteriosa da pista do hipódromo, um retângulo com os cantos arredondados, junto à

extremidade maior do terreno em duplo trapézio (Figura 2).

Figura 02- Desenho em perspectiva da área com acomodação da Pista do Hipódromo.



Fonte: Correio do Povo, 10 out. 1940.

Com a reserva da extremidade menor do trapézio para os pavilhões e mangueiras, abre-se uma faixa longitudinal, onde fixa-se um eixo central de acesso, a partir do Pórtico, chegando até a Sede Social e Tribunas, de onde se distribuem as atividades funcionais em ambas as laterais. O encaminhamento principal até o parque, desde o centro da cidade, e acesso do público dá-se através da Avenida Visconde Ribeiro de Magalhães, ficando as demais vias circundantes à área de acessos secundários de serviço.

Os prédios, de formas retangulares, implantam-se a partir do acesso com seus lados maiores paralelos à dimensão do lado maior do retângulo do hipódromo, gerando faces NO, SE, NE e SO, mais eficientes no caso de composições simétricas, sem distinção das aberturas nas faces opostas, como é o caso da Sede Social.

A imagem visual do parque é a de uma cidade rural, pela ortogonalidade dos encaminhamentos e um zoneamento e traçado viário hierárquico e eficiente. As compartimentações dos espaços abertos não acontecem ao acaso. Do espaço mais geral, público por excelência, do eixo central, ramificam-se ortogonalmente a funções específicas.

O eixo monumental (Figura 3) é atípico. Parece que o autor lança uma via de contemplação no sentido paralelo ao movimento, desconsiderando a perspectiva estática de um eixo que se direciona para um ponto focal extremo.

A estratégia de localização dos prédios é de distribuição ao longo do eixo, com um único pavilhão colocando-se no fechamento deste, mas que não se configura como ponto focal de importância para a composição. Esta interpretação reforça-se pelo lançamento de uma linha formada pelo Salão de Festas, Tribunas e Bacia, em ponto intermediário deste eixo, que determina um nó contemplativo e transversal, causando uma mudança de interesse visual.

Figura 3 - Implantação.



Fonte: Desenho da autora.

A implantação do Salão de Festas, descentrado ou lateral ao eixo, apesar de contraditória à primeira vista, ao considerar-se exemplos preexistentes axiais, é o que acrescenta conteúdo para o conjunto de Moreira, pelo gesto projetual incomum.

A obrigatoriedade funcional da concentração do Salão de Festas junto às Tribunas e Hipódromo, a colagem lançada pela necessidade de um contraventamento estrutural da plataforma através do volume da Sede Social, historicamente usada em clubes de jockey, aliadas à geometria do terreno, são definidoras desta atipicidade na implantação.

O Pórtico de Acesso

Dois volumes cilíndricos, com esquadrias para bilheterias distribuídas no contorno, e um pequeno prisma de base quadrada entre estes, com função de apoio central, demarcam a entrada e saída de veículos e público, encimados por uma laje plana, com letreiro identificativo ao longo de sua face frontal, e que é transpassada pelo prisma central formando uma torre com mastro.

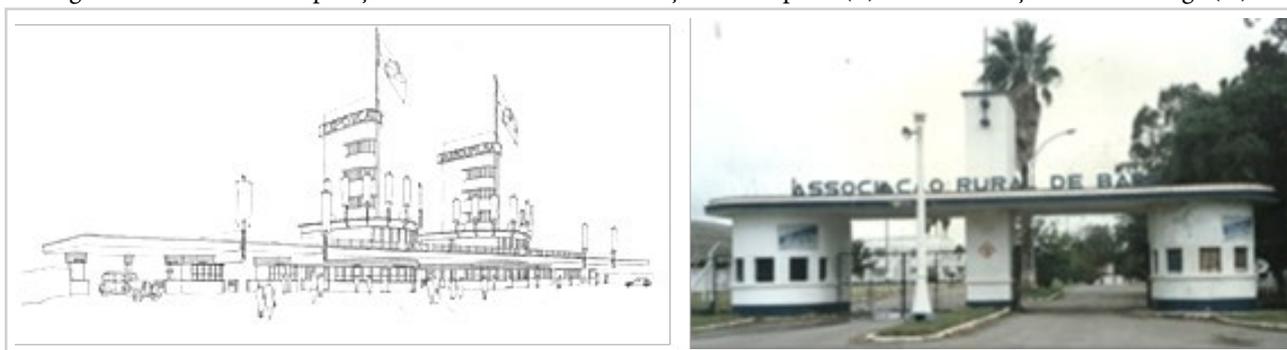
O prolongamento do canteiro central da via principal para o lado externo do pórtico sugere uma contemplação em movimento do pórtico e uma vinculação mais próxima em relação ao conjunto, refletindo mais uma situação de passagem, de convite, do que limite ou barreira.

Figura 4 - Pórtico de Acesso. Planta baixa, vistas principal e lateral.



Fonte: Desenhos da autora.

Figura 5 - Pórticos da Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha (E) e da Associação Rural de Bagé (D).



Fontes: ESKINAZI (1995) (E) e autora (D).

A volumetria é purista, com o uso de cilindros com modenaturas suaves, janelas equilibradamente distribuídas, como *buracos na massa branca* e marquise demarcando horizontalidade e transpassada por um elemento vertical.

A criação com elementos de composição cilíndricos, como bilheterias e torre, letreiros superiores, entre outros, remete a composição como referência ao pórtico monumental da Exposição Farroupilha, de 1935, do alemão Franz Filsinger (Figura 5).

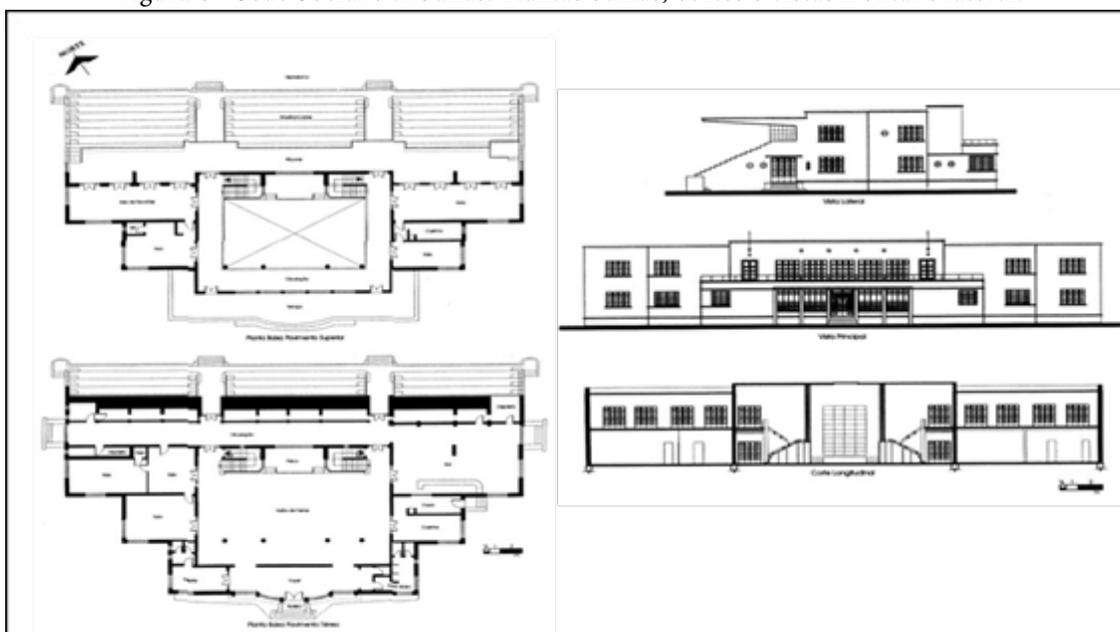
A Sede Social e Tribunas

Numa descrição *endógena*, a planta desenvolve-se a partir de um átrio central coberto em pé-direito duplo, com subfunções sobrepostas e circundantes, nos dois pavimentos, conectadas a partir de duas escadas laterais, que participam esteticamente da composição.

Em descrição axial, divide-se o perímetro em quatro momentos, o que é visualizado claramente nas plantas baixas, corte e elevações do exemplar (Figura 6).

O acesso principal centralizado é o primeiro, através de escadarias axiais para o público e rampas bilaterais para veículos, ambas fazendo a acomodação do prédio com o nível do parque, demarcado por uma marquise plana e levemente curvada. Esta cobertura longitudinal, apoiada em pilares cilíndricos, agrega-se às esquadrias e porta principal de acesso pela cuidadosa definição idêntica dos *entre vãos* de ambos. O foyer retangular alongado, com sanitários nas extremidades e painel em mármore – anteparo frontal ao acesso que dialoga com as aberturas da fachada – conduz a dois acessos laterais ao salão. Este volume coincide com o terraço no pavimento superior, o qual descreve frontalmente a mesma curva delineada na marquise, reforçando a demarcação de acesso.

Figura 6 - Sede Social e tribunas. Plantas baixas, cortes e vistas frontal e lateral.



Fonte: Desenhos da autora.

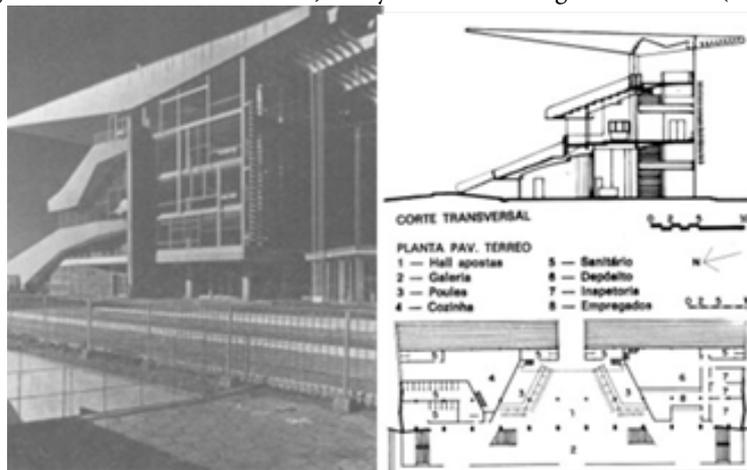
O Salão Nobre, segundo momento, está conectado a partir de um eixo transversal central a funções laterais. De um lado, duas salas de estar com portas amplas - as quais definem uma ampliação eventual, larguras idênticas e comprimentos diferenciados. De outro, funções de apoio e de serviço, sendo que na ala de maior comprimento acomoda-se um bar, integrado ao salão e exterior, e na menor situam-se copa, cozinha, sanitário de serviço, depósitos, acesso de serviço e carga e descarga.

Em terceiro, o palco, levemente elevado, destaca-se por um painel em vidro de dupla altura, sutilmente limitado pelas escadas laterais de duplo lance, que atingem o segundo pavimento. A partir deste acesso fica configurado um mezanino em U, que avança nestas três laterais sobre o salão através de balcões, na forma de um semi teto no contorno, o qual define sutilmente uma pista de dança que coincide, por sua vez, com o teto maior.

Repetem-se os compartimentos periféricos do térreo no pavimento superior. O mezanino interliga-se longitudinalmente com um terraço frontal e plataforma posterior e transversalmente com salas laterais e copa com monta-carga.

Por último, a plataforma que avança em um grande balanço sobre as tribunas, a partir do limite posterior do segundo pavimento do Salão de Festas, define o perfil do prédio, que insere pelo seu desenho a identificação à distância, da função ao qual está destinado.

Figura 7 - Tribunas sociais do Jockey Clube do Rio grande do Sul (1952).



Fonte: XAVIER, Alberto; MIZOGUGUCHI, Ivan (1987).

A hipótese é de uma atitude projetual com fortes vínculos a premissas na formação de um tipo de origem temática, pela combinação destas duas funções nobres em outros exemplares programáticos anteriores, ou seja, Jockey Clube de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como, *a posteriori*, o Jockey Clube de Porto Alegre (Figura 7).

Os quatro momentos descritos, que demonstram a distribuição dos espaços e compartimentos em planta, confirmam-se como uma estratégia de diluição gradual das diferenças dimensionais entre plataforma e a marquise do acesso principal da Sede Social, desenvolvidos mantendo-se a axialidade e a simetria (Figura 8).

Verticalmente verifica-se habilidade na sobreposição das funções e eficiência em uma estratégia que converge para uma das atividades principais do Parque Visconde Ribeiro de Magalhães: o Hipódromo.

Figura 8 - Sede Social e Tribunas da Associação Rural de Bagé.



Fonte: Autora.

Figura 9 - Edifício Residencial, de Mallet Stevens, Paris (1926).



Fonte: FRAMPTON, K. (1993).

Por outro enfoque, observamos neste exemplar uma atitude projetual tradicional, ou seja, uma planta simétrica, com algumas particularidades programáticas. Pode-se incluir referências estéticas temporais na proposta de Moreira, como do Edifício de Apartamentos do arquiteto Mallet-Stevens, considerado um exemplar *pseudo purista*, com reforçadas semelhanças com a Sede Social da Rural: arquitetura recortada, esquadrias de canto, esquadrias verticais, terraços levemente curvos, grandes painéis em vidro e ferro, distribuição de cheios e vazios e marcação forte do acesso.

Porém, o evento da Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha, implantado no Parque da Redenção, em 1935, em uma cidade como Porto Alegre, que na década de 1930, era subsidiária da política nacionalista de Vargas, evoca ares de modernidade.

Em resposta a esse momento, a arquitetura gaúcha delineia-se, sensivelmente, influenciada pelos pavilhões de uma exposição, ainda que efêmera, canal do maior fenômeno de comunicação de massas já presenciado no Estado. Segundo Davi Eskinazi (1995, p. 5-6), a cidade insere-se naquele momento dentro de uma tendência mundial conservadora, difundida entre guerras, que buscava a fusão da tradição arquitetônica com a estética moderna numa síntese denominada por Kenneth Frampton de Nova Tradição. Já Segawa coloca que:

O caráter efêmero dessas obras conduzia a opções simples de construção e decoração: [...] o despojamento ou arrojado ornamental subordinava-se ao sistema construtivo empregado, e o *déco* confluía por uma solução formal menos rebuscada. (1997, p. 62).

Portanto, pode-se afirmar que a influência desencadeada pela provável observação de Carlos Moreira dos pavilhões construídos na exposição, e o ambiente de uma arquitetura protomoderna praticada na capital e no Estado, reflete-se como uma forte marca nos exemplares projetados para a Associação Rural de Bagé.

De um lado: a Exposição Farroupilha, de 1935, com seus pavilhões no *art déco*, espelhos d'água e outros elementos, a partir de um pórtico e eixo monumental. De outro: o conjunto Pórtico, Sede Social, Tribunas da Associação Rural de Bagé, Bacia (reservatório) e Pavilhões, aliados à via de acesso e vias secundárias, onde anualmente, desde a Sede Antiga, realiza-se a Exposição Feira de Bagé, a qual reúne grande público durante uma semana.

Desta forma, aponta-se influências desprendidas da “Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha” para o Parque Visconde Ribeiro de Magalhães, tanto em nível global, macro estrutura, quanto em nível das construções, bem como visível a relação programática com a *família* de clubes de jockey no Brasil.

Aspectos Conclusivos

Vislumbra-se em Moreira clareza no seu método projetual, retratada nestes dois exemplares, e a priori destacamos seus elementos de composição da tradição acadêmica, e elementos de arquitetura dentro de uma modernidade contida.

Por outro lado, em uma análise conjunta de sua obra, verifica-se que as roupagens mostram uma diversidade estética, em voga na época (anos 1940), entre os engenheiros e arquitetos, quase sempre vinculada a uma planta tradicional.

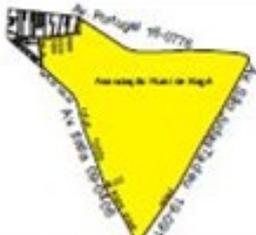
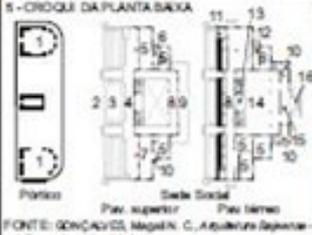
A iniciativa da Associação Rural de Bagé, nos anos 1940, ao destinar a autoria do conjunto do Parque de Exposições Visconde Ribeiro de Magalhães ao engenheiro Carlos Moreira, permite que contemplemos até os dias de hoje exemplares que retratam a arquitetura de uma época, na estética protomoderna com elementos *déco* e que se adapta às atividades da associação até os dias de hoje.

Por todos esses fatores mencionados neste estudo, os prédios do Pórtico de Acesso, da Sede Social da Associação Rural e Tribunas incluem-se os dois exemplares no inventário bajeense de bens edificados, junta a outros imóveis de importância arquitetônica, cultural e histórica para a cidade de Bagé (Figura 10).

Figura 10 - Ficha Associação Rural de Bagé.

INVENTÁRIO DOS BENS EDIFICADOS DO RIO GRANDE DO SUL

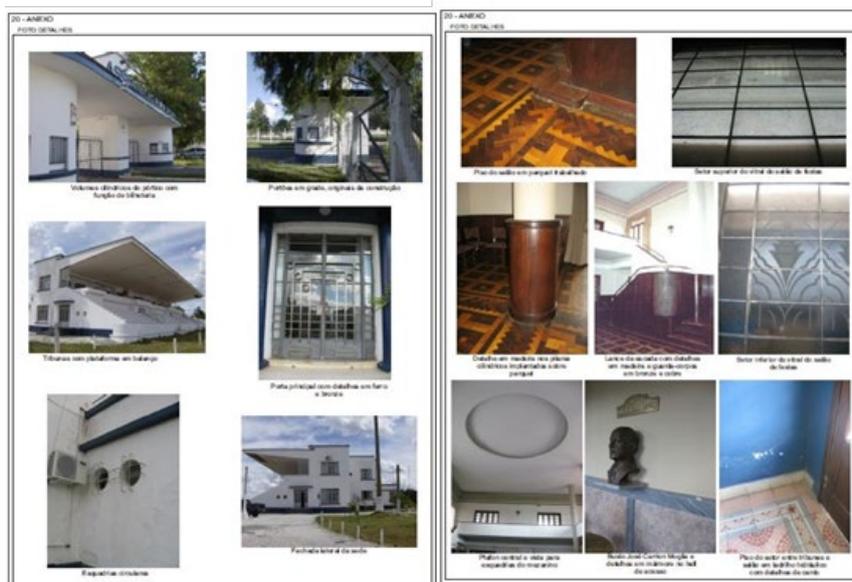
MINISTÉRIO DA CULTURA - IPHAN - 12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO - IPHAE

1 - IDENTIFICAÇÃO MUNICÍPIO: BAGÉ DENOMINAÇÃO: PÓRTICO E SEDE DA ASS. RURAL ENDEREÇO: AV. PORTUGAL, Nº 495		QUARTERÃO: 717 USO ORIGINAL/ATUAL: ASS. E SINDICATO PROPRIETÁRIO: ASS. RURAL DE BAGÉ	2 - FICHANº: BAGÉ/R 589 - 00010
4 - SITUAÇÃO 		5 - CROQUI DA PLANTA BAIXA 	3 - GRAU DE PROTEÇÃO
6 - FOTOGRAFIA DA EDIFICAÇÃO 			

Fonte: Formulário IPHAN/IPHAE (2009).

A análise, ora desenvolvida, reforça a pertinência da preservação do conjunto do Pórtico de Acesso e Sede Social e Tribunas da Associação Rural, mantendo-se na íntegra, com todos seus elementos construídos, externamente e internamente (Figura 11), perpetuando-se definitivamente no quadro da arquitetura baजेense, o que se confirma a partir do “Inventário do Bens Edificados do Rio Grande do Sul - Ministério da Cultura – IPHAN - 12ª Superintendência Regional do Rio Grande do Sul - Secretaria de Estado da Cultura” e pelo “Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE”, em aplicação vigente no município, tutelada pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico de Bagé - Compreb.

Figura 11 - Ficha Associação Rural de Bagé. Detalhes externos e internos.



Fonte: IPHAN/IPHAE (2009).

Referências

BROADBENT, Geoffrey. **Diseño Arquitectónico y Ciencias Humanas**. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.

ESKINAZI, Davit. **Arquitetura e tipologia na exposição comemorativa do Centenário Farroupilha de 1935**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

FRAMPTON, Kenneth. **Historia critica de la arquitectura moderna**. Barcelona: Gustavo Gili, 1993.

GONÇALVES, Magali N. C. **Arquitetura Bajeense - o delinear da modernidade: 1930-1970**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MAHFUZ, Edson da Cunha. **Ensaio sobre a Razão Compositiva**. Belo Horizonte: AP Cultural, 1995.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1997.

XAVIER, Alberto; MIZOGUCHI, Ivan. **Arquitetura moderna em Porto Alegre**. São Paulo: Pini, 1987.

In: ISMÉRIO, Clarisse (Org.). Patrimônio Cultural: simbolismos, intertextualidades e polifonias [livro eletrônico]. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/9786599324215>>.

Faculdade de Ciências Econômicas: origem do ensino superior em Bagé

Marilene Silveira¹, Clarisse Ismério² e Elis Dias³

doi.org/10.47585/9786599324215.5

A criação da Faculdade de Ciências Econômicas inicia o ensino superior em Bagé. E diante de sua importância histórica, objetivamos narrar como ocorreu esse processo. Para tanto, primeiramente apresentamos um breve relato da história econômica de Bagé. E, posteriormente, mostramos, a partir de fontes documentais institucionais, como ocorreu a implantação da Faculdade de Ciências Econômicas e seus desdobramentos. Assim, podemos concluir, a partir das evidências, que as origens do ensino superior em Bagé estão ligadas à necessidade de achar alternativas para o desenvolvimento da região. Investir na formação da juventude era vislumbrar um futuro próspero para o município.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Ensino Superior; História.

1 Economista, Mestre em Integração e Cooperação Internacional, Professora do Centro Universitário da Região da Campanha - Urcamp, <http://lattes.cnpq.br/7704090467284530>, e-mail: marilenesilveira@urcamp.edu.br.

2 Historiadora, Doutora em História do Brasil pela PUC-RS. Professora e Pesquisadora do Centro Universitário da Região da Campanha - Urcamp, <http://lattes.cnpq.br/4600253785089001>, e-mail: clarisseismerio@urcamp.edu.br.

3 Bacharel em Ciências Contábeis. Pesquisadora institucional, <http://lattes.cnpq.br/0704143961855179>, e-mail: elisdias@urcamp.edu.br.

Introdução

As histórias das instituições de ensino normalmente estão ligadas ao processo de desenvolvimento da região e às necessidades de formação da comunidade local, assim passam a se caracterizar como Patrimônio Cultural da sociedade. E uma dessas instituições patrimoniais é o Centro Universitário da Região da Campanha - Urcamp, instituição comunitária de ensino superior, cuja história inicia-se com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas, em 19 de novembro de 1953.

Considerando que o Patrimônio Cultural se constitui como “um documento vivo do passado que está em constante processo de transformação, tanto pelo envelhecimento causado pelo tempo, como pela ação de grupos sociais” (ISMÉRIO, 2015, p. 26), pretendemos em breves páginas, contar um pouco da trajetória do início do ensino superior na região, a partir da história da Faculdade de Ciências Econômicas, seus desdobramentos, extensões e a sua importância na formação de profissionais.

Bagé: história e perfil econômico

O município de Bagé⁴ localiza-se na região da Campanha⁵ Meridional, uma das microrregiões do Rio Grande do Sul, que também é formada pelos municípios de Aceguá, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul. O histórico desta região foi marcado por disputas militares, guerra, acordos diplomáticos e principalmente por abastecer com alimentos e bens as demais regiões. (ISMÉRIO; MEIRA e DRUMM, 2017, p. 37-38)

A base econômica era centralizada na pecuária bovina, que com o tempo cresceu, sendo que entre os anos de 1831 a 1859 “a região da Campanha detinha a parcela mais significativa da produção pecuária que enviava a matéria-prima para as charqueadas localizadas mais a Leste, em Pelotas, e sobre as margens rio Jacuí” (FARINATTI, 2006, p.139).

Bagé alcançou seu apogeu econômico no final do século XIX e início do século XX. Entre os anos de 1891 a 1940, existiam cinco charqueadas de grande porte em plena atividade: a Companhia de Industrial Bageense, Santa Thereza, São Martin, Santo Antônio e São Domingos (BOUCINHAS, 1993). As charqueadas deste período diferenciavam-se das demais de base

4 Seguindo esse perfil, o município de Bagé surge como resultado de um acampamento militar comandado por Dom Diogo de Souza, “oficial português encarregado de preservar esta região para a Coroa Portuguesa, concentrou seu exército na fronteira, próximo ao Cerro de Bagé. Antes de partir em direção a Montevidéu, fundou Bagé, deixando grande número de pessoas que não puderam acompanhá-lo, surgindo desse acampamento militar os primeiros arranchamentos. A povoação foi aumentando devagar, espalhando-se ao redor da Praça da Matriz, onde seria o centro do acampamento. Em 1820, foi construída uma igreja para abrigar a imagem de São Sebastião, padroeiro da cidade (VAZ, 2010, p.23). No ano de 1846, tornou-se freguesia e, em 1859, por Lei da Província, Bagé foi elevada à esfera de cidade (FAGUNDES, 2012).

5 Sergio da Costa Franco destaca que o termo campanha no vocabulário rio-grandense refere-se às “áreas rurais” ou “zona fora da cidade e vilas”, mas, de acordo com as suas características naturais físicas, é definida como “[...] região sudoeste, desde o Uruguai até Bagé caracterizada pela topografia singela, de planícies e coxilhas baixas, por uma vegetação de campinas rasas.” (FRANCO, 1969, p. 65).

escravista por possuírem mão de obra assalariada, por utilizar de maquinário, possuírem condições sanitárias e aprimoramento técnico. Dinamizando o processo de escoamento da produção, existia a rede ferroviária que ligava Bagé ao porto de Rio Grande (SOARES, 2006).

A Companhia de Industrial Bageense, fundada em 1891, foi a primeira charqueada de grande escala, e além do charque “produzia graxa comestível, línguas em conserva e toucinho enfumaçado, como evidenciam os anúncios publicados no jornal O Comércio, além de produzir, provavelmente, velas, sabão e couros.” (BOUCINHAS, 1993, p. 31).

Destaca-se, em 1897, a fundação da Charqueada de Santa Thereza, segunda de grande escala, fundada por Antônio Nunes de Ribeiro Magalhães, considerada um símbolo da modernização para o período. E conforme salienta Lemieszek (1997), o desenvolvimento das charqueadas proporcionou melhorias no município, tais como a luz elétrica, telefone, cinema, automóvel e feiras de exposição.

O “ciclo de ouro” das Charqueadas de Bagé se encerra com o advento dos frigoríficos, iniciando em 1940 com a Sociedade Industrial de Subprodutos Animais Ltda - SISPAL. E no decorrer dos anos 1940 e 1950, a economia da região passa por um processo de declínio decorrente da:

[...] queda da rentabilidade dos campos, o que levou à descapitalização dos produtores, à diminuição de investimentos. O gado era comercializado com os frigoríficos estrangeiros que mantinham seu preço baixo [...]. A partir de 1950, os frigoríficos gaúchos de capital americano Swift, Armour e Cia passaram a enfrentar a concorrência de frigoríficos do interior paulista, de Minas Gerais, do norte do Paraná e Mato Grosso, que usufruíam de ampla oferta de crédito do Governo Federal e de seus Governos Estaduais. (PREFEIRURA MUNICIPAL DE BAGÉ, 2011, p. 64).

A alternativa encontrada para sair desse quadro foi criar instituições de ensino superior locais, para investir na formação intelectual e capacitação profissional de jovens que, por conseguinte, iriam promover o desenvolvimento de Bagé e região.

As origens do Ensino Superior em Bagé

A industrialização brasileira passou por um processo de ascensão na segunda metade da década de 1950, impulsionada pelos investimentos diretos do Estado ou de empresas estatais em indústrias de base (CAPUTO e MELO, 2009).

Essa característica se reflete na política educacional brasileira do período, que foi marcada pelo “nacionalismo e trabalhismo” de Getúlio Vargas e na proposta de “educação para o desenvolvimento” de Juscelino Kubitschek, alicerçada no perfil técnico-profissionalizante, cuja educação para o trabalho iniciaria nos anos primários e no ensino médio ocorreria o processo de profissionalização. Com a preocupação que a escola atendesse o mercado de trabalho, passa a beneficiar, entre 1957 e 1959, o ensino industrial com recursos financeiros, deixando a universidade para aqueles que tivessem “vocação intelectual” (GUIRALDELLI JR., 2003, p. 112-113).

Porém, o entusiasmo pelo crescimento econômico, promovido pelo governo Kubitschek,

chegou ao ensino superior, em decorrência do alto índice alunos matriculados no ensino médio, de tal forma que contava ao “final da década de 1950 com 21 universidades e mais de cem instituições de ensino superior.” (ROSSATO, 2005, p. 144).

Foi exatamente nesse período, e com o perfil profissionalizante, que inicia o ensino superior em Bagé, com a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas, em 19 de novembro de 1953, pela Associação de Cultura Técnica e Econômica – ABCTE, cujos objetivos eram: “Ministrar, em seu aspecto superior, o ensino de Ciências Econômicas; Promover e facilitar a prática da investigação no ramo econômico, social, comercial e administrativo.” (PDI, 2014-2019, p. 20). Tais objetivos pretendiam dar conta da necessidade da formação dos futuros profissionais e empreendedores locais, que propiciassem o desenvolvimento da região baseado no “aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 1961, p.115-116).

Em 1955⁶, foi autorizado o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas, que teve como primeiro diretor⁷ o Dr. João Lira de Farias e como docentes:

Darcy Quintana, Eduardo Contreiras Rodrigues, João Coronel Sais, Antenor Gonçalves Pereira e João Lyra de Farias, que deverão lecionar na primeira série. José Ferreira, Hermenegildo Machado, Bruno Petry e Oswaldo Costa Moraes, professores da 2ª série. Clovis Bevilaqua Sobrinho, Carlos Resende Lopes, Mario Torres, Paulo Thompson Flores, Jayme da Silva Tavares e Telmo Candiota da Rosa, da 3ª série. Nairo Codevilla, Moacyr Borges da Silveira, Justino da Costa Quintana, João Didonet Neto, Lígia Almeida Gonçalves e Elida Rodrigues da Costa, professores da 4ª série. (Ata número I, 03 de abril de 1955, p. 1).

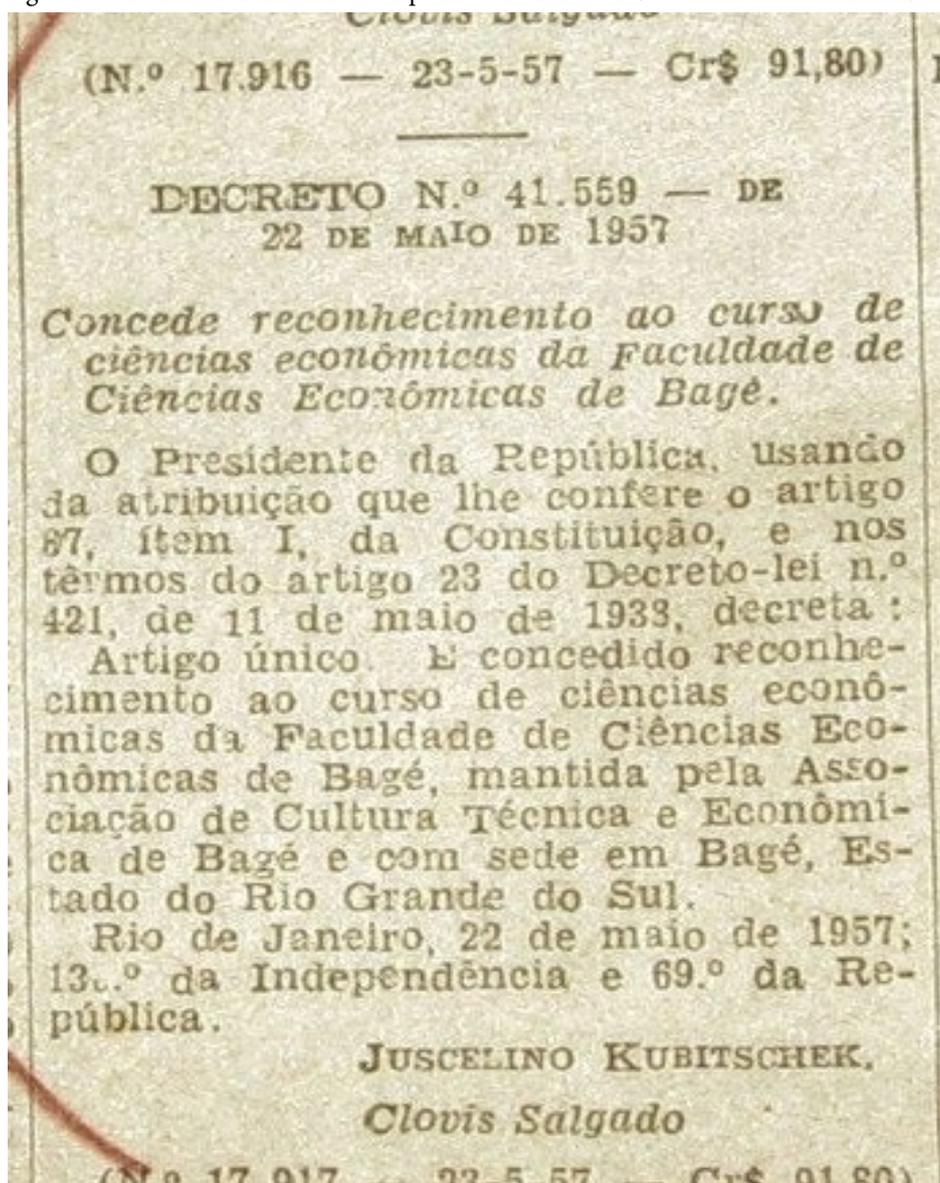
Na mesma ata, ficou determinada a abertura do exame vestibular, que ocorreria do dia 20 ao dia 23 de abril de 1955. Observamos que, nesse período, os cursos superiores eram organizados em anos, vindo a ser alterado com a Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540/68), na qual a matrícula passou a ser por disciplina e semestre, visando maior flexibilidade na composição curricular.

No Diário Oficial de 23 de maio de 1957, foi publicado o Decreto nº 41.559, de 22 de maio de 1957, que reconhecia o Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Bagé (Figura 1).

⁶ No mesmo ano, também é fundada a Faculdade Católica de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé, como extensão da Universidade Católica de Pelotas - UCPel, com o apoio do reitor em exercício, bispo Dom Antônio Záttera, que “atendendo às grandes necessidades de formação intelectual e moral da juventude da cidade de Bagé, com uma população escolar já muito elevada, contando com 9 estabelecimentos de ensino secundário e uma Escola Superior; Considerando a necessidade de formar seu próprio professorado secundário para atender mais facilmente aos mencionados estabelecimentos. Decreto do Gabinete Episcopal, 27 de maio de 1957. In: AZEVEDO, ISMÉRIO e SILVEIRA, 2006, p. 278.

⁷ Ao longo dos anos, também foram diretores: João Lira (04/58 - 09/58); Telmo Candiota da Rosa (10/58 - 01/67); Roberto Nocchi Cachapuz (03/68 - 12/87); José Trombini (12/87 - 02/88); e Enio Del Geloso Nocchi (03/88 - 06/2010).

Figura 1: Decreto de reconhecimento publicado no Diário Oficial de 23 de maio de 1957.



Fonte: Acervo do Museu Dom Diogo de Souza.

A primeira turma de Bacharéis em Ciências Econômicas formou-se em 1958 (Figura 2). Desse grupo, alguns nomes de destaque como Terêncio L. Pereira, natural de Bagé, após formado, abriu um Escritório de Contabilidade e Assessoria Financeira, muito respeitado na cidade; Nadyr Quintana, também natural de Bagé, após formado passou a lecionar no Curso de Ciências Econômicas e tinha um cargo de assessor financeiro junto à faculdade; José Dagoberto Pereira, natural de Jaguarão, após formado, atuou na parte financeira do Frigorífico São Domingos, foi professor de Matemática no Curso de Ciências Econômicas, docente no Científico e assessor do Pró-Reitor de Administração da FUnBa; Jonatas J. R. Torales, natural de Pinheiro Machado, escriturário do Banco do Brasil e professor de Lógica no Curso de Ciências Econômicas da FUnBa; Augusto Pinheiro Grande, natural de Araxá, Minas Gerais, militar, após formado iniciou com um Escritório de Contabilidade, com destaque em Bagé, e foi professor de Contabilidade no Curso de Ciências Econômicas.

Figura 2: 1ª Turma de Bacharéis em Ciências Econômicas.



Fonte: Acervo do Museu Dom Diogo de Souza.

Os economistas da época poderiam abrir escritórios de contabilidade e atuar como contadores. Após a implementação da LDB de 1968 foram instituído os Curso de Ciências Contábeis e Técnico em Contabilidade.

Em 1969, foi criada a Fundação Universidade de Bagé - FUB, que posteriormente se transformaria em Fundação Attila Taborda - FAT⁸, que passou a manter todos os cursos superiores das Faculdades de Ciências Econômicas.

Em agosto de 1970, conforme a Ata nº. 36 do Conselho Universitário - Universidade

⁸ A denominação da entidade mantenedora teve que ser alterada por ser considerada indevida a expressão “universidade”, sendo aprovada como Fundação Attila Taborda. (Proc. Nº 1.146/72 – CFE).

Católica de Pelotas, o presidente da Fundação Universidade de Bagé, Dr. Attila Táborda⁹, solicitou que a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade de Belas Artes, mantidas pela FUB, fossem agregados à UCPel, “visado por esse pedido de agregação é a adequação jurídica da Fundação Universidade de Bagé às exigências do Ministério de Educação e Cultura, em preparação à criação da futura Universidade de Bagé”. Nesse mesmo documento, consta o pedido para criação dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Administrativas¹⁰, também agregados à UCPel. (AZEVEDO, ISMÉRIO e SILVEIRA, 2006, p. 180-181)

Em 1986, foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação o projeto de transformação das Faculdades Unidas de Bagé - FUnBa em universidade, sendo reconhecida como Universidade da Região da Campanha, pela portaria ministerial nº 52, de 16 de fevereiro de 1989. Nesse período, a instituição cresceu tornando-se multicamp¹¹.

No ano de 1990, adequando-se às novas estruturas institucionais, foi criado o Centro de Ciências da Economia e Informática - CCEI pelo estatuto da Universidade da Região da Campanha, aprovado pelo parecer CNE/CES nº 30/2002; Portaria MEC nº 1481, de 15/05/2002, composto pelos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Informática, tendo como objetivo “buscar o desenvolvimento constante de seus professores e secretárias e incentivar trabalhos científicos voltados para sua realidade e para o desenvolvimento da região em que está inserida”.

9 Attila Táborda nasceu em Caçapava do Sul, em 1897, e faleceu em Bagé, em 1975. Com a morte de seu pai, em 1907 veio morar em Bagé com a mãe e os irmãos. Casou-se com Julinha Peixoto Costa, em 1923, que faleceu em 1944. Em 1947, contraiu um segundo matrimônio com Laura Lins Vernet. No ano de 1937, iniciou o Curso de Medicina, na Escola Médico-Cirúrgica do Rio Grande do Sul, formando-se em 1942. Táborda recebeu da Santa Sé, representada na figura do Papa Pio XII, em 1957 a comenda de “Cavaleiro da Ordem Equestre de São Silvestre”, distinção honorífica concedida pelos serviços prestados à causa da Igreja Católica. Em 1960, tornou-se diretor da Faculdade Católica de Filosofia, Ciências e Letras. E 1969, institui por escritura a Fundação Universidade de Bagé. Em 1970, torna-se presidente da Fundação Universidade de Bagé e, em 1972, foi empossado como Pró-reitor das Faculdades Unidas de Bagé, agregada à Universidade Católica de Pelotas. (LOPES, 1970, p. 1 e AZEVEDO, ISMÉRIO e SILVEIRA, 2006, p. 280 e 282).

10 Também consta na ata o pedido de criação dos Cursos de Engenharia Operacional Rural, Biblioteconomia e Ciências Biológicas. Posteriormente foram autorizadas as Faculdades de Direito e Educação Física. Em 1976, os Cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, que foram criados como extensão da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, passaram a ser responsabilidade da Fundação.

11 Conforme o relato histórico presente no Plano de Desenvolvimento Institucional da Urcamp, publicado em matéria especial do Jornal Minuano: “o campus aproximado de Caçapava do Sul, existente anterior à transformação da instituição em universidade multicampi, passou a ser campus da universidade, com o desenvolvimento de um planejamento global de suas atividades, sendo as infraestruturas físicas, cedidas pela Prefeitura Municipal e Governo Estadual. O campus aproximado de Dom Pedrito passou a ser campus da universidade, conforme Portaria Ministerial 52/89 de 16 de fevereiro de 1989, sendo a infraestrutura física cedidas pela Prefeitura Municipal e Governo Estadual. Em 1985, houve a inserção da ASPES à Urcamp, passando a mesma a ser um campus universitário da Urcamp. Em 19 de outubro de 1989, foi celebrado o convênio entre a Fundação Attila Táborda – FAT e sua mantida Universidade da Região da Campanha – URCAMP e a Fundação Educacional de São Gabriel - FESG, visando a transferência dos cursos superiores das Faculdades Integradas de São Gabriel para a Urcamp, com o propósito de racionalizar e expandir o ensino superior na região, promovendo a adequação entre os cursos e vagas oferecidas, a demanda regional, e o desenvolvimento das comunidades inerentes à sua área de influência. O campus universitário de Alegrete, instalado no dia 6 de dezembro de 1996, conforme Portaria MEC nº 1143 de 7 de novembro de 1996, na Fronteira Oeste do Estado, constitui-se em mais uma unidade da Universidade da Região da Campanha. A incorporação dos cursos superiores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Borja, pela Urcamp, ocorreu através da Portaria MEC nº 1148 de 07/11/1996. Nos anos de 2000 a 2011, com a aprovação do funcionamento do Curso de Ciências Contábeis - Bacharelado, a Portaria MEC nº 346 de 23/02/2001 cria o campus universitário de Itaqui da Universidade da Região da Campanha”. (RIBEIRO, Chrystian. A Universidade e sua formação. Jornal Minuano, 25 de maio de 2015, p. 14).

Uma das ações foi a criação, em outubro de 1997, da Revista do CCEI, cuja missão era a proposta de a revista divulgar a pesquisa e o conhecimento científicos nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Informática (Sistemas de Informação) e demais áreas correlatas. Foi idealizada por Luiz Cláudio Dalmolin, que atuou como editor-chefe do periódico até março de 2004. As edições impressas foram produzidas até 2013 e em 2014 passou para o modelo digital, através da plataforma OJS (Open Journal Systems). Nesses anos, foram responsáveis pela editoria da revista Lóren Pinto Gonçalves, Marilene Vaz Silveira, Clarisse Ismério, Fábio Josende Paz e, atualmente, Henry Gomes de Carvalho.

Visando o aprimoramento do acadêmico em sua prática profissional voltada para pesquisa e extensão, em diversas áreas do conhecimento, foi criada, em abril de 2004, a Consultoria Júnior da Urcamp.

A Consultoria Jr. é um espaço que permite aos estudantes o desenvolvimento profissional através de trabalhos realizados com flexibilidade e inovação junto aos mercados em que a universidade atua e onde os acadêmicos deverão atuar no futuro. O projeto gera oportunidades de aprimoramento mediante atividades de extensão e pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, promove o desenvolvimento de senso de responsabilidade e espírito empreendedor, bem como as potencialidades individuais, facilitando o ingresso no mercado de trabalho¹².

No final dos anos 1980 e início dos 1990, em decorrência da globalização e dos novos processos econômicos, o conceito de desenvolvimento regional passa a ser entendido como:

[...] um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento - incrementos positivos no produto e na renda - transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

Logo, a formação de qualidade de profissionais competentes é de extrema importância para que ocorra o desenvolvimento, pois tornam-se agentes sociais que atuam transformando a comunidade em que vivem.

Esse pensamento está presente na missão e visão da Urcamp, uma instituição que nasceu para promover o desenvolvimento de Bagé e região.

MISSÃO: Produzir e socializar o conhecimento para a formação de sujeitos socialmente responsáveis que contribuam para o desenvolvimento global.
VISÃO: Ser uma instituição de referência para a comunidade interna e externa, pela participação nas ações dirigidas ao desenvolvimento regional sustentável e seus reflexos na sociedade. (EXTRATO PDI 2018-2020, p. 6).

¹² Consultoria Júnior. Disponível em: <<https://www.urbcamp.edu.br/pesquisa-e-extensao/inovacao/consultoria-junior>>. Acesso em: 28 dez. 20.

Considerações finais

Ao refletirmos sobre a história da Faculdade de Ciências Econômicas, podemos constatar que as origens do ensino superior em Bagé estão ligadas à necessidade de achar alternativas para o desenvolvimento da região. E, principalmente, que foi uma instituição criada para atender aspirações da comunidade local, que buscava um ensino de qualidade para sua juventude, capacitando-os para impulsionar o crescimento econômico.

Essa missão está sendo cumprida, pois ao longo de sessenta e sete anos a Urcamp formou inúmeros profissionais qualificados, bacharéis e licenciados, para atuar no mercado rio-grandense.

Se hoje Bagé é definida como uma cidade universitária, pois nela atuam seis instituições de ensino superior, é graças à ousadia de visionários que lutaram pelo ensino superior local.

Referências

AZEVEDO, Regina Quintanilha; ISMÉRIO, Clarisse; SILVEIRA, Marilene Vaz. Apontamentos sobre a disciplina História da Educação na Universidade da Região da Campanha - URCAMP (1959-2001). In: **História da Educação**, ASPHE/FAT/UFPel, Pelotas, n. 19, p. 275-294, abr. 2006. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu.br/asphe>>.

BOUCINHAS, Cláudio A. **A História das Charqueadas de Bagé (1891 – 1940) na literatura**. Dissertação (Mestrado em História) - Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, set. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-41612009000300003>>. Acesso em: 25 dez. 2020.

FAGUNDES, Elisabeth Macedo de. **Inventário Cultural de Bagé**. Um passeio pela história. 2. ed. Porto Alegre: Praça da Matriz/Evangraf, 2012.

FRANCO, Sérgio da Costa. A Campanha. In: **Rio grande do Sul Terra e Povo**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira**. São Paulo: Manole, 2003.

VAZ, Heron Ungaretti. **A formação territorial na Região da Campanha Meridional: a organização socioproductiva da propriedade familiar no distrito de Palmas - Bagé/RS**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

ISMÉRIO, Clarisse; MEIRA, Eventon e DRUMM, Elisabeth. Caracterização da Região. In: DRUMM, Elisabeth (Org.). **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região da Campanha 2015-2030**. Bagé, RS: EDIURCAMP, 2017.

ISMÉRIO, Clarisse. Educação patrimonial: promovendo o desenvolvimento regional a partir do patrimônio cultural. In. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 24-31, maio 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/6589/4833>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

LEMIESZEKI, Cláudio L. **Bagé: Relatos de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

LOPES, Mário. Reconhecimento a Atila Taborda: solenidade desta manhã na FUnBa. In: **Jornal Correio do Sul**, 30 de julho de 1970, p. 1.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. In: **Rev. FAE**, Curitiba, Ed. Maio/Ago, 2002, p. 34-48. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>>. Acesso 30 de dezembro de 2020.

EXTRATO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL URCAMP 2018-2010. Disponível: <www.urcamp.edu.br>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ. **Plano de Desenvolvimento Econômico 2011-2031**. Bagé, RS: EDIURCAMP, 2011.

RIBEIRO, Chrystian. A Universidade e sua formação. In: **Jornal Minuano**, 25 de maio de 2015, p. 14.

ROSSATO, R. **Universidade: nove séculos de história**. Passo Fundo, RS: UPF, 2005.

In: ISMÉRIO, Clarisse (Org.). Patrimônio Cultural: simbolismos, intertextualidades e polifonias [livro eletrônico]. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/9786599324215>>.

Teias e labirintos na reconstrução da memória institucional de um Campus do Instituto Federal do Rio de Janeiro: motivações e desafios iniciais

Monique Inocencio¹ e Pedro Guedes²

doi.org/10.47585/9786599324215.6

Com base nos pressupostos teóricos do campo da memória social, do conceito mais específico de memória institucional e de teóricos da relação entre educação, linguagem e memória, o que se pretende neste texto é discutir o processo em andamento de realização de um projeto de pesquisa intitulado Criação do acervo digital de história e memória do IFRJ Campus Duque de Caxias, cujo início formal se deu em julho do ano de 2020 e vem desde então sendo desenvolvido no Campus Duque de Caxias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. O objetivo da iniciativa é a construção, em um ambiente virtual, de uma coletânea de fotos, vídeos, relatos e documentos que registrem o histórico de construção, fundação, inauguração, consolidação e funcionamento da instituição, que pertence à rede federal de ensino. Refletimos aqui sobre o quanto o resgate de memórias a que se propõe o acervo colabora para o universo conceitual e teórico da memória social e institucional ao recompor o labirinto mnemônico de um espaço acadêmico e propor formas e métodos de produção memorialística.

Palavras-chave: Memória institucional; Preservação cultural; Instituto Federal do Rio de Janeiro.

1 Professora de Língua Portuguesa e Literatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Campus Duque de Caxias; Mestre em Letras (Teoria Literária) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, <http://lattes.cnpq.br/8273017540812611>, e-mail: monique.inocencio@ifrj.edu.br.

2 Estudante de ensino médio-técnico em Petróleo e Gás do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Campus Duque de Caxias, <http://lattes.cnpq.br/3548829897396623>, e-mail: pepe02221@gmail.com.

Introdução

O projeto de pesquisa Criação do acervo digital de história e memória do IFRJ Campus Duque de Caxias vem sendo desenvolvido por uma equipe composta pela docente autora e coordenadora do projeto e cinco estudantes: quatro deles de ensino médio integrado à educação técnica e profissional em Petróleo e Gás, um dos quais é bolsista PIBIC Jr., contemplado por um edital interno de fomento à pesquisa, e outras três alunas voluntárias de iniciação científica. Participa também, como aluno voluntário de iniciação científica, um estudante do curso técnico integrado ao ensino médio em Informática para Internet, que funciona no Campus Engenheiro Paulo de Frontin do IFRJ. Esse aluno vem colaborando com a parte técnica da formulação do ambiente virtual do acervo. O objetivo do empreendimento é a criação de um ambiente virtual, inserido no próprio site institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, no qual seja reunida e disponibilizada a um público amplo e diversificado uma coletânea de arquivos textuais e imagéticos que narrem a trajetória de concepção, construção, inauguração, consolidação e funcionamento do Campus Duque de Caxias do instituto.

Considerando o potencial formativo e humanizador desse espaço acadêmico, nos parece relevante formalizar o registro de sua história, no intuito de tornar seu passado acessível ao tempo presente e construir redes e tessituras de memórias dos agentes que dele fazem e/ou fizeram parte, integrando, assim, a história da instituição de ensino com as narrativas particulares de diversos indivíduos que lá atuaram como alunos, docentes, técnicos-administrativos, comunidade externa e outros papéis sociais que possam estar atrelados à existência do Campus.

O referencial acadêmico que orienta e norteia o projeto guarda boa dose de pluralidade, mas está fincado, em grande medida, na discussão proposta por Maurice Halbwachs em sua obra *A memória coletiva*, livro no qual o sociólogo aborda a memória sob duas perspectivas complementares: a memória individual e sua contraface à qual o pesquisador confere mais destaque; e a memória coletiva, construída a partir de redes de afeto que o indivíduo estabelece com os diversificados grupos sociais de que faz parte, e instância responsável pela manutenção de tradições e estabelecimento de elos entre os seres humanos. Para o autor francês:

nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Para o desdobramento do conceito específico de memória institucional, serve-nos de suporte a tese de doutorado de Icléia Thiesen, intitulada *Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*, trabalho no qual são elucidadas definições importantes e necessárias às empreitadas de registro de memória e construção de narrativas coletivas, especialmente aquelas que pretendem tecer e difundir a memória de instituições

específicas, como é o caso da atividade da qual tratamos aqui. A respeito da relação entre essas terminologias e nossa pesquisa, é válido citar a seguinte síntese de Letícia Gorri Molina e Marta Lígia Pomim Valentim em artigo no qual as autoras escrevem sobre os conceitos de memória organizacional, memória corporativa e memória institucional:

A memória é considerada o único instrumento através do qual ideias e palavras podem ser reunidas, fugindo, assim, ao império do imediato: imprime as direções do tempo e permite uma continuidade social. Sem ela, desapareceriam os elos sociais, assim como a própria noção de sociedade, as identidades individuais e coletivas, a possibilidade da construção do conhecimento, ou seja, pode ser considerada uma ferramenta para a construção de uma determinada sociedade, assim como de transmissão cultural. (MOLINA e VALENTIM, 2011, p. 266).

Partindo desta necessária articulação entre rememoração, identidade e manutenção dos vínculos de afeto e pertencimento entre as pessoas que fazem parte de um mesmo grupo social ou, no caso mais restrito que debatemos aqui: da mesma instituição de ensino, seguimos motivados em nosso labiríntico percurso de (re)construção memorialística desse estabelecimento de educação localizado na Baixada Fluminense, no bairro de Vila Sarapuú, situado no primeiro distrito do município de Duque de Caxias, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O IFRJ CDUC foi inaugurado em setembro de 2006, ainda como Unidade Avançada do então Centro Federal de Educação Tecnológica de Química. Somente com a promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria os institutos federais e sistematiza a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e da portaria do Ministério da Educação nº 4, de 6 de janeiro de 2009, que determina quais Campi comporão a estrutura de cada um dos institutos federais, o então CEFET Química se converte em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e a Unidade Avançada Duque de Caxias se transforma no Campus Duque de Caxias do IFRJ.

Ao longo desses anos de funcionamento, o Campus vem oferecendo educação profissionalizante a alunos de variados perfis socioeconômicos e múltiplas faixas etárias nos seus diferentes cursos, que atualmente são os seguintes: Curso Técnico em Petróleo e Gás; Curso Técnico em Plásticos (que durante alguns anos funcionou com outra nomenclatura: Curso Técnico em Polímeros), ambos ofertados nas variações integrado ao ensino médio e concomitante/subsequente ao ensino médio³; Curso Técnico em Química, oferecido de forma integrada ao ensino médio; Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, de forma integrada ao ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos; Curso Técnico em Segurança do Trabalho, de forma concomitante e subsequente ao ensino médio; Curso de Graduação em Licenciatura em Química e Curso de Pós-graduação em Educação Física Escolar.

3 Na estrutura curricular dos institutos federais, a expressão “integrado ao ensino médio” refere-se ao formato em que o aluno cumpre a carga horária da parte técnica do curso e todas as disciplinas propedêuticas do ensino médio na própria instituição. Já a expressão “concomitante/subsequente ao ensino médio” diz respeito ao formato em que o estudante cumpre no instituto apenas a parte técnica do curso, devendo estar cursando ou já ter cursado o ensino médio em outra instituição de ensino.

O projeto de resgate da memória institucional desse estabelecimento de ensino possui três objetivos fundamentais: o de manter viva a historicidade do Campus, de modo que essa narrativa seja preservada do apagamento, a fim de que as gerações futuras de alunos, servidores, funcionários terceirizados e todos os que de algum modo se relacionam com esse espaço de produção de conhecimento possam acessar a sua trajetória de existência e as evidências de sua relevância. Pretende-se, também, solidificar os vínculos de pertencimento dos sujeitos que atualmente participam da dinâmica do Campus pela via do reconhecimento mais detido da importância que ele teve na trajetória pessoal, acadêmica e profissional de cada um, bem como das contribuições que esses mesmos sujeitos também deram para a instituição.

Por fim, objetiva-se, ainda, fortalecer a capacidade de produção de narrativa e de investigação memorialística tanto dos estudantes que fazem parte do projeto quanto de todos os indivíduos que contribuirão direta ou indiretamente com a reunião das peças que comporão o acervo. Como ganho indireto, acreditamos que o projeto permitirá à instituição a formulação de uma autocrítica de seu funcionamento, a partir do reconhecimento de lacunas, equívocos e metas ainda não atingidas, reveladas por esse processo de esquadramento de seu histórico.

Esse texto a partir daqui estará dividido em três partes: na primeira, apresentaremos mais detalhadamente o projeto de pesquisa Criação do acervo digital de história e memória do IFRJ Campus Duque de Caxias; na segunda, descreveremos brevemente os momentos mais decisivos da trajetória de existência do IFRJ CDUC, suas realizações e avanços; e, por fim, faremos uma discussão acerca das diversas vozes que farão parte de nossa escavação memorialística na reconstituição do percurso de funcionamento da instituição e de que maneira essa costura polifônica e multiperspectivista contribui para um olhar mais diversificado para a pesquisa e seu objeto.

Estruturação do projeto e alcances iniciais

O Acervo digital de história e memória do IFRJ Campus Duque de Caxias será hospedado em um ambiente virtual do próprio site institucional do IFRJ e seu planejamento está compartimentado nas seguintes seções, que serão apresentadas como ícones em um menu digital da página inicial:

- 1. História do Campus** – o link deste compartimento direcionará para uma linha do tempo interativa, em que cada ano será configurado como um hiperlink que encaminhará para uma pasta em que estarão depositados vídeos, fotografias, documentos e textos através dos quais sejam relatados os acontecimentos relevantes do referido ano, como eventos acadêmicos, atividades de extensão, torneios esportivos, formaturas das turmas concluintes, gincanas, círculos de leituras e outros acontecimentos de realce.
- 2. Depoimentos** – neste espaço, serão agrupados depoimentos em vídeo que estão sendo recolhidos de pessoas que fizeram parte da história do Campus e manifestam para com a instituição algum papel de proeminência ou vínculo de afetividade, gratidão ou pertencimento. Estão sendo reunidos relatos de personalidades como o diretor-geral do

CEFET Química, que liderava a instituição de ensino à época em que a Unidade Avançada de Duque de Caxias foi construída e inaugurada (e que com a transformação para IFRJ foi convertido em primeiro reitor da instituição); a primeira diretora da Unidade Duque de Caxias, convertida posteriormente em primeira diretora geral do Campus Duque de Caxias; os primeiros diretores de apoio, os primeiros ocupantes das funções de coordenação e chefia de setores; os alunos pioneiros das primeiras turmas a funcionar no Campus, de cada um dos cursos; os funcionários terceirizados com atuação no espaço desde os primórdios de seu funcionamento; docentes das primeiras levas de professores que lá entraram em exercício e moradores das proximidades do Campus que lá residem há vários anos e que acompanharam de perto sua construção e consolidação.

3. **Genealogia das funções gestoras** – nessa subdivisão do acervo, será montada uma espécie de “árvore genealógica” interativa cujas ramificações trarão os nomes, fotos e uma minibiografia profissional e acadêmica de cada uma das pessoas que ocuparam cargos de direção, chefia e assessoramento no IFRJ CDUC, como os diretores gerais e de apoio, coordenadores de cursos, chefes de setores, como a Coordenação Técnico-Pedagógica, Biblioteca, Coordenação de Turno e os Coordenadores de Cursos.
4. **Histórico do movimento estudantil** – esta repartição do acervo trará documentos, fotos, vídeos e outros registros que descrevam a trajetória de atuação do movimento estudantil do Campus, desde a primeira chapa do Grêmio Estudantil Carlos Augusto de Carvalho Mendes (nome escolhido em homenagem ao primeiro professor de Química Geral do Campus e um dos primeiros docentes a ministrar aulas naquele espaço) e do Diretório acadêmico Marie Curie (assim batizado pelos alunos do curso de Licenciatura em Química como uma celebração à reconhecida física e cientista polonesa). Dentre outras informações, nessa parte constará uma mini biografia de todos os alunos que integraram as diferentes chapas de liderança dos dois núcleos do movimento estudantil ao longo dos anos de funcionamento do Campus.

Além das segmentações mencionadas, pretendemos, futuramente, construir um espaço virtual no acervo especificamente destinado ao que estamos chamando de “pré-história do Campus”, que seria uma historiografia da região em que a instituição se situa, o bairro de Vila Sarapuí e suas adjacências. Para o alcance desse levantamento, a coordenadora do projeto vem investindo em uma parceria com uma instituição municipal, o Museu Vivo do São Bento⁴, em funcionamento em um bairro próximo ao do IFRJ CDUC e que congrega um grupo de estudiosos cujas investigações se voltam para a história da Baixada Fluminense e do Município de Duque de Caxias em especial. No museu é oferecido, inclusive, um curso permanente de extensão, com conteúdo detalhado sobre a história do município de Duque de Caxias, desde a época do Brasil Colônia até os dias atuais.

4 A propósito do Museu Vivo do São Bento, é possível encontrar informações no site oficial. Disponível em: <<https://www.museuvivodosaobento.com.br/>>.

Embora o projeto se encontre hoje em fase bastante inicial e embrionária, a pesquisa já realizou alguns avanços, como o levantamento de fotos e vídeos de diferentes eventos ocorridos no local desde seu primeiro ano de atuação, fotos e vídeos do terreno em que ele se localiza anteriormente à construção do prédio e imagens da construção do prédio, cerimônia de inauguração e primeiras atividades. Também já estamos agrupando os primeiros depoimentos das personalidades que integram o itinerário da instituição e, através de uma parceria com o Campus Engenheiro Paulo de Frontin do IFRJ, em que é oferecido um curso de ensino técnico integrado ao ensino médio em Informática para Internet, do qual um dos alunos é voluntário do projeto, já está sendo desenhado o design e layout do ambiente virtual do acervo e pensadas as formas como os conteúdos serão distribuídos.

Paralelamente às atividades de caráter pragmático da pesquisa, como a congregação de imagens, textos, documentos, vídeos e relatos que figurarão no acervo, elaboração de imagem de capa com identidade visual padronizada para os vídeos com os depoimentos que também integrarão o memorial do campus, os estudantes envolvidos no projeto também vêm realizando, sob supervisão e acompanhamento da orientadora, leituras de textos acadêmicos relacionados aos estudos sobre memória, memória social e memória institucional, a fim de construir alicerces conceituais e teóricos para as atividades práticas que desempenham e compreensão mais ampliada dos objetivos da pesquisa e sua fundamentação terminológica.

Passamos, então, à descrição dos momentos decisivos da existência do IFRJ CDUC, suas contribuições à comunidade, as ações pedagógica e culturalmente potentes que lá são executadas e as metamorfoses pelas quais o Campus vem passando desde sua gênese.

Breve síntese do percurso do campus – avanços, rupturas, transformações

A fim de contextualizar o impacto das ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo IFRJ Campus Duque de Caxias para a região em que ele se localiza, e, conseqüentemente, ressaltar a pertinência de fixarmos essas ações no tempo e na lembrança, através da preservação e acessibilização de seus registros, compete-nos fazer uma breve síntese a respeito da carência que a localidade possui de instituições de ensino públicas e de qualidade que promovam educação técnica e profissionalizante em diferentes níveis de ensino.

No artigo *A luta pela educação na Baixada Fluminense-RJ: o contexto de expansão do Ensino Superior* (SOUZA e SOUZA, 2018), os autores analisam um recorte do processo histórico de consolidação dos municípios que compõem a região e detalham algumas dinâmicas que fazem com que boa parte de seu território seja marcado por desigualdades sociais diversificadas, abandono do poder público em diferentes esferas, variadas manifestações da violência urbana, precariedade dos sistemas educacionais e de saúde, amplo espectro de desemprego e subemprego e uma população majoritariamente carente de bens culturais, serviços e escolarização eficiente. No mesmo texto, os pesquisadores defendem que uma das iniciativas mais potencialmente transfiguradoras da região foi a inauguração de um Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no município de Nova Iguaçu, importante cidade desse núcleo geoespacial.

Na esteira do que defendem os autores do estudo, consideramos que, no caso do município de Duque de Caxias, entre as mais notórias medidas de transformação social da região pela via da educação estão as implantações dos campi da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em Xerém, no quarto distrito da cidade; do colégio Pedro II (instituição de ensino, também integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), no bairro do Centenário, próximo ao centro do município; e do Instituto Federal do Rio de Janeiro, no bairro de Vila Sarapuí, cuja população é predominantemente de baixa renda e parca escolaridade.

A educação básica de ensino médio, profissional, técnica/tecnológica e de ensino superior em nível de graduação e pós-graduação provida pelo IFRJ CDUC a estudantes de Duque de Caxias e outras cidades adjacentes é um nítido diferencial pragmático e simbólico para o local, pois permite ascensão socioeconômica aos estudantes que concluem os cursos técnicos e adentram o mercado de trabalho na condição de mão de obra especializada, e, portanto, melhor remunerada, além de oferecer amplitudes de horizontes culturais, artísticos, científicos, uma vez que possibilita uma educação emancipadora e lhes faculta oportunidades de participação em projetos de pesquisa, atividade de extensão, eventos culturais e artísticos, visitas técnicas a empresas e a instituições culturais, dentre outras ações cujo detalhamento da trajetória da instituição desvela e evidencia.

O Campus foi inaugurado no segundo semestre de 2006 e dentre os momentos de maior relevância de seu roteiro de funcionamento estão os anos de implantação de cada um dos cursos que lá funcionam. O curso técnico em Polímeros (posteriormente rebatizado de curso técnico em Plásticos) foi o primeiro a funcionar no espaço e sua primeira turma iniciou seus estudos no primeiro semestre de 2007, na modalidade concomitante/subsequente ao ensino médio. No primeiro semestre de 2008, instaura-se a primeira turma deste mesmo curso na modalidade integrada ao ensino médio, com duração de sete semestres letivos, e o curso técnico em Segurança do Trabalho, na versão concomitante/subsequente ao ensino médio, com duração de três semestres letivos.

No mesmo ano, é implantado, também, o curso técnico em Manutenção e Suporte em Informática, integrado ao ensino médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Merece destaque o fato de que esse curso integra uma determinação mais ampla proposta em 2005 pelo Ministério da Educação, que foi a criação do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, instituído através do Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2005, e ampliado em sua abrangência pelo Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006, com o objetivo de ofertar educação técnica e profissionalizante aos jovens e adultos com defasagem no seu processo de escolarização. Durante esses anos de funcionamento do PROEJA no IFRJ, muitos estudantes da EJA têm conseguido preencher suas lacunas educacionais e adquirir a formação técnica, o que para o universo do público assistido pelo curso é um emblemático divisor de águas.

Ainda em 2008, o Campus avança para uma etapa decisiva, que foi sua inserção no programa institucional do então CEFET Química de bolsas de iniciação científica. Começam a ser realizados os primeiros projetos de pesquisa com a participação de alunos bolsistas PIBIC Jr. Essa possibilidade de estudantes do ensino médio receberem bolsas para atuar em pesquisas coordenadas pelos professores é absolutamente determinante no roteiro de vida dos alunos que

são contemplados com essa oportunidade. De 2008 aos dias de hoje, foram realizadas inúmeras pesquisas no Campus das quais participaram bolsistas, que puderam aprimorar de modo muito aprofundado e satisfatório suas competências para a investigação científica.

No ano de 2009, inaugura-se o Curso Técnico em Petróleo e Gás, nas variações integrado ao ensino médio e concomitante/subsequente ao ensino médio. Já 2011 foi o ano de implementação do Curso Técnico Integrado em Química, com duração de oito semestres, que vem formando profissionais atuantes em diversificadas ramificações da indústria e outros eixos do mercado de trabalho. Nosso levantamento do histórico de egressos do Campus atesta que muitos dos estudantes desse e dos demais cursos médio-técnicos do Campus adentram boas universidades e seguem carreiras relacionadas ao âmbito da Química e seus derivados, contudo, são muitos os que optam por outras formações acadêmicas na esfera do ensino superior e frequentam os mais diversos cursos de graduação e seguem no exercício de múltiplas e distintas profissões, o que indica um certo caráter plural da educação fomentada pelo IFRJ, que, embora seja prioritariamente voltada para a vida profissional tecnicista, também se direciona para a diversidade de escolhas e variadas formas de realização pessoal e profissional.

Em 2012, começa a funcionar no Campus o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI e o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE. O NEABI vem promovendo atividades bastante interessantes de pesquisa e extensão em torno da história, linguagem, arte, identidade, religiosidade, culinária e aspectos culturais diversificados dos povos africanos e indígenas que contribuíram para a consolidação da matriz cultural e identitária brasileira.

Nesse período de funcionamento do NEABI, foram ofertadas inúmeras palestras, oficinas, minicursos, exposições e atividades artísticas voltadas para essas questões, além de consultoria pedagógica prestada aos professores com relação ao cumprimento das Leis nº 10.639 e nº 11.645, que estabelecem a exigência do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica. A equipe de servidores e alunos integrantes do NAPNE, por sua vez, vem realizando ações de conscientização em torno da educação especial e inclusiva, através de cursos, palestras e outras atividades acadêmicas e criando mecanismos de acessibilidade aos estudantes portadores de necessidades específicas, a fim de lhes garantir equidade e êxito no processo de aprendizagem.

Em 2015, é fundado no Campus o Núcleo de Gênero e Diversidade - NUGED, grupo de estudos, pesquisas e ações voltadas para o debate dos temas de gênero, sexualidade e diversidade, a fim de colaborar com o combate ao machismo, à homofobia e toda e qualquer discriminação vinculada à identidade de gênero e à orientação sexual, para, assim, contribuir com a educação cidadã e humanística, voltada para a construção de um mundo mais justo e igualitário.

Dentre os momentos mais importantes da história e memória do IFRJ CDUC estão as realizações de seus eventos de extensão, em especial, as duas principais semanas acadêmicas integrantes da programação permanente da instituição: a Semana Científico-Tecnológica - SEMACIT, cuja primeira edição ocorreu em 2008, e atualmente está em sua décima edição, realizada, no ano de 2020, excepcionalmente, de forma remota, através de plataformas virtuais, em função da pandemia de Covid-19, que assolou o Brasil e obrigou a suspensão de atividades de ensino presencial. Essa

semana acadêmica reúne palestras, minicursos, oficinas, mesas-redondas e projetos discentes, predominantemente voltados para as relações entre ciência, tecnologia e sociedade. Paralelamente à SEMACIT, ocorre também a Jornada Científica, em que são apresentados sob a forma de comunicações os projetos de pesquisa de que participam os alunos dos diferentes níveis de ensino do Campus e, recentemente, foi incorporada a essa rotina acadêmica, também de forma simultânea à SEMACIT, a Jornada de Extensão, em que são apresentados os projetos extensionistas coordenados pelos professores e dos quais os estudantes também fazem parte.

A outra semana acadêmica a funcionar de modo sistemático no estabelecimento de ensino é a Semana de Arte e Cultura - SEMAC, em que são promovidas ações culturais, musicais, esportivas e artísticas, além de uma gincana, que agrega e mobiliza a maior parte dos alunos e fomenta o compromisso deles com tarefas de natureza social, como arrecadação de alimentos para instituições de caridade ou famílias necessitadas e arrecadação de óleo de cozinha usado, para reaproveitamento. A SEMAC confirma o pluralismo pedagógico que os docentes do IFRJ pretendem desenvolver e praticar e possibilita forte envolvimento dos alunos com a cultura, os esportes, o lazer e a descontração, que também integram o processo formativo da educação escolar.

Outros eventos que compõem a trajetória extensionista do Campus são a Semana da Diversidade, composta por palestras, oficinas, debates, exposições e atividades culturais em torno dos temas ligados ao NAPNE, ao NEABI e ao NUGED. A Festa Junina Arraiá Trem Bão, realizada anualmente, também incorpora a programação cultural do Campus e reúne servidores, estudantes e comunidade externa em momentos de cultura e entretenimento, repletos de comidas típicas, dança de quadrilha e brincadeiras.

Além desses eventos, ocorrem no Campus outros mais espaçados, como as olimpíadas escolares, torneios esportivos, cursos de extensão, apresentações musicais e teatrais, atividades de acolhimento aos alunos recém-chegados a cada início de semestre. Em 2017, ocorreu um evento comemorativo dos dez anos de existência do Campus, que se caracterizou por um dia repleto de atividades, como mesas redondas, exposição e a partida de um gigantesco bolo comemorativo.

Todos esses momentos decisivos da história e memória do Campus Duque de Caxias do Instituto Federal do Rio de Janeiro serão registradas em nosso acervo virtual, que poderá ser visitado e amplamente divulgado para toda a comunidade acadêmica do Campus, bem como para o público diverso que deseje conhecer o percurso de existência e realizações desta instituição, que se revela importante na vida dos que dela fazem ou fizeram parte.

As múltiplas vozes que se encontram ou sobre a necessidade de tecer narrativas

No ensaio *O narrador*, o filósofo Walter Benjamim, da Escola de Frankfurt, chama a atenção para um processo de enfraquecimento da capacidade humana de produzir narrativas. Para o pensador da teoria crítica, a consolidação do sistema capitalista com seu modo de produção industrializado e seu ethos individualista, ancorado na família nuclear burguesa e na subjetividade moderna levada às últimas consequências, debilitou a noção de experiência coletiva e de

pertencimento dos sujeitos aos grupos sociais de que fazem parte. Consequentemente, arrefeceu-se a capacidade humana de contar histórias, compartilhar experiências e transmitir ensinamentos, conselhos e exemplaridades. Afiliando-nos à preocupação benjaminiana em torno dos prejuízos suscitados por esses processos de ensimesmamento dos indivíduos e de esmorecimento dos laços coletivos e sociais, julgamos pertinente promover iniciativas que possibilitem aos sujeitos construir relatos de experiências comuns e compartilhadas, que evidenciem o caráter gregário e interdependente da espécie humana e a potência da solidariedade, da empatia e dos vínculos sociais e coletivos dos indivíduos uns para com os outros.

Outro pensador com o qual estabelecemos diálogo é o teórico russo Mikhail Bakhtin, que, em *Problemas da poética de Dostoiévski*, concebe o conceito de polifonia como sendo uma espécie de orquestra discursiva em que se concatenam e interseccionam múltiplas vozes que emergem e se manifestam na estrutura da narrativa. Ao analisar a obra do importante autor de *Crime e castigo*, o estudioso desenvolve a ideia de que a prosa desse escritor é profícua e produtiva justamente porque congrega em diversificadas camadas as múltiplas vozes de personagens representativos dos mais diversificados papéis sociais e os variados pontos de vista sobre os fenômenos que se desenrolam na obra.

Tomando de empréstimo o conceito bakhtiniano, podemos considerar como investida polifônica todo texto ou discurso no qual seja possível identificar esse tom orquestral em que diferentes perspectivas se integram na construção de narratividade e produção de saber. No caso do acervo de memória do IFRJ Campus Duque de Caxias, cuja arquitetura está no cerne de nossas preocupações, o caráter polifônico se materializa em diferentes etapas do processo: a começar pelos repertórios de vivência institucional da pesquisadora que coordena o projeto, docente no Campus desde agosto de 2008, passando pelo olhar dos estudantes que atuam diretamente na pesquisa, que trazem a visão discente a respeito do funcionamento da instituição, e se amplia para os múltiplos ângulos a partir dos quais discorrem os diversos narradores que aceitaram produzir e ceder seus relatos para a seção de depoimentos em vídeo do espaço virtual de memória.

Observamos que os depoimentos coletados para o acervo perpassam narrativas de diversificados atores que estabeleceram com a instituição vínculos heterogêneos, como de gestores (como o primeiro reitor do IFRJ, a primeira diretora geral do IFRJ CDUC, os primeiros diretores de apoio, os coordenadores dos cursos e de setores), de estudantes dos diferentes níveis de ensino que são ofertados no Campus (de ensino médio-técnico, graduação e pós-graduação), de professores, de funcionários terceirizados (de limpeza, segurança e manutenção) e da comunidade externa (como pais de alunos, moradores da localidade). A costura dessas múltiplas percepções delineia um mosaico multiprismático e insere dialeticamente as trajetórias dos indivíduos dentro da narrativa institucional, ao evidenciar a relevância de cada sujeito no percurso do Campus, e insere a história da instituição na vida particular de cada narrador depoente, ao avultar para esses mesmos indivíduos as contribuições do IFRJ para seus trajetos pessoais, profissionais, acadêmicos e afetivos.

Ao reconstruir esses extratos de narrativa, reuni-los e disponibilizá-los em um único espaço, o projeto confirma a premissa de Maurice Halbwachs de que a memória é uma instância que se materializa

de forma coletiva, mesmo quando enunciada por um sujeito particularizado. Fazemos coro com as palavras do teórico, para quem “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que este mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes.” (HALBWACHS, 2003, p. 69).

Defendemos, ainda, que a narrativa, tal como corporificada nos depoimentos dos participantes de nossa pesquisa, tem a função de colaborar na construção dinâmica da identidade institucional, mas, também favorece a constituição identitária dos próprios indivíduos que depõem; uma vez que todos somos em parte resultado das experiências que vivenciamos, da formação escolar que tivemos, das sociabilidades que construímos nos espaços que frequentamos, recuperar fragmentos desses itinerários significa reconstruir quem somos, visitar nossos trajetos e realinhar anseios, metas, desejos, enfim, nos reconhecer.

É importante ressaltar aqui a pertinência dessa tessitura de relatos na consolidação da noção de memória institucional e sua vinculação com o exercício da cidadania. A esse respeito, Icléia Thiesen salienta, em sua pesquisa de doutorado desenvolvida em torno do conceito de memória institucional, a respeito da combinação entre esse elemento e a cidadania e participação social dos indivíduos. A professora afirma que:

Para compreendermos as relações entre memória e instituição é necessário uma articulação com a noção de sociedade/socialização, vista aqui como um processo que indica o conjunto das experiências que formam/conformam a identidade política e social dos indivíduos, bem como a imagem que têm de si mesmos e do outro, em suas relações com as instituições existentes na sociedade. As relações entre indivíduos e instituições são de fundamental importância para o processo de formação/aprendizagem social e política que conduz as ações de cidadania. (THIESEN, 1997, p. 32).

Ao fortalecer a premissa de que as instituições de ensino devem ter como horizonte a instrumentalização dos sujeitos para o exercício pleno e autônomo da cidadania e da vida em sociedade, a trama memorialística, que aqui se propõe, colabora não somente com o campo dos estudos de memória, como também com o universo educacional, encarado por nós como um processo inevitavelmente coletivo e plural, que será sempre mais eficiente e produtivo quanto mais amplo e democrático for o direito à voz e participação dos personagens que interagem na dinâmica escolar e acadêmica das instituições de ensino. Nesse sentido, o projeto de pesquisa aqui exposto tem como tarefa, também, contribuir para a proposta de uma educação cidadã, que revitalize a noção de vida em sociedade como eterna construção social de narrativas comuns e experiências compartilhadas.

Considerações finais

Embora o projeto de criação do acervo digital de história e memória do IFRJ Campus Duque de Caxias esteja em sua fase preambular, acreditamos que as conquistas até aqui realizadas têm sido significativas, especialmente na rotina da coordenadora da pesquisa e dos estudantes que dela participam. As leituras teóricas efetuadas pelos integrantes do projeto e as

discussões delas derivadas trazem aprendizados profusos em torno dos temas definidores da iniciativa. As atividades como um todo auxiliam os estudantes na internalização das premissas, critérios e metodologias que norteiam a dinâmica da pesquisa acadêmica, o que se traduz como um expressivo diferencial para os jovens alunos de ensino médio.

O que se vem construindo ao longo do projeto é um conjunto de iniciativas que já resultaram em alguns registros imagéticos, documentais e textuais que capturam e evidenciam o histórico de funcionamento de uma instituição de ensino possuidora de importância educacional e sociocultural na região em que se localiza.

A tessitura memorialística tem sido construída de maneira coletiva, a partir de múltiplos olhares para a trajetória institucional, envolvendo diferentes participantes desse percurso, de forma interativa e dialógica, de modo a favorecer a produção de narrativas que integram os indivíduos ao grupo social pela lógica de pertencimento e contribuições mútuas. Com a conclusão da pesquisa e finalização do espaço virtual de memórias, se espera contribuir de forma prática para o campo dos estudos da memória social e da memória institucional pela materialização dos conceitos mobilizados nessas áreas na forma de um acervo digital amplamente acessível para toda a comunidade.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 3. ed. Traduzido por Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DODEBEI, V. L. D. L. de M. **Informação, memória, conhecimento**: convergência de campos conceituais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2010. ANAIS... Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

MOLINA, Leticia G. e VALENTIM Lúcia P. Memória organizacional, memória corporativa e memória institucional: discussões conceituais e terminológicas. In: **Revista EDICIC**, v.1, n.1, p. 262-276, ene/mar. 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115215/ISSN2236-5753-2011-01-n.1-262-276.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SANTOS, M. S. dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SOUZA, Renan Arjona e SOUZA, Nádía Maria Pereira de. A luta pela educação na Baixada Fluminense-RJ: o contexto de expansão do Ensino Superior. In: **COLÓQUIO** – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 15, n. 1, jan./jun. 2018.

In: ISMÉRIO, Clarisse (Org.). Patrimônio Cultural: simbolismos, intertextualidades e polifonias [livro eletrônico]. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/9786599324215>>.

Valorização Patrimonial: através do cinema como meio

*Vinicius Menezes*¹

doi.org/10.47585/9786599324215.7

No presente trabalho, foram analisadas as possibilidades de desenvolvimento sustentável através da valorização do patrimônio cultural fazendo uso do cinema. Temos como objetivos compreender como a população da região se apropria dessas imagens cinematográficas e identifica-se com as identidades na tela grande. Através de pesquisa metodológica, analítica qualitativa e revisão bibliográfica, fizemos uma análise de obras acerca do cinema e do turismo, cruzando tais informações para poder direcioná-las para uma forma de desenvolvimento sustentável. Conseguimos perceber que não há um conceito definitivo de desenvolvimento e nem uma fórmula exata, mas existem diversas formas de conseguir atingir o objetivo desenvolvimentista.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Memória; Imaginário; Patrimônio Cultural.

¹ Especialista em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário da Região da Campanha - Urcamp, Licenciado em História pela PUC-RS, <http://lattes.cnpq.br/3445312571422120>, e-mail: vinistoria@hotmail.com.

Introdução

O presente trabalho analisou as possibilidades de desenvolvimento sustentável através da valorização do patrimônio cultural através do cinema como meio. Como patrimônio cultural deve ser preservado, através de signos representa uma veracidade que é documentada e transmitida pelas lentes do diretor. Compartilhando da ideia que todo o patrimônio cultural simboliza algo de uma sociedade ou de uma região, nos demonstra uma identidade regional. Fato ao qual justifica sua apropriação e valorização.

Toda vez que aparece um filme no mercado, causa comoção social e cultural; fascina e encanta pelo esplendor das imagens. Quem observa a magia procura se identificar na tela ou reconhecer parte de sua história, seus imaginários estão representados na tela. Nossa problemática volta-se em como utilizar tal arte em favorecimento do desenvolvimento regional?

Temos como objetivo principal compreender como a população da região se apropria dessas imagens cinematográficas e identifica suas identidades locais na tela grande. Porém, antes de compreender o local devemos conhecer as transformações que essa sociedade tem sofrido ao longo da história, suas compreensões de sucesso e felicidade e necessidades que uma sociedade moderna almeja, como nos trouxe Braudillard.

Para que o desenvolvimento do trabalho fosse satisfatório tivemos como referencial teórico fundamental Gastal, autora que trabalha constantemente com as ideias motivacionais do turista. Em primeiro momento, percebemos que a imagem, seja ela real ou ficcional, está relacionada com a escolha do destino turístico. Além da imagem televisiva, artística ou cinematográfica, teríamos também aquela que temos na memória (pré-formulada) sobre o local, portanto, analisaremos esses imaginários sobre a região da Campanha ou modelos imaginários do gaúcho e suas práticas.

Através de pesquisa metodológica, analítica qualitativa e revisão bibliográfica faremos análise de obras acerca do cinema e do turismo, cruzando tais informações para poder direcioná-las para uma forma de desenvolvimento sustentável. A sétima arte sempre nos traz uma propaganda, impondo ideologias e/ou valores regionais e nacionais, e estas atraem o turista.

Desenvolvimento e preservação do patrimônio

Por um longo período se entendeu que o desenvolvimento de uma região deveria acontecer por meio da economia, sendo essa meio e fim. Mas atualmente compreende-se que “o desenvolvimento só será efetivo se o econômico acompanhar uma melhoria na qualidade de vida; deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social.” (OLIVEIRA, 2002, p. 40). O mesmo autor complementa esse raciocínio da seguinte forma:

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir ‘as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)’. (OLIVEIRA, 2002, p. 38).

Ismério complementa da seguinte forma: “atualmente o desenvolvimento regional, local ou territorial é definido como um conjunto de mudanças e transformações que podem ser observadas na sociedade, economia, política, [...] e cultura.” (ISMÉRIO, 2007, p. 1). Cada região tem seu desenvolvimento de maneira diferenciada e nem sempre uniforme. Todavia; devemos direcionar um enfoque para o aproveitamento dos recursos patrimoniais, sejam naturais ou culturais, pois entendemos que a história de uma sociedade deve ser preservada para a posteridade; mas não deve ser contada apenas dentro dos muros acadêmicos ou escolares.

Ela deve surgir nas ruas das cidades, brotar em cada esquina ou prédio, mas para esse fenômeno se concretizar necessitamos de uma conscientização da preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural, possibilitando uma construção da identidade regional. Devemos compreender que essa preservação se dá por diversos motivos, tal como nos explica Ismério: “o patrimônio cultural é uma herança que deve ser preservada, pois garante a identificação e a representação das transformações, objetos, signos e costumes de uma sociedade.” (ISMÉRIO, 2007, p.1).

Para que ocorra de maneira efetiva, precisamos de um trabalho conjunto entre a comunidade e o educador que fará uma conscientização e identificação do cidadão com o patrimônio, pois, para preservar, o cidadão primeiro deve se sentir parte ‘dele’. Cuidamos apenas daquilo que nos traz uma espécie de valor (material ou imaterial).

Atualmente, prédios têm sido restaurados e devolvidos à comunidade sob diversas formas, museus, prédios comerciais, etc. Esse centro se utilizável irá criar um laço com a comunidade, podendo vir a ser preservado por ela. Desde que seja incorporado ao cotidiano social e a mesma crie vínculos culturais. Se não houver essa apropriação, ele tem uma forte tendência a ser descartado pela comunidade. Porém:

Não apenas os historiadores, mas a sociedade deve ter a consciência de preservação de seu patrimônio, deve exercer o papel de “guardiã” de seus bens. Essa mudança somente é conquistada através de um processo educativo que promova simultaneamente a valorização da “memória e dos costumes da comunidade, em prol do afloramento da identidade e do fortalecimento da auto-estima”. (apud ISMÉRIO, 2007, p.3).

O desenvolvimento é diferenciado por região e tem tempo próprio. Não devemos alicerçar o mesmo sob um aspecto somente. Devemos é fazer um elo entre vários aspectos e proporcionar à região algo proporcional e gradual. Nossa proposta é fazer uso do desenvolvimento cultural, econômico e patrimonial pelo uso do cinema.

Partimos do pressuposto que o desenvolvimento econômico de uma região pode vir de diversas formas. Em primeiro ponto, analisamos os fatores existentes e a realidade da região. Logo

em seguida, partimos para exemplos reais de propostas vitoriosas pelo Rio Grande do Sul, propostas todas que vieram acompanhadas de projetos e estudos da realidade da região. Para o desenvolvimento ser efetivo e vitorioso, deve sempre analisar as potencialidades locais.

Sociedade de consumo: imaginário

Através da publicidade do período contemporâneo, podemos perceber que começam a ser criadas certas necessidades. Essas são carregadas de teorias que acabam por convencer e *seduzir* o consumidor. Baudrillard nos traz:

Todo o discurso sobre as necessidades assenta numa antropologia ingênua: a da propensão natural para a felicidade. Inscrita em caracteres de fogo por detrás da menor publicidade [...], a felicidade constitui a referência absoluta da sociedade de consumo, revelando-se como o equivalente autêntico da salvação. (BAUDRILLAR, 2003, p.47).

Então, nesse ponto, a publicidade passará a ter um papel fundamental na nova sociedade. Essa irá criar o mito da felicidade, que irá se tornar o mito da igualdade, ambos de Baudrillard. Nessa teoria, ele afirma que o que possibilita todos os indivíduos serem iguais é o seu poder de compra. Outro autor que trabalhará o conceito de felicidade é Tota:

[...] o mercado podia oferecer em abundância vários produtos úteis e atraentes, criando uma nova forma de prazer: o prazer de consumir. Ora, como esses produtos estariam ao alcance de qualquer pessoa, independente da posição na sociedade de classes, ávida ficaria muito mais fácil, agradável enriquecedora. (TOTA, 2000, p. 20).

Passamos a entender agora o motivo que a publicidade se torna muito importante nesse período: pelo simples fato que esse cidadão do mundo novo ele precisa de estímulos e que tem como objetivo induzi-lo a consumir. Mas para isso precisamos de padrões. Ortiz irá usar diversos exemplos, tais como a alimentação, os *Fast Food*. Segundo o autor essas novas padronizações, não apenas de cardápio ou de ambiente (por exemplo o Mc'Donalds), mas também de paladar. Pois um indivíduo hoje nos EUA, no Brasil ou até mesmo na China, todos estarão degustando o mesmo *xis-burguer* do 'Mc Lanche Feliz'. O autor acusa que essas revoluções se devem ao novo estilo de vida, resultado da modernidade.

Há uma deslocalização do ato de comer. A instituição refeição se concentrava em lugares fixos [...]; as novas modalidades alimentares favorecem a mobilidade (restaurante, cafés, cantinas, automóvel, etc.). O ritmo da alimentação é pautado pelas exigências da sociedade. (ORTIZ, 1996, p. 85).

Entramos em um ponto difícil de não ser tratado que se refere a 'americanização da cultura', diversos autores afirmam e debatem essa americanização do mundo através da cultura

(propaganda). Não devemos sintetizar a propaganda apenas ao *marketing* de produtos, mas devemos entendê-la como todo um conjunto complexo com diversos recursos. O mais utilizado pelos EUA para divulgar e contaminar o *American Way of Live*, podemos considerar o cinema. Através das imagens em movimento eles pretendem transmitir um padrão, priorizando a abundância e riqueza dos símbolos, carregados de significados.

O cinema, a maior de todas as inovações americanas na área do entertainment, divulgou, mais do que qualquer outro meio, o *American way of live*, americanizando, primeiro, os Estados Unidos, depois o resto da América. [...] por meios de comunicação de massa. O americanismo mercantilizado. (TOTA, 2000, p. 21).

É de consenso que essa nova sociedade, ela não surge; ela é criada através de mecanismos de propaganda e *marketing*. Uma das formas mais utilizadas para criação do consumo moderno pode ser dada por meio do cinema. Os consumos turísticos veem tornando-se algo usual e muito difundido, como nos afirma Gastal:

Viajar tornou-se um bem que possuímos após usufruí-lo, a exemplo de outros bens materiais. [...] esse bem nos agrega frutos sociais e psíquicos. Entre os produtos que melhor atendem a essa gama de necessidades e desejos que nos cercam no mundo contemporâneo, com certeza estão os produtos turísticos. (GASTAL, 2005, p. 83).

Esse viajante busca o imaginário, está atrás da sua felicidade e realização, muitas vezes está enraizada na sociedade; vejamos, por exemplo: é de consenso universal a imagem do gaúcho como uma pessoa cordial, campeira, em resumo o ‘velho mito do gaúcho’; essa imagem esta enraizada já, não precisamos falar, ao citar que aquela pessoa veio do Rio Grande do Sul automaticamente se monta o estereótipo do gaúcho romanceado, essa casca nos define o autor Oliven:

[...] um elemento recorrente no discurso tradicionalista é a referência à ameaça que pairaria sobre a integridade da cultura gaúcha. Os tradicionalistas construíram a figura do gaúcho, frequentemente retirado do tempo e do espaço, a quem passam a “defender” e considerar como o legítimo representante dos valores do Rio Grande do Sul. A construção social d identidade deste gaúcho cristalizado é feita a partir do passado, não sendo passível de grandes modificações. (OLIVEN, 1984, p. 59).

Essa imagem é fruto de uma construção ao longo da história, está enraizada no imaginário coletivo, não apenas no Rio Grande do Sul, mas universalmente. Quando falamos em gaúchos vem ao imaginário aquela visão já pronta do bom cidadão com suas vestimentas já conhecidas por todos. Esse estereótipo muitas vezes foi utilizado pelo cinema e pela propaganda da região sul, mas não temos somente esse gaúcho.

A região sul tem outras realidades e atualmente poucas são aquelas regiões que preservam essa cultura de forma natural. Se “o turismo trabalha não apenas com produtos concretos, mas com imaginários [...]” (GASTAL, 2005, p. 83) devemos nos apropriar dessas imagens. Ao ter esse objetivo em foco, iremos criar um produto novo de consumo, basta apenas

criar o meio de divulgá-lo e o cinema nos aparenta ser um excelente meio de propaganda, divulgação e construção da valorização patrimonial.

Cinema – propaganda e valorização patrimonial

O cinema foi inventado no final do século XIX (1895) pelos irmãos *Lumière*, e nos seus princípios era utilizado apenas para fins jornalísticos. Onde todos se reuniam para deslumbrar as imagens da atualidade em movimento e sem som. O mesmo só irá receber som muito tempo depois, no começo do século XX. Embora alguns artistas contemporâneos tenham apresentado muita resistência, como *Charles Chaplin*; o mesmo foi fazer um filme todo falado apenas no ano de 1938, com o Grande Ditador (*The Great Dictator*), momento que se dedica a criticar o expansionismo de *Hitler* na Alemanha.

A velha idéia de que os filmes podem ser considerados apenas como diversão ou arte, ou eventualmente ambos, é atualmente encarada com crescente ceticismo. É amplamente reconhecido que os filmes refletem também as correntes e atitudes existentes numa determinada sociedade, sua política. O cinema não vive num sublime estado de inocência, sem ser afetado pelo mundo; tem também o conteúdo político, consciente ou inconsciente, escondido ou declarado. (FURHAMMAR, 1976, p. 6).

O Estado utiliza o cinema como propaganda de seus ideais ou utopias, contratando diretores específicos para tal função. Todavia, muitas vezes, nem precisa desse recurso para afirmar seus valores, pois os mesmos estão muito fortes em grande parte da sociedade. São os imaginários que o homem nem percebe mais fazerem parte de seu cotidiano. O homem é o único ser com a maturação tão lenta que permite que o meio, especialmente o meio social, desempenhe grande papel no aprendizado cerebral.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, surgiram dois blocos opostos representados pelos Estados Unidos da América e a extinta URSS. Eram os blocos capitalista e socialista respectivamente. Surgia o período denominado Guerra Fria, “Para Raymon Aron [...] a Guerra Fria foi um período em que a guerra era improvável, mas a paz era impossível.” (ARBEX, 1997, p. 7). Porém, os dois blocos, almejantes da superioridade, atacam-se constantemente através de imagens, propagandas, músicas, despejando sobre todos suas doutrinas e valores. O cinema nesse período é usado com muita frequência por ambos os lados; mas como somos integrantes e simpatizantes da cultura norte-americana, podemos visualizar nesse período, e mesmo atualmente, apenas a cultura da mesma. Sabemos que para assistir um filme francês, italiano, russo, alemão, ou qualquer outro que não venha dos grandes estúdios *hollywoodianos* é mais difícil, mesmo atualmente com os serviços de *streaming* que tornou essa prática mais simplificada; porém, o mais comum é a disponibilização daqueles que ganharam algum prêmio ou foram reconhecidos mundialmente. Portanto, podemos perceber que o cinema além de ser arte secular da humanidade, também é um patrimônio cultural. Possui alto teor político e é altamente vendável.

Cinema gaúcho / identidade regional

O cinema, arte secular nos fascina, faz interagirmos com as imagens em movimento. Não existe uma só pessoa que nunca tenha se emocionado, chorado, ficado triste, irado ou qualquer outro sentimento que possamos imaginar diante daquelas imagens; ele tem esse efeito sobre as pessoas, diferente das outras artes ou representações artísticas.

Adultos ou crianças, ainda experimentamos emoção ao entrar na sala escura, ao nos sentarmos nas poltronas (nem sempre) confortáveis. Aí, com a atenção voltada para o foco luminoso da tela, envolvidos pelos sons e pelas imagens, mergulhamos naquele estado de projeção cognitiva e sonhamos acordados, de olhos abertos. Não é a vida, mas uma representação dela. Quando a câmera é ligada, ela já intervém na realidade, e as pessoas deixam de ser elas para se tornarem representações de si mesmas. (MERTEN, 2003, p. 10).

Como manifestação cultural nos demonstra uma identidade regional; sua preservação é uma forma de afirmação de uma identidade regional. Essa arte moderna desde seu princípio no Brasil trouxe dificuldades e tem superado elas gradativamente; como nos demonstra Merten: “[...] o cinema brasileiro é estrangeiro na própria casa. O gaúcho nem se fala. É com dificuldade que as produções do Rio Grande tentam atravessar as fronteiras do Estado para alcançar o restante do Brasil.” (MERTEN, 2002, p.18). Desde os anos 90 tem mudado gradativamente esses preconceitos com o cinema nacional; mas o cinema gaúcho parece ainda condenado a algumas ideias. Será a forma como é feito cinema aqui? “[...] no país que a TV integrou, estabelecendo uma falsa unidade nacional em torno do ‘você’, a produção cinematográfica do Rio Grande do Sul continua insistindo no ‘tu’ como uma forma de afirmação da identidade regional.” (MERTEN, 2002, p.19).

Esse gaúcho nos parece ter uma forte ligação com a sua identidade e demonstra cada vez mais em suas produções a necessidade de autoafirmação na tela. Em análise a uma produção gaúcha: ‘Meu tio matou um cara’ ou ‘O homem que copiava’; ambos têm suas tramas na capital sul-rio-grandense. São exemplos de filmes que tem a intenção de alcançar território nacional, mas não se preocuparam em ajustar o seu diálogo para o resto do país: “[...] o cinema terá de permanecer regional? Regional ele será sempre, enquanto buscar inspiração no Rio Grande para desenvolver as tramas que, espera-se venham a interessar o Brasil e o mundo [...]” (MERTEN, 2002, p.18); segundo o autor essa preocupação já vem desde o princípio. Porém, como nos traz Reis, essa preocupação de se auto afirmar vem da necessidade de fortalecer uma identidade ou um sentimento de pertencimento.

[...] o fortalecimento da identidade cultural, passa necessariamente pela questão do patrimônio, como elemento que fortalece o sentimento de pertencimento a uma comunidade, cultura ou tradição, que permite realizar o elo entre passado e presente. Tornar um casarão ou fazenda do século XIX um museu representa o fortalecimento da identidade cultural, da geração de conhecimento, e de formação para os cidadãos e fundamentalmente para o desenvolvimento sustentável. Temos que discutir sistematicamente a revitalização dos lugares de turismo, ampliando os espaços de manifestação cultural e de lazer, criar mecanismos de preservação do patrimônio, para que nossas identidades culturais se fortaleçam, ou mesmo, para que possamos compreender nossa diversidade, tornando o patrimônio uma referência da história e tradição. É necessário ampliar o senso de cidadania e viabilizar o seu uso de forma adequada para que possa ser um fator de conhecimento, formação, interação e geração de renda e emprego. (REIS, 2002, p. 11).

O cinema, como patrimônio cultural, causa fascínio e admiração; através de signos representa uma veracidade, que é documentada e transmitida através das lentes do diretor. O interesse de se identificar na tela levou cidades gaúchas, após serem utilizadas como cenário, a receber um número maior de turistas.

A preservação do patrimônio tem entre suas funções o papel de realizar “a continuidade cultural”, ser o elo entre o passado e o presente e nos permite conhecer a tradição, a cultura, e até mesmo quem somos, de onde viemos. Desperta o sentimento de identidade. Margarita Barreto defende a “recriação de espaços revitalizados”, como um dos fatores que podem “desencadear o processo de identificação do cidadão com sua história e cultura. (REIS, 2002, p. 7).

Sempre que surge um filme, críticos reúnem-se para discutir a veracidade dos fatos ou reconstruções do diretor; demonstrando uma preocupação em identificar suas memórias ou identidades na tela. Porém, nenhum diretor fará uma reconstrução daqueles fatos. Mas ele vai de maneira inconsciente ou consciente, retratar valores ou entendimentos de um fato, deixando a obra rica em ideologias políticas e sociais. É o mito do Templo da Verdade na tela grande.

Valorização do Patrimônio Cultural

A valorização do patrimônio cultural não é muito antiga, nem ao menos natural do ser humano. Apenas preservamos aquilo que nos traz um saudosismo ou nos remete a uma ligação de identificação ao passado. Diversos países fizeram questão de não preservar ou simplesmente apagar o seu passado, por ter uma breve conexão com um passado não agradável coletivamente; é o exemplo da Alemanha pós segunda guerra mundial ou mesmo o Brasil depois da última ditadura militar do século XX; ambos fizeram questão de não estudar, ao menos recente aos episódios. Como nos destaca Santana a preservação e valorização da cultura nacional é algo recente:

[década de 1980] passa então a cultura a ser valorizada na sociedade de consumo – que tudo transforma em mercadoria – como um produto, o que torna o homem, [...], um elemento passivo dessa [...] cultura e, ao mesmo tempo, responsável pela produção de uma nova atividade, [...] novas formas de uso desse espaço, caso recente das reformas dos centros históricos no Brasil. (SANTANA, 2001, p. 169).

O mesmo autor destaca que para suprir o mercado consumidor as cidades veem adotando diversas formas de preservação cultural e na maioria das vezes propõem a utilização dos prédios históricos como locais de turismo, pois representaria fonte importante da economia.

[...] vem resultando em todo um movimento de reestruturação de museus, centros culturais e centros históricos esquecidos, tidos anteriormente como áreas desqualificadas nos centros urbanos modernos. [...] tem como objetivo principal a salvaguarda do Patrimônio Cultural e a sua qualificação para ser mais bem utilizado pela população e, principalmente, pelo turismo, fonte importante da economia mundial nesta transição de século. (SANTANA, 2001, p. 169).

Porém, o mesmo autor destaca que essa corrida desesperada pela reforma exagerada e explorada apenas para o turismo tende a se perder; pois torna os prédios intangíveis e inacessíveis a grande massa popular. Devemos compreender que eles devem abrigar e atrair a população; tornando-se assim centros de lazer e trocas culturais, enriquecendo a arquitetura.

Acreditamos que o não-entendimento da evolução do conceito de Patrimônio Cultural tem levado à “musealização” dos nossos centros históricos e à sua transformação em áreas voltadas exclusivamente para a atividade turística. O cuidado a ser tomado é para que a preservação não fragmente a cultura em vários segmentos. A preservação atenta a esse cuidado possibilita superar a suposta dicotomia entre patrimônio material – bens móveis e imóveis – e patrimônio imaterial – manifestações culturais e tradições. (SANTANA, 2001, p. 171).

Segue:

Apesar de se modificarem tais espaços para esse novo público, a ele não é permitido a apropriação da cultura local, sendo mantido como apenas um observador, mero consumidor. E a população local perde a sua identidade, as suas características. (SANTANA, 2001, p. 172).

As reformas devem retornar a sociedade como usáveis; para que haja uma apropriação e usufruto do bem material-cultural. Vivemos em uma sociedade onde o consumo é algo indissociável; aproveitar isto para o desenvolvimento é uma das formas; embora tenhamos visto que não existe apenas o desenvolvimento econômico, esse se torna um meio de chegar ao desenvolvimento sustentável desejável. Aproveitar uma das práticas mais antigas do ser humano nos parece ser a melhor forma; o homem sempre desejou o desconhecido e sacia seu desejo primitivo da curiosidade através da viagem. Mas como convencê-lo a viajar para onde desejamos desenvolver?

O turista tem como motivador de suas escolhas diversos aspectos; uma das motivações são as imagens que ele tem do local. Anteriormente falamos dos imaginários; o cinema trabalha com esses imaginários e ilusões. O espectador vai apenas à busca deles. Como completa Gastal:

As imagens invadem a vida diária. As tecnologias que levaram à fotografia, ao cinema, ao vídeo e aos computadores permitiram diferentes formas de reproduções audiovisuais, impondo uma presença da imagem e um recuo nas formas de comunicação marcadas pela escrita, que alerta o cotidiano das pessoas. O cinema, além de colocar a fotografia em movimento, logo após o seu surgimento, passa a fazer experiências de montagem de cenas. (GASTAL, 2005, p. 23).

Segue:

Outro padrão presente nessa sociedade da imagem é que ela terá um público não apenas familiarizado com a estetização do que está à sua volta, mas também saturado por sofisticados acervos de memória disponibilizados pela fotografia, pelo cinema e pela televisão, criando museus imaginários pessoais que agem quando as pessoas entram em contato com novos produtos culturais. No caso do cinema, uma só tomada é suficiente para desencadear a associatividade que antes tinha de ser construída laboriosamente no decorrer de toda uma obra. O leitor já possuirá essas informações visuais no seu universo de conhecimentos, no seu museu imaginário pessoal. (GASTAL, 2005, p. 29-30).

O ser humano sempre foi impulsionado a viajar; historicamente podemos visualizar alguns casos durante o Brasil colônia. Para convencer o europeu a vir a *terra brasilis* muitos foram os artifícios utilizados pelos primeiros *marketeiros*. Poderíamos afirmar que nosso primeiro documento escrito em solo brasileiro, a Carta de Caminha, é uma grande propaganda de *marketing*, a qual afirma nas linhas e entre linhas que nessa terra existem muitas oportunidades e riquezas. Mais pela frente, tivemos artistas como *Debret* e seus alunos que deram vida e cores aquelas propagandas de nossa terra. E por conta disso, não somente esse aspecto convenceu muitos a virem para conhecer essas terras.

Quando falamos em patrimônio cultural, logo pensamos em monumentos, casas antigas etc. Esta é a visão do senso comum, porém a ideia de patrimônio é bem mais ampla, inclui vários outros aspectos. Todas as modificações feitas por uma sociedade na paisagem para melhorar suas condições de vida, bem como todas as formas de manifestação socialmente compartilhadas, fazem parte do patrimônio, pois todo o objeto ou ação que se refere à identidade de uma sociedade constitui seu patrimônio. (SOARES, 2003, p. 44-45).

Dentro desse conceito podemos abranger a sétima arte como patrimônio cultural e identidade regional; digna de ser preservada e motivadora da valorização local do patrimônio e da identidade. A preservação dessa identidade possui diversos motivos e diferentes classes envolvidas na sua conservação:

Ao mesmo tempo, a memória é geralmente preservada por aqueles que desejam manter a diferenciação quanto à sua origem ou classe social. Não é raro notar os quadros dos antepassados importantes pendurados na sala e a busca ou manutenção de brasões de família que legitimem a posse de arcaicos títulos ou bens. (SOARES, 2003, p. 22).

Nosso objetivo inicial da preservação é a criação de uma identidade regional; através dessa motivar a valorização interna. Pois a primeira propaganda de qualquer produto inicia no momento que se apropria dele; entendemos que se o indivíduo apropria-se de sua identidade regional, valorizando-a, ele será um desencadeador de um desenvolvimento regional. Para isso devemos manter a memória viva, fato que torna nosso objeto de estudo mais valorizado; o cinema tem o dom de trazer lembranças perdidas ou criar novas memórias sem nunca termos visto algo parecido; é a grande fascinação na magia projetada em telas grandes.

Portanto, nossa sociedade consumidora e carente de novidades; esta sempre buscando algo para saciar suas vontades e desejos. E nos parece zeloso observar as imagens sul-rio-grandenses na tela grande, direcionando-as para o uso desenvolvimentista. Quando objetivos educacionais, conquistamos a curiosidade e reeducamos o cidadão para preservar o patrimônio local e indiretamente conseguimos, provavelmente, direcionar o turismo para aquelas imagens que o cinema veiculou.

Considerações finais

Conseguimos perceber que toda sociedade modela e remodela uma imagem ideal de sua vida e desejos, não sendo exclusivo da sociedade contemporânea, já nos tempos primitivos

pintavam suas caçadas de forma invocativa aos deuses; em outras palavras, era um ideal consumista necessário para sua sobrevivência. Com a inovação das revoluções industriais, o homem altera suas vidas e seus desejos. Após a Segunda Guerra Mundial, suas ideias de consumo e felicidade são por mais uma vez remodeladas. Esse homem, além do produto material, passa a almejar a democracia e a ideia de felicidade conectada aos bens materiais.

Nesse novo período, torna-se corriqueira no mundo capitalista a veiculação da propaganda de felicidade conectada ao poder de consumo; o cidadão torna-se mais feliz quando adquire um nível de consumo maior que seus iguais. Cidadão feliz era aquele que tivesse riqueza e bem-estar individual adquirido através de bens de consumo. Eis que surge então a sociedade consumidora e, para essa, qualquer objeto torna-se algo consumível; nosso objeto de estudo é a construção e o consumo do imaginário gaúcho.

Esse imaginário foi construído ao longo da história e ficou enraizado coletivamente, não apenas no Rio Grande do Sul; mas universalmente. Quando falamos em gaúchos, vem a imagem pronta do cidadão: com suas vestimentas e costumes conhecidos por todos. Esse estereótipo já foi utilizado pelo cinema nos primórdios, conhecido como cinema de bombacha com Teixeira e outros autores nas décadas de 1960 ou 1970. Atualmente, são veiculadas outras imagens, mais simples de compreensão e passíveis de consumo dos estrangeiros, pois devemos aceitar que desde seus primórdios o cinema é uma arte passível de consumo. Como arte ele possui características técnicas. Como veículo audiovisual, tem leis e diretrizes.

Desenvolvimento é um conceito orgânico, pois ele acontece em vários setores. Uma das formas que estudamos foi o desenvolvimento cultural através da preservação da identidade regional. Preservando e valorizando o patrimônio local através de uma educação patrimonial, uma forma de desenvolvimento sustentável. Reforçando o valor de pertencimento e logo em seguida colaborando a uma valorização da identidade local.

A educação patrimonial desperta a curiosidade, desejo de conhecer e fazer parte do objeto por parte do educando e de todos os envolvidos, tornando-o concreto e valorizado por todos; esse é nosso foco educacional. Se pensarmos na utilidade econômica, devemos nos apropriar do cinema como veiculador propagandístico. Teremos um objeto de desejo de consumo, saciando carência e desejos de uma nova sociedade, envolta no consumo de bens materiais.

Referências

ALMEIDA, Milton José. **Cinema**: arte da memória. São Paulo: Autores Associados, 1999.

ARBEX JR, José. **Guerra Fria**: Terror de Estado, Política e Cultura. São Paulo: Moderna, 1997.

BAUDRILLAR, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Editora 70, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DORTA, Lurdes; DROGUETT, Juan. (Orgs.). **Mídia Imagens do Turismo**. São Paulo: Texto novo, 2004.
ERIC, Hobsbawm. **Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FLORES, Moacyr. (Org.). **Cinema: Imagens da História**. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

FREITAS, Ana Carolina. A hora e vez do documentário. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 56, n. 4, p. 58-59, Dec. 2004. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000400026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jun. 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. (Orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2005.

FURHAMMAR, Leif. **Cinema e Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GASTAL, Susana. **Turismo, Imagens e Imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1994.

ISMÉRIO, Clarisse; AZEVEDO, Regina Quintanilha. Alfabetização Cultural: A Importância da Educação Patrimonial para o Desenvolvimento Regional. **Revista Congrega Urcamp**. v. 1 n. 1, out. 2005. Bagé, RS: EDIURCAMP, 2005.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAMBERT, Priscila. Hollywood vai à guerra. **Super Interessante**, São Paulo, p. 18, abr. 2002.

LEITE, Sidney Ferreira, **Cinema Brasileiro: Das Origens à Retomada**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

MARTINS, Clerton. (Org.). **Turismo, Cultura e Identidade**. São Paulo: Roca, 2003.

MERTEN, Luiz Carlos. **A Aventura do Cinema Gaúcho**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2002.

_____. **Cinema: Entre a Realidade e o Artifício**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003.

- MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil**: penetração cultural americana. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, p. 37-48, maio/ago. 2002.
- OLIVEN, Ruben George. A fabricação do gaúcho. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 57-68, 1984.
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- ROMEIRO, Ademar R. Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares. **Texto para Discussão**, n. 68, abr. 1999. Campinas, SP: UNICAMP, 1999.
- SKLAR, Robert. **História social do cinema americano**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- SOARES, André Luis Ramos (Org.). **Educação Patrimonial**: relatos e experiências. Santa Maria, RS: UFSM, 2003.
- TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TUDOR, Andrew. **Teorias do cinema**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- TURNER, Graeme. **Cinema como Prática Social**. São Paulo: Summus, 1997.
- XAVIER, Ismail. **O Discurso Cinematográfico**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

O Patrimônio Cultural pode ser definido como um bem (ou bens) de natureza material e imaterial considerado importante para a identidade de cada país. O patrimônio cultural material está associado aos elementos palpáveis e concretos, por exemplo, obras de arte, prédios, etc. Já o patrimônio cultural imaterial está relacionado aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas. Ambos possuem aspectos simbólicos, já que carregam a herança cultural de determinado povo, ao mesmo tempo que promovem sua identidade.

Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco, 1972.

Composta por sete capítulos, a obra **Patrimônio Cultural: simbolismos, intertextualidades e polifonias** traz a perspectiva de diferentes autores, oriundos de diversas instituições, e que pensam transversalmente o tema a partir da produção científica nos programas de pós-graduação, de projetos em educação patrimonial, do patrimônio literário jornalístico, do patrimônio arquitetônico construído, de instituições patrimoniais, da criação de acervos digitais de memória e do cinema como meio de valorização do patrimônio. Tal complexidade temática delinea-se em narrativas objetivas construídas pelos autores, que propiciam ao leitor momentos de reflexão e ressignificação das múltiplas potencialidades do trabalho voltado para valorização e preservação do Patrimônio Cultural.

Clarisse Ismério

Historiadora, Doutora em História do Brasil pela PUC-RS

Pesquisadora e Professora do Centro Universitário da Região da Campanha

Líder do Grupo de Pesquisa e Extensão em Patrimônio Cultural e Ambiental

